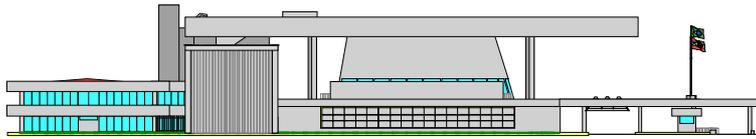


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 12 DE JULHO DE 2011

NÚMERO 6.307

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice-
Presidente
Maurício Eskudlark
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino – Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta – Presidente
Altair Guidi – Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Maria Carminatti - Vice-
Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos – Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto – Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-
Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini – Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherem

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari – Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2307 EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 060ª Sessão Ordinária realizada em 05/07/2011 2 Ata da 061ª Sessão Ordinária realizada em 06/07/2011 15 Ata da 017ª Sessão Extraordinária realizada em 06/07/2011 24 Ata da 011ª Sessão Especial realizada em 06/07/2011, às 19h 29</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria..... 32 Ata de Comissão Permanente 32 Aviso de Licitação 33 Aviso de Resultado..... 33 Despacho 33 Extratos 33 Mensagem Governamental 34 Ofícios 35 Portarias 40 Projeto de Lei 41 Projetos de Lei Complementar 41 Redações Finais 42 Requerimentos 44</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Faz um balanço de sua viagem ao planalto norte.
DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se aos altos salários da Alesc.
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Aborda temas de interesse da sociedade catarinense.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Destaca eventos que acompanhou no final de semana.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faz um balanço de sua participação na reunião da Unale.

Partidos Políticos

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Manifesta-se a respeito da solenidade dos 40 anos da Casan; aborda reivindicações do município de Gaspar.
DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença do ex-vereador Alexandre Di Domênico e de Fernando Rosar, de Campos Novos.
DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Passa às mãos da Presidência o selo de comemoração dos 40 anos da Casan.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se a problemas no abastecimento de água da Casan em municípios catarinenses; registra a inauguração de indústria de leite no oeste pela Cooperativa Aurora.
DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta a Casan pelos 40 anos.
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta sua preocupação com relação à PEC n. 0007/2011.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Cumprimenta os deputados Joares Ponticelli e Jorginho Mello; reporta-se à demarcação de terras na região de Joinville, Araquari e Barra do Sul.
DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Solidariza-se com o deputado Nilson Gonçalves.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Fala das notícias de corrupção no ministério dos

Transportes; manifesta preocupação com a PEC n. 0007 e o PL n. 0236.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador de Papanduva, João Jaime Lankoski, do secretário de Obras, Nadir Rodrigues, e da vice-prefeita do PSD, Sandra Aparecida da Silva.

Explicação Pessoal

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Reporta-se às negociações que envolvem o Magistério Público de Santa Catarina.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se a respeito da demarcação de terras em Joinville e região.
DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença do sr. Ivan Carlos Agnoletto, de Chapecó.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta-se a respeito da segurança pública em Blumenau.
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com a deputada Ana Paula Lima.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Parabeniza a deputada Ana Paula Lima.
DEPUTADO RENO CARAMORI - Elogia os criadores de bovinos de raça de Santa Catarina; aborda o problema da demarcação de terra para os índios.
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Registra a inauguração da UTI do Hospital Regional de São Miguel d'Oeste; aborda problemas da

segurança pública no oeste; registra a realização de eventos no interior do estado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Cumprimenta o orador pelo assunto que aborda.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra que nos leilões realizados em Água Doce, o financiamento era direto com os cabanheiros.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença de Ivan Roberto Tauffer.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Manifesta-se a respeito do edital para as autoescolas; aborda a audiência pública da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e comunidade catarinense, é com satisfação que, hoje, estamos em Florianópolis, pois estivemos, no último final de semana, visitando o planalto norte, a nossa terra natal. E quero dizer que houve lá algumas ações importantes. É claro que temos que registrar o frio que acontece não só na nossa região, mas em todo o estado de Santa Catarina. A baixa temperatura é devido ao inverno rigoroso. Estamos no momento certo, mas também não precisava ser tão frio!

Queremos dizer que na quinta-feira pela manhã estivemos na cidade de Canoinhas e à tarde na cidade de Mafra acompanhando os trabalhos do Plano Plurianual da SDR de Canoinhas e da SDR de Mafra, duas importantes secretarias Regionais que representam o planalto norte e que tiveram as suas reivindicações incluídas nesse Plano Plurianual que também fará parte da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, por sinal, amanhã é o último dia para a apresentação de emendas na comissão de Finanças.

É importante dizer também que na sexta-feira, como médico, e não poderia ser diferente, participamos da Conferência de Saúde, no município de Canoinhas, bem como também participamos dela a competente secretária Telma Bley, o vice-prefeito, Luiz Alberto Rincoski Faria, o representante da secretaria de estado, o infectologista dr. Antônio, e o representante da Federação Brasileira de Hospitais, sr. Braz. Inclusive, ele proferiu uma palestra importante aos membros da Saúde para que tenham noção e direcionamento do município em termos de ações na área da Saúde. E temos certeza de que o secretário Dalmo Claro de Oliveira já é conhecedor das nossas reivindicações.

Junto com essa conferência, houve a solicitação da implantação de mais três Programas da Saúde da Família no município de Canoinhas e também da vinda de um tomógrafo computadorizado para o Hospital Santa Cruz, de Canoinhas. E houve as reivindicações da Saúde para melhorar a saúde do planalto norte.

É preciso criar unidades de média e alta complexidade para que o nosso município seja competente para resolver os seus problemas de saúde e para que os pacientes não precisem a toda hora correr para Joinville, Mafra e Jaraguá do Sul. Em termos estruturais, acredito que as duas SDRs estão bastante evoluídas.

O coordenador do Hospital São Vicente de Paula, de Mafra, dr. Dário, é, sem dúvida nenhuma, uma pessoa competente e também apresentou as suas reivindicações para que a secretária da Saúde olhe com carinho para a cidade de Mafra e transforme essas ações em recursos para que aconteça o que planejamos, que é o aumento da qualidade do atendimento dos doentes do planalto norte, e não somente do planalto norte, mas também do estado de Santa Catarina.

Verificamos que veio para a Assembleia Legislativa um projeto de lei complementar para que o dinheiro arrecadado do Revigorar vá para a Saúde. Para isso o governo já criou o Fundo Estadual de Saúde, que deverá ser contemplado com o dinheiro do Revigorar.

Temos certeza de que o programa principal deverá ser o das cirurgias eletivas, uma vez que esse programa vai ao encontro da ideia do sr. governador do estado, Raimundo Colombo, do vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, que é médico, e do dr. Dalmo Claro de Oliveira, secretário da Saúde, porque vai fazer com que a grande beneficiada seja a população do estado de Santa Catarina.

Com esse projeto tramitando na Assembleia Legislativa, e sendo aprovado o mais rápido possível, temos certeza de que a parte financeira terá aporte no estado de Santa Catarina e, logicamente, nos programas que aqui falamos, com os quais o ser humano será o grande beneficiado. Eles farão com que haja no estado um atendimento médico melhor e que esse programa de cirurgias eletivas que tanto temos falado aconteça da maneira que imaginamos. Imaginamos que com o dinheiro do Fundo Estadual de Saúde possamos implementar no estado de Santa Catarina a tabela da AMB para que os médicos e hospitais possam trabalhar com dignidade. A nossa sugestão é que essa tabela da AMB seja implantada para que tenhamos um parâmetro para que o médico seja dignamente remunerado, bem como os hospitais. Se não for possível ser implantada essa tabela da AMB, que haja uma complementação da tabela do SUS e que ela se aproxime da tabela da AMB.

Então, iniciamos pedindo a implantação desse programa das cirurgias eletivas, porque temos certeza de que irá beneficiar também as emergências, uma vez que irá diminuir o número de cirurgias de emergências, fazendo com que o setor de emergência seja beneficiado e desafogado. A previsão é que tudo isso seja iniciado neste ano ainda. Acho que é hora de colocarmos, sim, as pessoas em primeiro lugar.

Quero me referir também àquilo que está acontecendo no planalto norte, na Associação dos Pacientes Oncológicos de Canoinhas - Apoca. Houve uma reunião importante nessa associação, juntamente com a presença do vice-prefeito Luiz Alberto Rincoski Faria, para angariar recursos para a referida associação, uma vez que ela atende a 350 portadores de câncer do planalto norte. Essa associação tem um médico oncologista e o respaldo da secretaria da Saúde para o seu funcionamento.

Quero parabenizar a Apoca pelo seu trabalho e dedicação no planalto norte.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero saudar os nobres colegas desta Casa.

Vendo a sequência dos embates que aqui deslançamos sobre as aposentadorias e os salários, a epidemia de doenças cardíacas, as epidemias de doenças psiquiátricas, o parecer do procurador da Casa dizendo que aqui ninguém ganhava mais do que o teto estabelecido em lei, comunico que já temos dois processos na Justiça questionando o corte de salário, ou seja, o estabelecimento do teto legal que foi aqui protagonizado pelo nosso presidente Gelson Merisio, a quem parabenizei pela decisão tomada.

Os dois primeiros que estão requerendo, dizendo que isso é ilegal por causa da irredutibilidade... Temos aqui o do sr. Luiz Henrique Beloni Faria, que é Consultor Legislativo II, deputado Moacir Sopelsa, e trabalha na Procuradoria. Porque aqui, mesmo sem ser procurador, todos eles se intitulam procurador. Já começa por aí! Do dia para a noite eles viram procurador e acham que têm direito ao teto estabelecido. O vencimento desse cidadão, o tal Luiz Henrique Beloni Faria, era R\$ 4.940,00. Depois foi criado um adicional que aumentou mais R\$ 6.900,00. Aí veio mais uma vantagemzinha adicional e subiu mais R\$ 1.314,00. Depois veio mais um adicional de pós-graduação, ou seja, mais R\$ 653,00. Aí veio mais uma vantagemzinha pessoal que subiu mais R\$ 6.881,00. E depois, ainda não cansando das vantagens, veio outra vantagemzinha nominal de identificação, que ninguém sabe o que é, de R\$ 5.437,00. E chegou a R\$ 26.149,00 de salário bruto final.

Agora ele está recorrendo porque diz no seu relato - aqui está a defesa do seu advogado - que o ato do presidente da Mesa não serve.

Parece que tudo que está escrito na Constituição, deputada Dirce Heiderscheidt, não serve. Ele não entendeu, como procurador, com curso profissional e tudo, que até hoje dois mais dois são quatro e não cinco.

Há mais: o Faria é o primeiro a recorrer. Mas se pegarmos a árvore genealógica da família Faria, veremos que só o pai e mais três pessoas passam de R\$ 100 mil de salário, porque há mais mulher, sobrinha, parente e, se bobear, mais um pouco. Essa família aqui tem um faturamento de uma empresa média do estado de Santa Catarina em salário!

Então, o tal sr. Luiz Henrique Faria - não o conheço nem faço questão de conhecer -, em primeiro lugar, não é procurador desta Casa. Ele é consultor legislativo II e, se bobear, chegou a esse cargo pelos mesmos meandros que chegou a família inteira. Ele requer os direitos adquiridos e o efeito da irredutibilidade de salário, que não se sobrepõe ao princípio constitucional. Inclusive, nesse sentido, na semana passada foi emitido um parecer pelo ministro Marco Aurélio de Mello.

Estou dizendo isso, porque se alguém aqui acha que vou esmorecer durante essa trajetória está muito enganado.

O segundo documento está em nome de Augusto José Alvetti, que entrou com uma ação questionando a validade jurídica, a posição do nosso presidente. Temos que saber o que fazemos aqui. Somos deputados ou não? Estamos aqui para representar decentemente o povo de Santa Catarina ou não? Esse senhor aposentou-se aos 43 anos de idade por invalidez permanente! Ele até pode ser inválido, não vi o seu prontuário médico. Inclusive, o presidente do Iprev disse hoje aos jornais que cada funcionário verá o seu prontuário, mas também pessoalmente verificarei cada prontuário, porque sou médico e faço isso como representante do povo de Santa Catarina. Mas o dr. Augusto José Alvetti recebe uma aposentadoria de R\$ 35.415,77. E um procurador desta Casa disse, à época, quando trouxemos o fato ao debate, que ninguém ganhava mais do que o subsídio de deputado. E até dizia que havia contradições.

Agora, o mais importante disso tudo é que a Procuradoria Jurídica da Casa é que acolhe todas essas ações. Ou seja, são os pares, os amigos aqui de dentro que vão dizer o que vale e o que não vale. Mas como eles dirão que não vale, se depois terão que dizer que vale para eles mesmos?

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina possui 15 procuradores, sem considerar o restante dos consultores, um estado com seis milhões de habitantes. A Assembleia de Goiás possui oito e a de Minas Gerais, 12. Então, isso me faz refletir.

Estou virando autodidata em Direito; estou estudando mais essa área do que Medicina. Sei que virá uma enxurrada de ações como essas para cá, e virei a esta tribuna destrinchar uma por uma, porque não haverá mais procurador nesta Casa que irá dizer, como em alguns processos que observei, que é desaconselhável fazer a defesa porque pode gerar problema entre os poderes. Ou seja, quem está aqui e tem, efetivamente, que defender a Casa, exime-se de qualquer responsabilidade, sendo muito bem pago pelo pouco que produz na Procuradoria, porque não há necessidade nem da metade dos procuradores que temos hoje aqui. Sei que há gente boa que vale por três ou quatro, mas também há gente que não aparece.

Estou aqui esmiuçando essas duas primeiras ações que chegaram a esta Casa e quero dizer para cada funcionário que entrar com ação que vou estudar profundamente cada caso. O sr. Faria vai ter que explicar como é que o salário dele de R\$ 4.940,00 chegou a R\$ 26.149,00 durante esse período em que esteve aqui. Isso é o que o povo catarinense tem que saber, pois a nossa bancada fará oposição a quem, efetivamente, for procurador para receber salário, porque na verdade são todos consultores legislativos especiais. E aí ficam intitulado-se aquilo que não são.

Então, essa árvore genealógica dos Faria felizmente acabou, porque o tempo do autoritarismo, do nepotismo, ainda tem, mas temos que gradativamente corrigir.

Continuarei fazendo esse debate com muita tranquilidade. E se alguém acha que vou parar está muito enganado! Estou esperando as novas ações, porque cada uma delas vai ser claramente detalhada; vamos destrinchar uma a uma neste plenário, desta tribuna, com todos os partidos, pois há consenso entre os pares desta Casa, pelo menos foi nesse sentido o depoimento dos líderes, dos presidentes, de todos aqueles que foram entrevistados.

Isso é de uma imoralidade incontestável! E se é de uma imoralidade incontestável, não vamos ficar tapando o sol

com a peneira, pois quando pegamos as aposentadorias dos mais de 100 funcionários do antigo Ipaesc, vimos que a média de aposentadoria é de R\$ 8 mil.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, trago um assunto à tribuna, na tarde de hoje, nesta mesma linha, na mesma direção do debate do deputado Jailson Lima, mas em campos diferentes. Temos falado aqui, por várias vezes, sobre a questão que envolve o subsídio dos ex-governadores, que também é uma barbaridade, de proporções irreparáveis ao estado de Santa Catarina. Mas como temos ações na Justiça, depositamos a nossa esperança de que lá teremos a conclusão como a sociedade catarinense espera e merece.

Por isso, a reflexão que trago, nesta tarde, à tribuna é sobre um projeto de lei encaminhado a esta Casa e que inicia a sua tramitação propondo uma alteração na Lei n. 5.684, de 1980, que trata da questão do transporte rodoviário, mas que tem o foco na questão dos estudantes que são beneficiados, através desta lei, com um desconto de 50% na passagem escolar de ida e volta, porque hoje a própria lei exige do estudante o comprovante de pagamento na universidade, claro, particular. E o estudante, para ter acesso a esse benefício, tem que apresentar o comprovante de quitação da mensalidade.

O nosso entendimento é de que para a grande maioria dos nossos estudantes, principalmente aqueles de uma classe mais baixa, apresentar o comprovante de quitação, além de muitas vezes criar certo constrangimento, é absolutamente inadequado. Entendemos que bastaria a apresentação do comprovante de frequência do aluno à escola que frequenta.

Por isso propusemos através desse projeto de lei uma mudança, fazendo com que o estudante, tanto do ensino fundamental, médio ou do ensino superior, apresente apenas o comprovante de frequência na escola em que estuda.

Portanto, essa é uma iniciativa do nosso mandato que foi trazida por vários estudantes de várias regiões do nosso estado catarinense. Eles fazem o apelo para que possamos contemplá-los, através de uma alteração na Lei n. 1.980, tendo em vista que não é de competência da empresa que realiza o transporte a exigência do pagamento da mensalidade e sim da própria instituição em que estudam.

Assim, gostaríamos de contar com o apoio e o respaldo de todos os deputados e deputadas desta Casa para que, através dessa proposição, possamos atender a essa grande parcela de estudantes que muitas vezes são constrangidos pela exigência do próprio comprovante de pagamento da mensalidade.

Outro assunto que gostaria de falar aqui e que tem sido mencionado pela *Folha S.Paulo* na edição de ontem, 5 de julho, trata da verbação dos recursos ou dos percentuais destinados à Saúde nos vários estados da nossa federação.

Basicamente há três anos os 27 estados declararam gastos com saúde em torno de R\$ 115 bilhões, sendo que a partir do exame das contas do estado, através do

ministério da Saúde, temos percebido que em torno R\$ 12 bilhões, gastos por vários estados, não tem nada a ver com a Saúde.

Portanto, temos que fazer uma reflexão profunda sobre a questão da verbação dos recursos que deveriam ser destinados à Saúde, mas que, infelizmente, entram apenas para fins de cálculo e não estão sendo investidos no setor. Em outros momentos quero aqui detalhar a situação dos vários estados e a forma como estão fazendo a aplicação dos mesmos.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, venho à tribuna no dia de hoje para falar sobre alguns grandes eventos que acompanhamos no final de semana, entre os quais destaco dois. O primeiro evento a que me refiro ocorreu no município de Coronel Freitas, onde foi inaugurado um trecho da Rodovia da Integração, em que foram investidos recursos do ministério do Turismo. Temos 2,1KM prontos e inaugurados e mais R\$ 2,5 milhões de recursos já liberados. A deputada Luciane Carminatti também participou daquele evento e contamos, ainda, com a presença de quatro deputados federais.

Foi uma grande festa, e queremos parabenizar a comunidade de Coronel Freitas, o seu prefeito, Mauri Zucco, pelo seu empenho, pela sua força de vontade, pela sua luta e por acreditar naquela obra. Ainda temos um trecho de 7KM de rodovia estadual e aproveitamos aqui para cobrar do governo do estado que coloque esse projeto no Orçamento, para no futuro terminar essa Rodovia da Integração, que liga Coronel Freitas à União do Oeste, municípios que ainda não têm ligação asfáltica até o município de União do Oeste, embora de União do Oeste a Jardinópolis, Iratí e Formosa já tenha ligação asfáltica.

Então, como sempre digo, esse é um direito das pessoas que moram naquelas regiões e também no interior, como a comunidade forte do município de Coronel Freitas, que com a assinatura do novo trecho vai ter acesso asfáltico à comunidade de Simões Lopes, que é uma comunidade importante do município de Coronel Freitas.

Quero parabenizar mais uma vez o prefeito Mauri Zucco e toda a sua equipe pela ousadia de fazer com que, juntamente com o governo federal e estadual, aquele trecho da Rodovia da Integração fosse de fato asfaltado.

Estivemos sempre acompanhando a questão e na época estivemos em Brasília com o ministro do Turismo para buscar esse projeto e os recursos. Agora, com parte da rodovia já asfaltada, temos outro desafio e até já conversamos com o deputado Pedro Uczai, no sentido de conseguir investimentos para a região, que tem o belo rio Chapecó, que essa rodovia atravessa. O rio Chapecó pode ser muito trabalhado em termos de turismo, principalmente nas pequenas propriedades, nos *campings*, em virtude ao alto valor ambiental e cultural.

O segundo grande ato, deputado Moacir Sopelsa, foi a inauguração da Aurora, em Pinhalzinho, um grande investimento feito por uma das maiores indústrias de leite da América Latina. Foram investidos em torno de

R\$ 180 milhões, o que para a região e para o próprio estado representa um grande aporte de recursos.

Deputado Reno Caramori, a produção de leite na região é marcadamente proveniente de pequenas propriedades, que se vêm destacando tanto no aumento da produção quanto na adoção de novas tecnologias.

Assim, a Aurora resolveu estabelecer-se em Pinhalzinho, vai gerar quase 500 empregos e vai investir nas pessoas que estão no entorno da indústria, como os leiteiros, donos de pequenas propriedades. Com isso, com certeza, estamos muito satisfeito, pois sempre trabalhamos fossem valorizados os nossos pequenos agricultores.

Queremos parabenizar o presidente da Aurora, Mário Lanznaster, por esse grande investimento, assim como as cooperativas filiadas da Cooperativa Itaipu, de Pinhalzinho, que vem investimento muito em novas tecnologias, num leite à base de pasto, atividade importantíssima para a região.

Parabenizamos também o prefeito Fabiano da Luz, que apresentou dados surpreendentes na área de produção de leite tanto no município de Pinhalzinho quanto em toda a região.

Sr. presidente, um dado importante é que o Brasil, nos últimos dez anos, conseguiu um acréscimo na produção de dez milhões litros de leite. Produzíamos 20 milhões e hoje produzimos 30 milhões de litros de leite por ano. Isso demonstra o crescimento, a distribuição de renda, a melhoria do poder aquisitivo da população brasileira, que absorve toda essa produção leiteira.

Deputado Mauro de Nadal, sempre me preocupava como o país daria conta de consumir toda essa oferta de leite e se isso não geraria uma crise, mas até o momento essa crise não aconteceu, a produção de leite está aumentando e o consumo também vem aumentando.

Por isso, são importantes as políticas do governo visando melhorar o poder aquisitivo da população, criando uma política de geração de emprego para absorver o aumento da produção.

Srs. deputados, também Maravilha está recebendo uma indústria de leite. Assim, o oeste catarinense está-se transformando numa das principais bacias leiteiras do país, gerando emprego, gerando renda, gerando desenvolvimento regional.

Além disso, há um fato novo a destacar: a empresa, depois de dois anos, vai começar a distribuir ICMS para os municípios que produzem a matéria-prima, ou seja, o imposto não vai ficar todo concentrado no município, todos os municípios vão receber uma parte, que deverá ser destinada ao apoio às propriedades, à conservação dos acessos, a fim de que os leiteiros possam trafegar com segurança. A proposta é muito interessante e pode servir de base para outras indústrias, para outros setores da economia catarinense.

Sr. presidente e srs. deputados, quero deixar registrado o nosso apoio a esse importante investimento.

Registramos ainda a dedicação de Coronel Freitas de melhorar a condição de vida daquele povo, construindo uma rodovia asfaltada e com condições de tráfego.

Por último, registramos também a importante instalação da Aurora no município de Pinhalzinho, que vai beneficiar toda a região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, hoje estamos com 100% da nossa bancada feminina presente numa conferência das deputadas Ana Paula Lima, Luciana Carminatti e Dirce Heiderscheidt, até porque vamos ter, na semana que vem, uma audiência pública proposta pela bancada feminina, que vai ter, deputado Ismael dos Santos, com certeza, o nosso apoio.

Na quarta-feira, se não me falha a memória, pela manhã, neste plenário, acontecerá uma audiência pública proposta pelas nossas deputadas, que contará, deputado Elizeu Mattos - inclusive discutimos esse assunto na comissão de Justiça - com a nossa participação e o nosso apoio.

V.Exas. são três, mais a nossa deputada Angela Albino, que neste momento não está. São 10% do nosso Parlamento, mas se mobilizaram e fizeram a CCJ buscar outro dia, outro local e outro horário para fazer sua audiência, em função da prioridade que aquela comissão dispensa a v.exas.

Mas o que quero trazer, deputado Volnei Morastoni, para o debate na tarde de hoje é o extrato, deputados Moacir Sopelsa e Reno Caramori, da nossa participação da Unale, no dia de ontem, que, inclusive, foi a primeira reunião da nova diretoria.

Primeiramente, queremos dizer que ficamos muito emocionados, muito satisfeitos, com a homenagem que a diretoria da Unale nos prestou, que, na realidade, não foi uma homenagem para este deputado, mas uma homenagem a esta Casa Legislativa e a todos aqueles que nos ajudaram a fazer da 15ª Conferência Nacional da Unale a melhor das conferências até aqui realizadas.

Ontem, mais uma vez, ficou claro, deputado Moacir Sopelsa, o apoio incondicional da Mesa Diretora, de v.exa., do deputado Gelson Merisio, da chefe de gabinete Marlene Fengler.

Ficou evidente também o envolvimento dos deputados que participaram, que prestigiaram, dos nossos servidores, capitaneados pela Rosana, pela Lúcia, pela Carla e pela Sônia. Assim, em nome delas quero homenagear todos os servidores que se envolveram. E foram quase 100 servidores que contribuíram para o sucesso daquele evento.

Fiquei satisfeito, porque o resultado, o extrato daquela discussão que aqui fizemos está repercutindo, deputado Volnei Morastoni. Começamos a discutir e abordar assuntos que estão lançados no Congresso Nacional, como a regulamentação da Emenda n. 29, que v.exas., deputados Jailson Lima e Jorge Teixeira, sabem o quanto é importante para que estados, municípios e o próprio governo federal tenham efetivamente os recursos que a saúde brasileira precisa.

Discutimos a questão da PEC que apresentamos, deputado Maurício Eskudlark, mas parece-me que, infelizmente, o Senado não está com muita disposição, com o vigor e a agilidade que esperávamos. Tanto que agora o senador José Sarney, através da comissão, orientou que cada presidente da Assembléia Legislativa se manifeste por escrito.

Como já aprovamos um projeto de resolução, deputado Sílvio Dreveck, então, não há efetivamente a necessidade de devolvê-lo às Assembleias Legislativas. Daí é que nasceu na reunião da Unale uma proposta da deputada Graça, do Rio de Janeiro, que de pronto foi designada coordenadora de uma ação nacional para que possamos iniciar, a partir de agosto, um debate para colocar em discussão a revisão do pacto federativo.

Deputado Jorge Teixeira, estamos absolutamente convencidos de que num prazo máximo de dez anos todos os estados e municípios do Brasil vão quebrar, se não revisarmos imediatamente o pacto federativo. Não dá mais, deputado Elizeu Mattos, para manter concentrados em Brasília 73% da receita nacional. Não há mais quem suporte que cada vez mais estados e municípios recebam por parte do governo federal e do Congresso Nacional responsabilidades. Cada vez os municípios e estados são onerados sem que haja a efetiva compensação financeira, sem que haja o devido aporte financeiro para que possam honrar esses compromissos. Ninguém vai suportar mais essa demanda de compromissos que o governo federal transfere.

Por isso, precisamos imediatamente, deputado Nilson Gonçalves, revisar o pacto federativo, e não dá mais para esperar pelo Congresso Nacional, não! No Congresso Nacional é muito blabláblá, conversa-se muito e decide-se pouco. Vamos iniciar pelos Parlamentos agora. E vamos, a partir de agosto, montar uma barraca em frente a cada Assembléia Legislativa do Brasil para reunir mais de dez milhões de assinaturas.

Vamos, Parlamentos estaduais, conchamar as igrejas, a OAB, o Judiciário, o Ministério Público, os tribunais, a sociedade civil organizada para dizer que basta de omissão! Chega de embromação! Precisamos efetivamente revisar o pacto federativo para salvar os estados e municípios da quebra. Ninguém vai resistir, se não fizermos imediatamente esse debate e colocarmos essa questão na pauta do Congresso Nacional. Temos que fazer esse movimento vir de baixo para cima, deputado Moacir Sopelsa, para dizer que municípios e estados pedem socorro e que o Congresso Nacional vai ter que dar essa resposta, porque do contrário ninguém vai sobreviver. Com essa concentração cada vez mais forte no governo central, com essa distribuição de responsabilidades cada vez maior para os entes federados sem a devida compensação financeira, todos vão fali! Os estados e municípios do Brasil vão quebrar. Estamos convencidos disso.

Por isso, a Unale, numa decisão histórica, resolveu que vai, a partir de agosto, deputado Nilson Gonçalves, montar acampamento em frente de cada Assembléia Legislativa e de cada instituição organizada deste país, para colher assinaturas e depois fazer uma grande conchamação, numa marcha a Brasília, para dizer ao Congresso Nacional que basta! Não é para radicalizar, deputado Romildo Titon, mas é para dizer que exigimos de imediato a revisão do pacto federativo.

No mais, quero registrar com muita alegria a presença no plenário, hoje, do meu pai e da minha mãe. Deputado Jorge Teixeira, v.exa. conhece meu pai, Lauro Ponticelli, e minha mãe, Nair Ponticelli, que vieram lá de Pouso Redondo e vão passar o dia conosco. Eu os recebo com muita alegria neste plenário, pois eles nos acompanham diariamente através da antena parabólica digital que chega lá na roça.

O deputado Romildo Titon nem sabia disso, que pela parabólica é possível acompanhar nos aqui. Dá para acompanhar, e eles o fazem isso todos os dias pela TVAL, tanto que os apresentei para alguns deputados, e eles já sabiam o nome e o partido de cada um.

Então, registro com muita alegria a presença dos meus pais que estão tendo a oportunidade de nos acompanhar neste plenário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Parabéns, deputado Joares Ponticelli.

Que sejam bem-vindos os seus pais, a quem tenho o prazer de conhecer agora.

Peço vênia aos srs. deputados, pois recebemos a Mensagem n. 0172/2011, através da qual o governador do estado, João Raimundo Colombo, nos termos do art. 122 da Constituição Estadual, submete à deliberação desta Casa exposição de motivos da Casa Civil acerca da emenda modificativa ao Projeto de Lei n. 0140/2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2012 e adota outras providências.

Será encaminhada à comissão de Finanças e Tributação.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra, o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, quero cumprimentar todos e, de forma muito especial, o deputado Joares Ponticelli, dizendo-lhe que é uma alegria muito grande quando podemos receber nossos pais nesta Casa.

Desta tribuna, muitas vezes espelhamos a educação que deles recebemos, e é isso o que eles esperam de nós, mais do que como parlamentares, mas, acima de tudo, como filhos, como pessoas que foram criadas com amor e carinho.

Olhando para os seus pais pode-se ver o afeto que permeia sua família, e eles podem ter certeza de que v. exa., quando utiliza esta tribuna, sempre mantém uma postura coerente e íntegra. Existe dentro desta Casa um conceito firmado sobre o deputado Joares Ponticelli de que ele é um homem de palavra, um homem de fibra. Com certeza adquiriu essas qualidades dentro do seio da sua família.

Sr. presidente e srs. parlamentares, hoje pela manhã - e o deputado Manoel Mota me acompanhou -, na solenidade dos 40 anos da Casan, recebi, após meu pronunciamento, o selo comemorativo à passagem dessa data, uma vez que essa empresa pública vem construindo o saneamento e a distribuição de água potável em nosso estado. A Casan hoje é presidida pelo Blumenauense Dalírio Beber, uma pessoa que aprendi a respeitar, a admirar, pela fibra, pelo trabalho, pela conduta e pela seriedade.

Quero agradecer o carinho que recebemos na ocasião em que representamos a Assembleia Legislativa naquela solenidade. Além do lançamento do selo comemorativo dos 40 anos da Casan, também foi lançado o I Prêmio Casan de Jornalismo. Esse prêmio pretende valorizar o trabalho integrado com as escolas, através do incentivo à criação de redações que foquem a importância da água no planeta.

A Casan é uma empresa que tem uma história muito forte em Santa Catarina. Com certeza não são quatro semanas, meses ou anos de vida, mas 40 anos. E uma empresa, principalmente quando pública, somente chega aos 40 anos com credibilidade, primeiro, se tiver servidores comprometidos, pessoas que queiram realmente o bem da companhia, que queiram trabalhar, que queiram

o bem dos catarinenses. Isso permite aos presidentes que passam pela Casan fazer a sua parte, eis que são transitórios, pois os servidores é que constroem a verdadeira história da Casan. Assim, ela completa 40 anos, porque os servidores assumiram esse compromisso com a instituição.

Cabe-nos, neste Parlamento, valorizar a instituição, os bons exemplos. E com certeza nesta solenidade, hoje, pela manhã, pudemos observar que existe uma credibilidade por parte da população e também pelos mais de 600 servidores que a Casan possui no estado. O presidente Dalírio Beber demonstrou de forma muito clara que a Casan chegou onde está hoje graças ao apoio dos trabalhadores, das diretorias, dos presidentes que por ali passaram.

Hoje, nos 40 anos de existência dessa companhia, muito mais do que refletir e pensar no seu passado, na sua história, no que fez para os catarinenses, deve-se pensar efetivamente qual será o seu novo desafio, o seu papel neste estado maravilhoso, e não apenas na questão do abastecimento de água - que é de qualidade, porém é importante melhorar sempre -, mas também no saneamento básico. Deve-se pensar na importância da Casan no sentido de trazer qualidade de vida aos catarinenses.

Quando falamos em saneamento, falamos em qualidade de vida. Para cada R\$ 1,00 que investimos em saneamento, economizamos R\$ 5,00. Esses são os números da ONU. Isso demonstra realmente que se deve investir em saneamento. E para isso é importante que a Casan esteja forte, que os servidores que ajudaram a construir os 40 anos da empresa possam neste momento refletir sobre a importância da Casan para o futuro deste estado. Tenho certeza absoluta de que ela tem um papel fundamental nisso.

Por isso, desde a pessoa que faz o cafezinho ou a faxina no gabinete do presidente, que instala a tubulação na rua, enfim, todos, não importa o cargo, a função, têm um papel de destaque no futuro da Casan e do saneamento neste estado. O povo de Santa Catarina só terá qualidade de vida com um saneamento de qualidade se a Casan tiver a parceria dos municípios, a credibilidade e o apoio dos prefeitos, dos servidores, de todas as administrações.

Tenho certeza e convicção plena de que Dalírio Beber, como Blumenauense, está empenhado. Como Blumenauense também sei da sua fibra, da sua vontade e disposição por fazer o melhor por Santa Catarina. Por isso, quero agradecer, em nome de todos os parlamentares, a receptividade que tivemos na Casan, o carinho que recebemos dos servidores e da diretoria.

Esta Casa está à disposição para ajudar a construir uma companhia forte, para ajudar o presidente nessa difícil missão, que não é apenas de um presidente, de uma diretoria ou dos servidores, mas de Santa Catarina. Porque levar saneamento com qualidade significa levar qualidade de vida para quem mais precisa. E é através de investimento no saneamento que vamos conseguir fazer com que o povo catarinense viva num estado melhor.

Por isso quero agradecer a receptividade da Casan e parabenizar a empresa por esses 40 anos, desejando muito sucesso ao presidente Dalírio Beber que fará uma grande administração, com muita competência, zelo e respeito ao patrimônio público.

Tenho certeza de que o presidente Dalírio Beber tem capacidade para a função e que, pela sua forma de conduta, será realmente um lutador e fará na Casan o que os catarinenses precisam.

Também quero falar, sr. presidente - e eu fiquei muito feliz, pois estava lá acompanhado da equipe do deputado Ismael dos Santos -, sobre a reunião realizada nesta manhã na secretaria da Segurança Pública, junto à comissão pró-segurança pública do município de Gaspar.

Tivemos a oportunidade de agendar, naquela reunião, o problema da segurança em Gaspar, bem como em Blumenau, Indaial, Pomerode. E não só no médio vale de Itajaí, mas em todas as cidades de Santa Catarina é um problema muito sério.

O secretário da Segurança Pública atendeu de forma muito pró-ativa àquela comissão, fez os encaminhamentos necessários com respeito à questão da vigilância, das câmeras, da busca de efetivo, assim como demonstrou compromisso com Blumenau e os demais municípios do médio vale no que se refere à questão da nova delegacia de Polícia, no sentido de tentar fortalecer a Polícia Civil, Militar e os bombeiros. Enfim há o compromisso de ajudar o município de Gaspar.

Quero parabenizar os vereadores de Gaspar e as entidades empresariais que estiveram presentes na reunião dessa manhã com o secretário da Segurança Pública, César Grubba, pedindo pelo município. Todos foram lá com o mesmo intuito, com o mesmo objetivo, que é ajudar a cidade de Gaspar a melhorar a sua segurança pública. Assim como o saneamento, sobre o qual falei anteriormente, também a segurança representa qualidade de vida. Um povo que não tem saúde, educação, saneamento e segurança não tem qualidade de vida. E a segurança é algo fundamental para o município de Gaspar, para o médio vale e para todos nós.

Por isso quero cumprimentar o secretário Grubba pela sua postura, conduta e pela resolutividade das questões da reunião, onde prometeu as câmeras de vigilância, através de encaminhamento junto à prefeitura. Mas quero, acima de tudo, parabenizar a comunidade que soube mobilizar-se e pedir com respeito e educação, tratando o assunto de forma muito pró-ativa em benefício de todos os gasparenses.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, quero apenas anunciar a presença, neste Parlamento, do ex-vereador Alexandre Di Domênico, de Campos Novos, tesoureiro do sindicato rural desta cidade e grande criador de cavalo crioulo. Realmente são dignos de elogios os cavalos que cria, em Campos Novos, distribuídos para toda Santa Catarina e para o Brasil.

Registro também a presença do Fernando Rosar, presidente do sindicato pecuarista. Ambos são do Partido Progressista, o glorioso PP. E estão nesta capital a serviço particular e visitam-nos também para tratar de assuntos políticos. Talvez aí surja uma liderança garantida para o futuro.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria de registrar e passar às mãos desta Presidência o selo de comemoração dos 40 anos da Casan, que tive a honra de receber, nesta manhã, no evento em que representei esta Casa. Por isso gostaria de passá-lo às mãos de v.exa., presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Enquanto aguardamos a entrega dessa honraria cedida pela Casan, avisamos que, ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o vice-presidente, deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Quero cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas, todos os senhores e senhoras que nos assistem, a imprensa e, da mesma forma, faço uma saudação a todos que nos visitam aqui.

Deputado Jean Kuhlmann, a bancada do PMDB teve a oportunidade de receber o presidente da Casan, sr. Dalírio Beber. E quero também, na mesma esteira de v.exa., cumprimentar o presidente e a direção da Casan, assim como todos os seus funcionários. Ouvimos também do presidente a proposta de expansão da Casan, de melhorias nos municípios, que vem ao encontro do que realmente precisamos e que sempre defendemos.

Sr. presidente, também recebi no gabinete o prefeito de Peritiba, onde há problemas sérios de abastecimento de água. E foi assumido com o prefeito e o gerente da Casan em Concórdia, com o gerente da Casan em Chapecó, o compromisso de fazer esses investimentos nesse município, que entendemos justos e necessários. Mas também nos informava o presidente Dalírio Beber da possibilidade, deputado Manoel Mota, v.exa. que é o nosso líder, de investimentos através do PAC, no município de Concórdia, que possui uma população de mais de 70 habitantes, dos quais 50 mil residem na cidade, nos bairros. Assim existe uma necessidade muito forte de investimentos, tanto na distribuição de água, como no tratamento de esgoto, uma vez que não é diferente dos demais municípios do estado de Santa Catarina.

Faço esse registro, porque acho importante. Inclusive, estaremos sempre atentos, no sentido de que a Casan possa estar nos municípios prestando os serviços que a nossa população quer e precisa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Somente para me associar a v.exa., quero dizer que não consegui passar lá hoje, por conta de compromissos na comissão de Constituição e Justiça e outros. Sei que houve um evento comemorativo ao 40º aniversário da Casan e dos desafios que ela tem pela frente nessa fase de maturidade no sentido de reencontrar novos caminhos.

Precisamos avançar, porque houve um tempo perdido na história da empresa,

especialmente na questão de saneamento e de esgotamento sanitário. Sabemos que há uma dívida histórica do poder público, do poder catarinense, e precisamos correr atrás desse tempo. Perdemos, hoje, somente para o Piauí, vergonhosamente. Em matéria de esgotamento sanitário a condição do estado é vexatória, por conta de equívocos cometidos ao longo de décadas. E quem tem que capitanear esse processo todo é a Casan.

Então, neste momento em que se comemora 40 anos, ao cumprimentar todos aqueles que fizeram a história da empresa até aqui - e acredito que na parte de abastecimento ela cumpriu plenamente o seu papel, o objetivo pela qual foi criada -, relembr o grande desafio de hoje, o esgotamento sanitário. E precisamos ajudar a empresa a encontrar meios para reverter essa dívida histórica com Santa Catarina.

Parabéns a todos que construíram a história da Casan! Estamos prontos para ajudá-la a prestar pelo menos mais um tanto de vida em favor dos catarinenses.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado. Também incorporo ao meu pronunciamento os seus cumprimentos à Casan.

Também não poderia deixar de registrar hoje, como fez o deputado Dirceu Dresch, que no sábado que passou a Aurora inaugurou uma indústria de leite no oeste de Santa Catarina, precisamente na rodovia federal BR-282, no Km 582, no município de Pinhalzinho. E tenho que registrar e cumprimentar a Cooperativa Central Aurora por esse investimento e pela decisão de fazer essa indústria no oeste de Santa Catarina.

A indústria tem 420 empregados diretos. E o número de empregos indiretos soma mais de mil, deputado Sílvio Dreveck e deputado Joares Ponticelli. Realizam o trabalho em três turnos de funcionamento. A indústria tem a capacidade total de processamento de leite de 2,2 milhões de litros por dia, sendo uma das maiores do sul do país, incluindo aí 750 mil litros de soro de leite gerados a partir da produção de queijo.

Haverá um mix dos produtos lácteos gerados pela indústria com a conclusão das obras: leite UHT integral, desnatado e semi-desnatado, leite em pó integral em saco de 25kg, leite UHT, leite em pó integral, leite em pó desnatado, leite em pó integral enriquecido com vitaminas A e D instantâneo, leite em pó desnatado instantâneo, soro em pó comum, soro em pó parcialmente desmineralizado, queijo mussarela barra, queijo mussarela fatiado 150 kg, queijo prato fatiado 150 kg, queijo cremoso, queijo culinário, nata em pote, nata em balde, manteiga extra, manteiga comum, manteiga extra em pote, creme de leite pasteurizado a granel.

As cooperativas que entregam leite na indústria: Cooperalfa, Cooper1, Cooperitaipu, Cooperauriverde, Cotrel, Coopervil, Colacer, Coperio, Camisc, Copédia. E são muitos os municípios que fazem parte dessa grande indústria, que é a Cooperativa Central Aurora, instalada em Pinhalzinho, no oeste de Santa Catarina, para dar oportunidade aos pequenos produtores.

Para quem não sabe, em Santa Catarina não havia uma tradição forte na produção do leite até 15 anos, 18 anos atrás. Havia apenas pequenos produtores de leite. E, hoje, se Santa Catarina não está em quinto lugar em produção de leite, deve estar perto disso, sendo um estado que produz mais leite

do que o estado de São Paulo. Essa atividade junto com produtores de grande vulto ajuda muitas famílias e dá oportunidade para que haja diversificação nas suas propriedades.

A indústria de leite da Cooperativa Aurora tem uma receita bruta mensal após a reconstrução de R\$ 35 milhões por mês, com investimentos totais de R\$ 180 milhões, com origem de recursos do BRDE, do BNDES e próprios. A área total construída é de 51.000m², a área das instalações industriais é de 35.000m² e a área total do terreno é de 246.500m².

Quero fazer esse registro, na pessoa do dr. Mário, do Marcos Jordan e do sr. Ivor, três dos conselheiros da Cooperativa Aurora, cumprimentando todos os associados da Cooperativa Central Aurora e familiares que fazem parte dessa grande empresa.

Deputado Manoel Mota, agradeço por me conceder esse tempo. Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que também tem essa convivência com o oeste de Santa Catarina, esperamos ajudar a agricultura brasileira em todos os setores, como o da carne, do fumo, da produção de arroz e da produção do leite, no sentido de construir uma política de segurança para esses produtores.

A suinocultura está com uma dificuldade enorme de estabelecer uma política segura, pois enquanto o nosso produtor vende o produto, às vezes, com um preço menor do que o custo de produção, o consumidor paga dez vezes mais do que aquilo que o produtor ganhou por qualquer um dos derivados da carne suína.

Então, que se possa construir uma política forte, uma política segura. E não tenho dúvidas de que se fizermos isso iremos garantir qualidade de vida para o nosso país, desenvolvimento e segurança para aqueles que moram também nos grandes centros, para aqueles que moram na cidade, pois é do campo que vem o alimento, é do campo que vem a segurança do desenvolvimento, do progresso para todo o país e para todo o mundo.

Quero, dentro das minhas possibilidades, e tenho certeza de que os 40 deputados desta Casa têm também essa consciência, construir uma política para o nosso estado, uma política para o nosso país, mais justa, mais digna, que possa dar também ao consumidor a segurança de consumir um produto de qualidade, a segurança de poder se manter no campo e dar dignidade à sua...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Srs. deputados, dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos seriam destinados ao PSDB, mas, segundo acordo de lideranças, eles serão destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Inicialmente, gostaria de agradecer ao presidente pela troca, pela alternância dos partidos.

Falo, hoje, em nome do Partido dos Trabalhadores para fazer uma referência à preocupação que temos com relação à Emenda n. 07/2011, que está tramitando nesta Casa, que trata do controle acionário da Casan e também das demais empresas públicas de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

“Estamos novamente fazendo o debate em torno do papel do estado na oferta dos serviços públicos de qualidade para a população em todas as áreas, seja área de educação, da saúde, da assistência - temos ainda um orçamento bastante medíocre, em torno de 0.24%, para essa área fundamental -, como da área do abastecimento, das rodovias, especialmente as rodovias estaduais de Santa Catarina que carecem de muitos investimentos.

Infelizmente, contrariando essa lógica, tramita nesta Casa a Emenda n. 07/2011, colocando em xeque o controle acionário da Casan e a gestão de todas as empresas estatais públicas do nosso estado. Esta emenda revoga a Emenda n. 52/2010, de autoria do deputado Gelson Merisio, e parte da Emenda n. 54/2010, de autoria do ex-deputado estadual Pedro Uczai, hoje deputado federal. E quero destacar que foram emendas aprovadas nesta Casa por unanimidade, inclusive com a participação do governo, de técnicos e também do líder do governo, deputado Elizeu Matos, que foi o relator desse projeto.

Ora, o governador está indo contra a um consenso construído internamente nesta Casa e com as entidades representativas de funcionários dessas empresas. Com essa emenda o governo quer simplesmente ter a possibilidade de abrir mão do controle acionário da Casan, sem consulta popular, e permitir que os conselhos gestores de todas as estatais mudem, modifiquem seus estatutos sem o conhecimento da Assembleia. Nem consultados, nós, deputados, seremos, imaginem a população que utiliza os serviços dessas estatais.”

Não podemos andar para trás, não podemos negar todo um processo que foi construído nesta Casa Legislativa. Não vamos permitir a privatização do estado e dos serviços essenciais à população.

O governo já terceirizou e privatizou a merenda escolar, e queremos fazer o debate desse tema nos próximos meses. Inclusive, temos um projeto de lei tramitando nesta Casa sobre o assunto. Agora o governo quer possibilitar a transferência das ações da Casan e a gestão das estatais para a iniciativa privada. Quando é que virá a Celesc?

Fico extremamente preocupada quando penso na saúde, pois me parece que as Acips são um caminho para transferir a responsabilidade para a sociedade e desobrigar o estado.

Não podemos, mais uma vez eu falo, dar um passo atrás. Precisamos avançar, contribuir com leis que garantam um estado forte e atuante, que ofereça serviços públicos de qualidade para a população em todas as áreas. Afinal, o nosso papel, como deputados e deputadas, é defender os interesses não de alguns, mas dos catarinenses que mais precisam do estado e para os quais os serviços do estado são fundamentais para a qualidade de vida.

Por isso quero fazer um apelo aos deputados que no ano passado construíram, por unanimidade, emendas que protegem e mantêm as empresas estatais públicas sob o controle do estado, para que mantenham a mesma posição, de forma coerente, favorável às empresas, mas favorável também a todos os catarinenses e às suas famílias.

Neste exato momento está acontecendo uma reunião convocada pela liderança do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB e do PDT, com a participação dos representantes dessas estatais, especialmente,

neste caso, da Casan, que buscam, juntamente com o presidente desta Casa, simplesmente referendar o que este Parlamento já fez no ano passado. Eu acredito, sinceramente, que de lá para cá, neste um ano, nada de novo tivemos no estado de Santa Catarina que permitisse fazer brutal alteração.

Precisamos construir na população catarinense a perspectiva de que os parlamentares não mudam suas posições conforme o vento. Ou defendem um estado forte, e nesse sentido se mantêm coerentes, ou são contrários e, portanto, defendem um estado mínimo.

Nesse sentido, quero mais uma vez reiterar o pedido aos deputados que já estiveram nesta Casa, no ano passado, e que contribuíram para que essa lei fosse aprovada, tanto a emenda do deputado Gelson Merisio quanto a do deputado Pedro Uczai, com o apoio do líder do governo, que foi o relator, que está na Assembleia, e que continua sendo líder do governo, para que o governo respeite este Parlamento, respeite essa história de construção e de preocupação com um estado forte. E que, acima de tudo, as nossas estatais estejam a serviço da garantia de qualidade e transparência à população, que é a quem mais precisa.

Assim sendo, pedimos o apoio dos deputados, das lideranças do governo e também que o governo reconsidere e retire o projeto que está tramitando nesta Casa, sob pena de não termos como explicar que mesmo os parlamentares que votaram no momento, no ano seguinte, após um ano, alteram o seu voto e, o pior, mexem com conteúdos profundos na estrutura de distribuição das estatais e dos serviços à população.

Portanto, gostaríamos muito que esse projeto não avançasse e que mantivéssemos essa preocupação.

Esta Casa não pode, de forma alguma, votar contra uma prerrogativa de soberania da Assembleia. Ou seja, ano passado, os 40 deputados votaram para que nada fosse votado, em se tratando do poder acionário das estatais, sem que este Poder pudesse dar o aval. Como é que esta Casa, agora, está abrindo mão dessa soberania? Como é que esta Casa está abrindo mão de uma conquista? A favor de quê? Para quê? Quem ganha com isso?

Então, queremos fazer esse questionamento e mais uma vez reiterar o pedido para que o governo retire esse projeto e respeite inclusive a posição do líder do governo e do presidente desta Casa, que foram fundamentais, no ano passado, para que pudéssemos ter uma Casan dos catarinenses prestando bons serviços a Santa Catarina.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito ao deputado Reno Caramori que assuma a Presidência, para que eu possa falar em nome do PSDB, no horário reservado aos Partidos Políticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, o deputado Joares Ponticelli não se encontra mais no plenário, certamente está acompanhando os seus pais,

os quais não vejo mais aqui também, pois certamente estão fazendo uma visita à Presidência da Casa. Mas gostaria que ficasse registrado o meu respeito e admiração ao referido deputado, meu grande amigo, que veio para esta Casa na mesma ocasião que eu.

Começamos o nosso mandato eletivo no mesmo ano e já estamos no quarto mandato juntos. Acabamos fazendo uma amizade muito sólida nesses anos todos e aprendi a respeitá-lo e admirá-lo pela sua maneira de se conduzir nesta Casa. E hoje, para orgulho de todos nós, s.exa. é um dos melhores representantes da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e acredito muito que será o próximo presidente da Unale, União Nacional dos Legislativos Estaduais.

Então, quero deixar registrado o meu respeito ao deputado Joares Ponticelli, pois fiquei muito emocionado quando ele falou aqui o nome dos seus pais que vieram do interior para acompanhá-lo no plenário. Senti, na forma como ele se expressava, muita emoção. E certamente também ficaria muito emocionado se visse meus pais. Infelizmente, minha mãe já não está mais aqui e meu pai mora muito longe. Até gostaria que ficasse registrada uma frase bíblica que me marcou a vida inteira, desde criança: “Honra teu pai e tua mãe para que se prolonguem os dias na terra que o senhor teu Deus te dará”.

Certamente o deputado Joares Ponticelli terá os seus dias prolongados nesta terra pela maneira como honra os seus pais. Deu para vislumbrar isso perfeitamente aqui, no dia de hoje.

Dito isso, sr. presidente, quero informar a v.exas. que ontem recebemos a visita do parceiro, companheiro, amigo, irmão, deputado Jorginho Mello, em Joinville, que hoje é deputado federal e que nos está representando muito bem em Brasília. Ele estava fazendo uma visita à região, e eu cedi a minha sala para que ele pudesse despachar. A sua agenda acabou ficando praticamente cheia por minha culpa, diga-se de passagem. Ele pensou que somente iria almoçar na casa amarela, mas quando chegou deu de cara com uma pauta de trabalho para a tarde toda.

Entre o pessoal representante do CDL de Joinville e outros representantes dos segmentos organizados de nossa cidade... Também promovemos o encontro do deputado Jorginho Mello com a Associação dos Proprietários de Terras, que lutam, e uma luta bastante inglória, diga-se de passagem, com a questão da demarcação de terras na região de Joinville, Araquari e Barra do Sul. E digo inglória porque em muitas ocasiões essa associação, esses pequenos proprietários de terras, alguns grandes, têm lutado de maneira quase solitária para ver resgatados ou preservados os seus direitos na região.

O deputado Reno Caramori conhece muito bem o problema, como muitos dos srs. deputados que aqui estão, e certamente já ouviram alguém falar mais perto do ouvido: “Deixa isso prá lá, isso é um pepino que não tem tamanho, você vai se meter numa fria”. E o que devemos fazer? Afastar-nos ou nos solidarizarmos com as pessoas que têm propriedades que eram de ancestrais? Não é uma coisa comprada agora, é centenária; existem propriedades que vieram do avô, passaram para o filho, para o neto, que está aí lutando para preservar os seus direitos. São propriedades registradas, legais, e os proprietários estão-se vendo na iminência de perdê-las para a Funai. Não são para os índios, são para a Funai.

Digo isso porque na minha região o padre Fachini - um grande amigo nosso, ligado intrinsecamente ao PT e muito fortemente aos índios da nossa região, inclusive ele é que praticamente mantém esses índios, corre atrás para a subvenção deles, organiza aquela gente - é contra a forma como estão querendo fazer essa demarcação de terras. Tenho em mãos parte de uma declaração dele que diz: "Como dizia o cacique da aldeia urubuguara, os antropólogos e a Funai não entendem nada de nossas necessidades e de nossa cultura. Por isso estão cometendo essa loucura." Eles mesmos estão falando isso. O padre Fachini também não quer essa loucura que estão querendo cometer na nossa região e em outras do nosso estado.

Aliás, existe a região, e o deputado Jorginho Mello citava ontem, de Cunha Porã, aonde os agricultores chegaram ao cúmulo de ir ao Paraguai comprar armamento para encarar os elementos que iriam demarcar as suas terras. A coisa estava quase beirando a uma guerra, mas o bom senso acabou prevalecendo. O que aconteceu? Chamaram os índios, os representantes dos índios e outros, foram ao ministro em Brasília e conseguiram explicar a ele que aquilo acabaria em morte, porque os agricultores não iriam largar as suas terras a bel prazer.

Existem depoimentos de pessoas dessa região chorando desesperadamente porque estavam vendo suas terras perdidas, terras que vieram de seus ancestrais. Então, acabaram demovendo o ministro dessa intenção, e ele mandou a Funai suspender a demarcação para tentar um entendimento.

Diante disso, entendi que nós, no norte, deveremos fazer a mesma coisa. E estamos convidando o padre Luiz Facchini e os representantes dos índios para se reunirem na semana que vem e tentar de outra forma, porque na Justiça a briga está feia. E faremos isso para tentar, quem sabe, num entendimento, resolver essa pendenga.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Na verdade, vivenciei essa problemática nos municípios de Cunha Porã e Saudades e quero dizer que entendo a angústia de v.exa. quando se refere a essa questão que tem colocado com tanta propriedade, porque, além de tirar o sossego das famílias, também há outro contraponto que não é bem isso que os índios querem. Mas a Funai, através de toda essa equipe de antropólogos que não custa pouco para este país, faz, na verdade, um terrorismo em cima dessas famílias e acaba tirando todo o sossego delas. Na verdade, lá em Cunha Porã não está concluído esse processo. Conseguimos simplesmente suspendê-lo e estamos aguardando agora uma nova audiência com o ministro, ocasião em que vamos discutir com a Funai e com o procurador-geral da União uma solução para que o estado, ou a União, compre outras áreas para a colocação dos índios e assim se restabeleça a paz social.

Obrigado pela oportunidade do aparte!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - É uma pena que não temos mais tempo para falar sobre isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representante do PPS, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público aqui presente na tarde desta terça-feira, gostaria de registrar que também há uma expectativa com relação ao possível desfecho da greve do Magistério estadual que já dura 47 dias e que está refletindo, desde ontem e no decorrer do dia de hoje, em assembleias regionais do Sinte, em todas as 31 regionais, e em assembleia estadual amanhã, avaliando a nova proposta que foi debatida entre o governador Raimundo Colombo e o comando de greve no último final de semana.

A nossa expectativa é de que possa haver, efetivamente, avanços e que a categoria volte ao trabalho com o sentimento de que houve uma vitória, de que houve avanço ou de que há perspectiva, já negociada, já em lei, de avanço futuro.

De qualquer forma, nós nos posicionaremos conforme a vontade da maioria dos professores e a deliberação da assembleia do dia de amanhã. Esse será o nosso posicionamento também aqui neste Poder.

Num minuto apenas, mas para não deixar passar o dia ou a semana, quero falar a respeito das notícias de possível corrupção no ministério dos Transportes. Parece que agora está ficando explicada, deputado José Milton, a dificuldade de debater a conclusão das obras nas BRs catarinenses e o descaso e a ausência das empreiteiras e dos próprios órgãos governamentais, como o DNIT, nos debates que fizemos neste Poder. Houve um completo descaso. As empreiteiras não cumprem os prazos, não cumprem os contratos, não se prestam a vir a este Poder, ou a qualquer outro poder, explicar a situação e dar uma posição a respeito de estimativas, especificamente, do cumprimento dos acordos. Parece que muita gente que deveria fiscalizar e cobrar tinha o rabo preso com as empreiteiras. E aí, efetivamente, fica difícil o serviço público andar.

Não vou citar partido, mas creio que a situação que está colocada requereria meio que de imediato a troca do ministro - e não só do segundo e terceiro escalões - para poder haver uma investigação soberana a respeito desse assunto. Se aqueles que têm a responsabilidade de fiscalizar e controlar têm o rabo preso, porque fazem caixa de campanha, fica difícil efetivamente as obras andarem.

O debate que vai esquentar nas próximas semanas neste Poder será acerca da PEC n. 0007 e do PL n. 0236 - e essas matérias chegaram aqui na Assembleia há duas ou três semanas -, que propõem mudar a legislação estadual a fim de entregar, de forma bastante cristalina, a Casan, que é um patrimônio público, para a iniciativa privada.

O art. 5º do PL n. 0236 é uma barbaridade em termos de dizer assim: "O objetivo do poder público, em se tratando da

Casan, será garantir a felicidade do sócio majoritário". E as mudanças na Constituição, curiosamente, são justamente para derrubar, para fazer pouco caso até com aquelas mudanças que fizemos aqui no ano passado, por unanimidade. A Assembleia Legislativa, no inverno do ano passado, aprovou uma proposta de emenda à Constituição criando ressalvas e condicionantes a qualquer alteração, inclusive no sentido de privatização, nos Estatutos da Celesc e da Casan.

Pois a PEC que chegou aqui pretende revogar justamente a vontade soberana deste Poder Legislativo, decretada e aprovada por unanimidade, como já disse, no ano passado.

Nas próximas semanas, no retorno do recesso, no mês de agosto, em audiências públicas, vamos fazer esse debate. É preciso que cada um dos 40 deputados estaduais reflita bastante a respeito do que votaram no ano passado e a respeito do que está aqui para ser debatido e para revogar este ano. Creio que deve continuar havendo uma posição soberana deste Poder.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Registro, com satisfação, a presença, neste plenário, do vereador de Papanuva, João Jaime Lankoski, do secretário de Obras, Nadir Rodrigues, e da vice-prefeita do PSD, a companheira Sandra Aparecida da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes se podemos votar extrapauta a Medida Provisória n. 0189/2011, que modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, e estabelece outras providências. Essa medida provisória tramitava na Casa.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0189/2011, de origem governamental, que modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do Magistério Público Estadual, ativos e inativos, e estabelece outras providências.

O parecer da comissão de Constituição e Justiça é pela inadmissibilidade da matéria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela inadmissibilidade da Medida Provisória n. 0189/2011.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer da comissão de Constituição e Justiça, e a matéria é declarada devolvida pelo Poder Legislativo e inadmitida por esta Casa. A Assembleia editará um decreto legislativo regulando os efeitos da medida provisória enquanto vigeu.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário à seguinte matéria e que a

mesma terá o seu encaminhamento conforme determina o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0269/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que cria centros de recuperação de dependentes químicos no estado de Santa Catarina.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de lei n. 0168/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Dia Estadual do Portador da Síndrome de Down.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno o Projeto de Lei n. 0183/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, que altera os dispositivos da Lei n. 2.062, de 1959 (nova denominação - Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0203/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que altera a Lei n. 11.881, de 2001, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Balneário Barra do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0122/2011, de procedência governamental, com prazo de apreciação a vencer em 08/07/2011, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei n. 0029/11, de autoria da deputada Ada De Luca, que autoriza o Poder Executivo a realizar, gratuitamente, cirurgia plástica reparadora de sequelas em mulheres vítimas de violência e adota outras providências.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 21 srs. deputados.

Está encerrada a votação.

Temos 14 votos "sim" e sete votos "não".

Está mantido o veto.

Sugiro aos srs. deputados que, tendo em vista o quórum reduzido, sejam retiradas de pauta as demais mensagens para serem apreciadas amanhã.

(Os deputados aquiescem.)

As demais mensagens estão, portanto, retiradas de pauta.

O Projeto de Lei Complementar n. 0018/2011, de procedência do Tribunal de Justiça, que fixa índice de revisão salarial aos servidores do quadro de pessoal do Poder Judiciário do estado de Santa Catarina e adota outras providências, também necessita de quórum qualificado para a sua apreciação. Tendo em vista o quórum absolutamente exíguo, é mais prudente deixarmos para votá-lo amanhã.

(Os líderes aquiescem.)

Está retirado de pauta, também, o Projeto de Lei Complementar n. 0018/2011.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0385/2011, 0386/2011 e 0388/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0387/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck; e 0389/2011, de autoria do deputado Reno Caramori, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos também que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0855/2011, 0859/2011, 0860/2011 e 0861/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0856/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0857/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0858/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0862/2011, 0863/2011, 0864/2011, 0865/2011, 0866/2011, 0867/2011, 0868/2011, 0869/2011, 0870/2011, 0871/2011, 0872/2011 e 0873/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário o seguinte requerimento:

Requerimento n. 0874/2011, de procedência da comissão de Constituição e Justiça, que requer a prorrogação do prazo de apreciação da admissibilidade da PEC n. 0007/2011.

Em discussão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Essa PEC é aquela do controle acionário da Casan. O relator, deputado Dado Cherem, pediu mais prazo para apresentar o seu relatório e hoje foi dado esse prazo pela comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então, o requerimento não tem nenhuma necessidade de ser aprovado hoje?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O deputado Romildo Titon, presidente da nossa comissão, dará a explicação.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, há necessidade de ser votado, sim, porque o deputado Dado Cherem ainda não conseguiu dar o parecer pela admissibilidade ou não e os prazos estão esgotados. Por isso ele pediu à comissão, mas, de acordo com o Regimento Interno, o Plenário também tem que deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o Requerimento n. 0874/2011.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0088/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre os recursos financeiros repassados pelo governo federal ao estado de Santa Catarina, para aplicação na Política de Atenção Oncológica Infantojuvenil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0089/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviado ao presidente do Iprev, solicitando informações sobre os médicos que irão avaliar as aposentadorias dos ex-servidores da Alesc.

O deputado Jailson Lima não está presente, mas eu vou acrescentar que esse pedido de informação seja enviado também ao secretário da Administração, uma vez que os médicos que fazem parte do quadro do estado é que deverão fazer as perícias.

Por isso este pedido de informação fica extensivo ao presidente do Iprev e ao secretário de Administração para que não tenhamos que fazer uma nova solicitação logo em seguida.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Caros deputados e deputadas,

falamos anteriormente, em nome do Partido dos Trabalhadores, com relação à nossa posição referente às emendas aprovadas nesta Casa no ano passado que tratam do controle acionário e do poder desta Casa em relação à Casan.

Mas quero me manifestar no dia de hoje, como tenho feito em todas as sessões, com relação às negociações que envolvem o Magistério Público Estadual de Santa Catarina.

Nesse sentido, gostaria de reafirmar a todos que nos acompanham, especialmente aos educadores que estão há mais de 50 dias, quase chegando a 60 dias, em greve neste estado, que toda a luta que temos construído neste Parlamento somente tem sentido se for para construir possibilidades e mediações com as mobilizações que temos tido lá fora. Ou seja, o nosso papel nesta Casa não é o de substituir o movimento, decidir pelo movimento tampouco fazer de conta que não podemos contribuir para viabilizar recursos necessários no sentido do pagamento do piso nacional do Magistério. Portanto, a nossa luta não é solitária, ela é solidária.

Nesse sentido, quero dizer do meu orgulho de ser educadora e, depois de percorrer o estado nesse momento difícil para a categoria, gostaria de reafirmar o compromisso de cada professor e professora com a educação de qualidade.

Estivemos em Marema, Lajeado Grande, Itapiranga, Campos Novos, Lages, Palhoça, Chapecó, São Miguel d'Oeste e Xanxerê. E poderia citar as inúmeras cidades nas quais tivemos um contato direto com os educadores. Vimos o sentimento de que muito educadores querem estar na sala de aula, junto com os seus alunos, construindo conhecimento e cidadania. Mas também entendemos que estão com um pé na rua lutando não somente por melhores condições de salário, mas também por melhores condições de trabalho para que todos os nossos filhos possam ter, em Santa Catarina, uma educação melhor. Percebemos o sentimento também de quem, mesmo estando fora da sala de aula, está educando e dando exemplo de cidadania para os seus alunos, ao fazer uma luta mais do que legal, uma luta justa.

Estou muito feliz nesse sentido por ter contribuído para que não apenas os professores em greve, mas toda a sociedade catarinense participasse desse debate. E não apenas discutindo o salário dos professores, mas discutindo a Lei n. 11.738 do Piso Nacional, a aplicação dos recursos do Fundeb e o Orçamento geral do estado de Santa Catarina.

Acredito que, nesse sentido, demos um grande passo, pois, hoje, ninguém consegue argumentar que não se tenha uma conta exclusiva do Fundo de Educação Básica e de valorização do Magistério. E que esse fundo seja acompanhado e fiscalizado por um conselho e pela sociedade catarinense, pois queremos saber onde e como são aplicados os recursos de toda a Educação em Santa Catarina.

Nesse sentido, queremos também afirmar que solicitamos, através de representação aos poderes constituídos e também ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, o acompanhamento da aplicação dos recursos desse fundo em Santa Catarina. É importante dizer que o governo do estado de Santa Catarina aumentou a projeção de arrecadação na ordem de R\$ 1 bilhão este ano.

Ora, fez-se um orçamento baseado numa arrecadação de R\$ 15 bilhões e está prevendo uma arrecadação de R\$ 16 bilhões! Poderemos discutir, com certeza, onde e como será investida essa diferença de arrecadação.

(Passa a ler.)

“Ao apresentar a Emenda n. 2 à LDO propondo que o governo utilize para o pagamento do piso do Magistério parte dos recursos que hoje vão para os poderes em virtude da utilização do Fundeb na base de cálculo para os repasses, tinha a convicção de que seria um grande passo não para retirar recursos dos poderes, mas para fazer um grande debate em torno dos recursos do estado.”

Não é, talvez, do conhecimento de todos que nesses últimos anos enquanto os investimentos em Educação chegaram a 93%, em Saúde, a 55%, em Infraestrutura, 112%, os investimentos nos poderes chegaram a 300%, 400%.

O que, infelizmente, vem acontecendo é que através desse debate o governo está buscando recursos para garantir o pagamento aos professores pela regência de classe, que constitui a remuneração total do Magistério. Felizmente, o governo vem buscando alternativas para recompor a gratificação que é um direito conquistado.

O governo está negociando com os poderes e dessa negociação, segundo o próprio governo, é possível buscar R\$ 90 milhões, como está em todos os jornais de hoje. O governo está, neste caso, fazendo o seu papel de viabilizar o atendimento da pauta dos professores e também a continuidade dos serviços prestados pelos poderes.

Também queremos discutir outras questões como, por exemplo, a dos recursos do Fundo Social, os 4% que deveriam ir para a Assistência Social, que hoje recebe apenas 0,24%, ou os 12% que se transforma em 7% para a Saúde e os vários fundos que retiram recursos da Educação e da Saúde. E poderíamos falar do custeio e dos poucos investimentos nas SDRs. Digo isso porque estamos discutindo a LDO e logo mais discutiremos o Orçamento do estado. E precisamos fazer o debate sobre os destinos dos recursos do estado. O que é prioridade de fato e o que não é prioridade. A Educação, a Saúde, a Assistência Social e a Segurança Pública, deputada Ana Paula Lima, são prioridades apenas nos discursos ou isso será traduzido em maiores investimentos no Orçamento de Santa Catarina?

Portanto, é com alegria que comemoro os R\$ 90 milhões que hoje deixam de ir para os poderes e ajudam a pagar o piso do Magistério, porque se não tivéssemos feito a denúncia do Fundeb, deputado Ismael dos Santos, inclusive, v.exa. pronunciou-se favorável a essa questão, assim como o deputado Sargento Amauri Soares, pergunto de onde viriam os R\$ 90 milhões neste momento? Talvez viessem do caixa do estado, é verdade, mas também queremos deixar claro que a segunda etapa da nossa luta são os 25% aplicados integralmente na Educação. E esses R\$ 90 milhões dão uma diferença de mais 1% nos investimentos aplicados na Educação.

Portanto, tínhamos 22% do Orçamento aplicados na Educação, deveríamos ter 25%, agora, temos 23%, mas queremos que o restante desse total, que deveria ser aplicado na Educação, deputado Ismael dos Santos, volte para o caixa da Educação. Esse é o nosso papel.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, ainda não havia esgotado o debate quando o meu horário esvaiu-se. Assim, quero dar sequência, aproveitando o horário de Explicação Pessoal, ao assunto que me trouxe à tribuna no horário dos Partidos Políticos.

Com a presença do deputado federal Jorginho Mello em Joinville, tivemos uma reunião bastante proveitosa com a Associação dos Proprietários de Terra da nossa região e pudemos ouvir do referido deputado um depoimento muito interessante sobre o andamento das conversações, principalmente do município de Cunha Porã, que se está desenvolvendo de outra forma.

Em Santa Catarina, todos os que têm propriedades afetadas pelas demarcações da Funai e do Incra formaram associações e alguns, de forma particular, constituíram advogados, mas todos foram para a Justiça fazer valer os seus direitos. Porém, na Justiça as coisas não estão prosperando como deveriam. Mesmo com toda a panacéia de explicações e com tudo aquilo que se pode provar de legal, o processo não está tendo o andamento, o desenvolvimento que atenda ao legítimo direito das pessoas, daqueles que têm as suas propriedades registradas em cartório e que trabalham, assim como os pais do deputado Joares Ponticelli, na terra, pessoas simples que têm o seu sítio, a sua plantação, pequenos proprietários que sobrevivem da sua pequena propriedade.

Temos um quadro um pouco diferente na nossa região, porque as categorias dos proprietários de terra estão misturadas. Há pequenos proprietários, pequenos produtores e também há grandes proprietários, grandes empresas, que se estão virando por si só, pois já possuem em seu quadro de funcionários o departamento jurídico e estão na Justiça defendendo os seus direitos, enquanto os pequenos proprietários acabaram formando uma associação para fazer valer os seus direitos.

Então, o deputado Jorginho Mello mostrou outro caminho, ontem, em Joinville, na nossa Casa Amarela, qual seja, o de tentar conversar com os índios, com os representantes que estão ligados aos índios para tentar um entendimento, porque os índios não querem todo esse absurdo de terras que estão propondo para eles; eles querem apenas e tão somente um lugar para viver com dignidade, não o que estão querendo fazer.

Os nossos índios, ou melhor, os descendentes de índios, porque índios mesmo não há mais, como bem falou o deputado Reno Caramori quando me perguntou: “Você já viu índio de cabelo crespo?” Essa é uma grande verdade, porque eles já não são tão puros, são descendentes de índios, vamos dizer assim.

Na nossa região, o próprio padre Fachini, que praticamente tutora os índios, que cuida deles, que cuida do Bolsa Família, enfim de tudo o que vai para a subsistência deles, está achando um verdadeiro absurdo o que estão querendo fazer. Não apenas ele, mas os próprios índios estão dizendo: “Nós não queremos tudo isso de terra!”

Há uma localidade chamada de Inferninho, que de inferno não tem nada, pois é uma localidade boa para viver, que pertence à União, onde os próprios índios querem se instalar. Aliás, grande parte deles está instalada lá, e o padre Fachini já declarou que aquela gleba de terra é suficiente, e eles concordam. Inclusive, conforme documento apresentado, ele já foi até Brasília dizer que não é preciso criar problemas, pois irão resolver uma situação e criar outra pior, tirando de suas terras pequenos agricultores que estão cultivando e vivendo em paz, sem problema algum. Há terra da União suficiente para acomodar todos os descendentes de índios ou aqueles que se dizem índios, para acomodar todos em um lugar somente sem criar qualquer tipo de litigância.

Então, estamos convidando o padre Fachini e também representantes dos índios da nossa região para conversarmos em Joinville e tentarmos, dentro desse novo foco e não o da confrontação, um acordo, mas não com os proprietários de terras de um lado e os índios de outro. Não! Queremos um entendimento de todos, mostrando para o governo federal que todos aqui embaixo, na nossa terra, não querem criar problemas para ninguém, pois estamos com a solução nas mãos. E estamos certos de que falta apenas e tão somente o governo federal, através do seu ministro, através da Funai principalmente, dizer que vai fazer um termo de ajuste de conduta. Daí todos assinam e todos vão cuidar da sua vida, todos vão viver em paz. E todos os índios que temos lá, índios e mestiços, terão guarida do governo, até terão apoio da vizinhança e viverão harmoniosamente. Mas para isso é necessário que a Funai tire da cabeça essa ideia absurda de querer fazer um verdadeiro latifúndio indígena na nossa região às custas de proprietários de terras. Essa é a grande verdade.

Não consigo entender o que está por trás dessas intenções da Funai; sinceramente, não consigo entender, se o próprio índio está dizendo que, e está textualmente dito neste documento, pelo cacique da aldeia de Urubuquara, "os antropólogos e a Funai não entendem nada de nossas necessidades e de nossa cultura, por isso cometem essas loucuras". Quer dizer, eles mesmos estão dizendo: "Não queremos isso. Não queremos nada disso, queremos apenas um pedacinho de terra para viver em paz." E essa terra já está ali, é da União, falta apenas homologar aquilo.

Na região a que o deputado Jorginho Mello se referiu, Cunha Porã, está havendo um entendimento para a compra de terras no Paraná, perto de outras tribos indígenas de lá, em entendimento com os índios de cá, para que eles possam, com a aquisição daquelas terras, viver tranquilamente junto de seus irmãos. Eles estão se entendendo, basta tão somente o governo federal, através da Funai, dizer que se está bom para os índios, então, o assunto está resolvido. É apenas isso que falta, mais nada. Mas há um entrave, uma burocracia, uma má vontade. Essa é a grande verdade.

Sr. presidente, preciso convocar a comissão permanente que criamos nesta Casa, já o fiz por três vezes e não consegui quórum suficiente. Preciso repensar e convidar outros deputados para fazerem parte dessa comissão permanente, porque até agora não consegui reunir os membros.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero registrar a presença do sr. Ivan Carlos Agnoletto, radialista e presidente do PSDB, da cidade de Chapecó, que nos visita no dia de hoje.

Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Boa-tarde, sr. presidente, sras. e srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

O tema que me traz a esta tribuna mais uma vez, deputado Maurício Eskudlark, é a segurança pública.

O estado de Santa Catarina vivencia um momento de insegurança, um tema de extrema importância. Tenho certeza de que, assim como eu, os senhores e senhoras também são abordados em todos os cantinhos do nosso estado recebendo reclamações da nossa população.

Os números que nos apresentam revelam a situação caótica em que se encontra a segurança pública no nosso estado. A não ser, deputada Luciane Carminatti, no município de Chapecó, porque na minha cidade está sendo transmitida constantemente uma propaganda dizendo que para lá foram transferidos 150 novos policiais, 150 novas câmeras de vigilância e não sei quantas motos, carros. Acho que o governo do estado está resolvendo apenas o problema de Chapecó, porque essa propaganda veicula constantemente na minha cidade, e esse assunto, deputado Ismael dos Santos, nos remete a uma audiência pública que fizemos em Blumenau, quando o secretário da Segurança Pública esteve presente e disse que não havia condições para nada. Mas agora vejo que para a cidade de Chapecó foram carros, motos, câmeras de vigilância e também na ordem de 150 policiais. É verdade isso, deputada Luciane Carminatti?

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputada Ana Paula Lima, que bom se fosse verdade!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É mentira isso?

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Acredito, deputada Ana Paula Lima, que devemos fazer um requerimento pedindo os endereços dos novos policiais que, teoricamente, foram para Chapecó, porque não foi ninguém para lá, nenhum novo policial. Também gostaria de entender, deputada Ana Paula Lima, por que essa propaganda está sendo veiculada em Blumenau. V.Exa. assistiu em Blumenau a essa propaganda?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sim, está sendo veiculada em Blumenau.

A população de Blumenau, deputada Luciane Carminatti, está cobrando de nós, parlamentares, de mim, do deputado Jean

Kuhlmann, do deputado Ismael dos Santos, por que não vão policiais para Blumenau.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputada Ana Paula Lima, provavelmente muitos chapecoenses que estão nos ouvindo e assistindo neste momento devem estar se perguntando onde estão instaladas as câmeras de segurança e os policiais. Talvez se lembrem que há seis anos, na entrada de Chapecó, foi colocado um *outdoor* enorme dizendo assim: "Em Chapecó bandido não se cria, tolerância máxima." E essa já é a segunda propaganda, mas não passa disso, lamentavelmente. Até gostaria que em Chapecó realmente tivesse 100 policiais a mais, todas as viaturas anunciadas e também as câmeras de vigilância, assim como em Criciúma, Xaxim e Maravilha, mas não é essa a realidade que estamos vivenciando deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Lamentavelmente, sra. deputada e srs. deputados, será uma propaganda enganosa? Acredito que sim, e devemos encaminhar um pedido de informação ao secretário da Segurança Pública para saber quantas viaturas, quantas motos, quantas câmeras de vigilância foram para o município de Chapecó, porque para Blumenau não foi nada. Não que não mereça, Chapecó merece, mas precisamos saber se essa propaganda é verdadeira.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não, uma vez que v.exa. está vivenciando conosco esse problema em Blumenau.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Perfeitamente, deputada, v.exa. sabe da nossa preocupação acerca da segurança pública, que é também sua e do deputado Jean Kuhlmann, até porque somos cobrados diariamente em relação a isso.

Gostaria apenas de dizer, deputada, que há um compromisso da nossa bancada, e tenho certeza de que v.exa. se une a nós, para que se cumpra o que foi prometido até janeiro de 2012, ou seja, o envio de 154 policiais militares para a cidade de Blumenau, em três etapas, e isso vamos cobrar de forma bastante enfática.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - O problema está crescendo constantemente, e o estado não se preparou para essa situação. Temos uma população de 6,2 milhões de habitantes, e o efetivo de policiais é de 11 mil apenas. É realmente um número muito inferior ao que preconiza a Organização das Nações Unidas, um policial para 250 habitantes, enquanto nosso estado tem um policial para cada 568 habitantes.

Temos no estado 13.400 apenados, temos um déficit de 5.749 vagas nos estabelecimentos carcerários e ainda temos, segundo o Tribunal de Justiça, 15.355 mandados de prisão a ser cumpridos. Para onde vão essas pessoas?

Segundo dados do Mapa da Violência 2010, em dez anos, de 1997 a 2007, o número de homicídios na capital aumentou 211,5%, atingindo a maior marca do país nesse período. O estudo também mostra que Santa Catarina saiu de um índice de vitimização juvenil de 160 jovens em 1997 para 263 em 2007, representando um aumento de 64,6% de vítimas.

Mesmo assim, com esses números, muito pouco está sendo investido na área da segurança. Esperava que este governo investisse mais, principalmente na questão das políticas públicas voltadas prioritariamente aos

jovens. Realmente é melhor construir mais salas de aula do que presídios. Mas essa lógica do estado está trocada.

Não bastasse a falta de investimentos em segurança pública, srs. deputados e sras. deputadas, o governador ainda retira recursos dessa área. Com todo esse problema, através de um decreto de 20 de junho, o governador Raimundo Colombo cortou da Segurança Pública recursos da ordem de R\$ 79,5 milhões. Sua Excelência não entende que a população precisa de segurança? Repassou R\$ 10 milhões para a secretaria de Justiça e Cidadania e R\$ 69,5 milhões para o fundo financeiro da secretaria da Administração.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputada Ana Paula Lima, quero parabenizar v.exa. e dizer que se ilude quem pensa que haverá mais policiais na cidade. Os policiais que estão fazendo o curso serão transferidos para os municípios que possuem estrutura, como Chapecó, Blumenau e outros. Depois, eles serão distribuídos em todo o estado.

Esse aumento de efetivo em Chapecó corresponde a 50 policiais que estavam trabalhando na temporada em Florianópolis e mais 50 que vão terminar sua formação naquela cidade, mas que depois serão distribuídos a todas as cidades. São Miguel d'Oeste, São Lourenço do Oeste precisam de policiais, há um desespero dos municípios precisando de policiais.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Dirceu Dresch.

A pergunta que fica para os deputados da base do governo é a seguinte: por que o governador Raimundo Colombo tirou R\$ 79,5 milhões da Segurança Pública, alocou R\$ 10 milhões na secretaria de Justiça e Cidadania e R\$ 69 milhões na secretaria da Administração? Essa é uma atitude de um governo preocupado com a segurança pública, sr. presidente? Este é um governo preocupado com as pessoas de todos os cantos do estado que estão clamando por segurança pública?

Sr. presidente, repito, parece-me que estão fazendo propaganda enganosa como essa de que o município de Chapecó teria recebido mais policiais. E gostaria de saber por que foram tirados recursos da Segurança Pública.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro de Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, faço questão de usar esse tempo no horário de Explicação Pessoal para, mais uma vez, engrandecer os produtores de gado de Santa Catarina.

Há quem diga que Santa Catarina tem pouca criação de gado bovino, tem muito suíno, muitas aves, mas pouco bovinos, mas na verdade temos uma boa criação de alta genética. Pode ser que os planteis das raças aqui criadas não tenham um grande número de cabeças, mas em termos genética temos orgulho de dizer que servimos de exemplo para muitos estados, fornecendo, inclusive, matrizes para melhoramento genético.

No VII Leilão do Gado Charolês e Crioulo do Contestado, que é realizado todo ano pelo sr. Marcus Gonzatto, da Fazenda Santa Lúcia, e o nosso amigo Kiko Pagliosa, da Cabanha Pagliosa, do município de Água Doce.

Representamos o Poder Legislativo no evento e no domingo à tarde foram apresentados 50 reprodutores PO - puro de origem - da raça charolês, com a idade de 18 a 30 meses, prontos para o trabalho, todos com testes de fertilidade.

Foram apresentadas também 25 novilhas PO rústicas, com teste de prenhez positivo. Também foram ofertadas quatro fêmeas doadoras de embrião. Essas fêmeas não foram para a pista, mas foram comercializadas na mangueira.

Dos 50 reprodutores, 43 foram para a pista. O preço dos animais atingiu, em média, R\$ 6.381,00 por touro, num movimento total de R\$ 274.400,00, todos com financiamento direto dos produtores ao comprador.

Das 25 novilhas prenhas que foram oferecidas na pista, todas foram comercializadas num valor de R\$ 4.359,20 por cabeça, que é um excelente preço pela qualidade das novilhas em função dos cuidados que esses cabaneiros mantêm nas suas propriedades. Além disso, também foram comercializados dois carneiros no valor de R\$ 2.000,00 por cabeça. Esse leilão alcançou um faturamento total de R\$ 385.380,00.

Mas o que mais nos impressionou, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, foi a qualidade dos produtos apresentados. Todo o gado a campo, nenhum estabulado. Gado preparado, solto no campo, enfrentando o inverno, com pastagem artificial, mas um gado de excelente qualidade, mesmo sendo uma região bastante fria, bastante sofrida.

Por isso, quero cumprimentar os nossos amigos Marcus e Kiko, por mais uma vez oferecerem aos catarinenses, aos brasileiros produtos de excelente qualidade. Havia compradores do Paraná, do Rio Grande do Sul e de toda Santa Catarina.

Teremos também, deputado Ismael dos Santos, no dia 16 do corrente, o X Leilão do Gado Charolês e Crioulo, na Fazenda Santa Tecla, que é do nosso amigo Jamil Deud Júnior, vice-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Charolês. E já foi, por dois anos, presidente da Associação Brasileira de Criadores de Charolês.

Trata-se de um excelente estancieiro, muito respeitado no meio em virtude da qualidade espetacular dos animais que cria. Ele não vai muito a leilão, mas dentro da sua propriedade, lá em Abelardo Luz, vai oferecer aos compradores 35 touros charolês PO, cinco fêmeas PO e sete potros da raça crioula, todos PO.

Já participamos de outros leilões e por isso entendemos que realmente Santa Catarina serve de exemplo para o Brasil na criação do gado charolês. Mas além dessa raça, criamos também outras, como a *simenthal* e os *angus*. E assim que forem marcados e realizados os leilões dessas raças trarei o resultado para esta Casa, a fim de mostrar aos catarinenses o que temos de bom para oferecer aos compradores e aos criadores de Santa Catarina e do Brasil.

Aproveitando o tempo que me resta, deputado Nilson Gonçalves, quero dizer que há 20 anos acompanho o dilema dos agricultores que são acusados de estar em terras indígenas.

Se o Brasil foi colonizado, os silvícolas foram os primeiros habitantes do país. O Brasil todo é terra de indígenas. Nas praias do litoral catarinense encontramos os sambaquis e outros vestígios da presença indígena. Então, é óbvio aqui já havia populações quando chegaram os ditos descobridores.

Temos como exemplo o município de Ipuçu, onde, à época em que o governador era Esperidião Amin, foi construída uma escola e um ginásio de esportes adaptado à cultura indígena. Houve alguns conflitos entre eles, mas não com os colonos, porque eles têm terra suficiente para a prática das suas culturas e da pouca plantação que fazem.

Sempre digo que índio de cabelo crespo e louro não existe. Não existe! Todo índio tem cabelo liso e pouca barba. Então, gostaríamos de entender quem são essas pessoas que insistem tanto em contrariar até os índios que moram nas localidades e que entendem que têm terra suficiente.

Entendo que há interesses escusos; existem muitos criando problemas para os colonos que há anos trabalham naquelas terras. Há casos em que as terras foram passadas de avô para filho, de filho para neto, de neto para bisneto e até para tataraneto, portanto, cinco gerações na mesma família.

Conhecemos o problema de Cunha Porã e de Saudades, de toda a região do oeste que enfrenta esse problema, o qual acompanhamos há muitos anos

Estivemos, inclusive, em audiência com os índios, com os Tribunais. Eles querem que o governo lhes dê saúde, educação, tudo dentro da cultura indígena, mas eles entendem que também os colonos têm que trabalhar e produzir.

Ressalte-se que em nossa região os índios não são locais, não! São índios de outros locais, até do Paraguai apareceu índio intitulado-se dono da terra. Isso um dia vai acabar! Não sei quando nem como!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, população que nos acompanha através da TVAL, quero registrar um fato positivo, ou seja, a inauguração, deputado Ismael dos Santos, na última terça-feira, com a presença do governador Raimundo Colombo, da UTI do Hospital Regional de São Miguel d'Oeste.

Havia sido feita uma indicação nesse sentido, pois de todo o grande oeste as pessoas acidentadas tinham que se deslocar para Chapecó para serem atendidas. Agora, no entanto, São Miguel d'Oeste tem um moderno hospital regional, com boa estrutura física, com equipamentos, tornando-se um dos melhores do estado de Santa Catarina. Então, o extremo oeste fica bem atendido, e isso é importante para a tranquilidade da população.

Na ocasião, foi solicitada ao governador a construção de duas unidades prisionais.

Hoje existem dificuldades quanto à segurança pública. Melhorou muito a questão do efetivo com os últimos concursos, mas ainda existem grandes dificuldades. E cito uma delas. No extremo oeste, na região de São Miguel, Maravilha, Itapiranga, Dionísio

Cerqueira e São Lourenço do Oeste, o grande problema é o sistema prisional. E a deputada Ada De Luca assumiu uma tarefa árdua.

Muito foi feito, muitas vagas foram criadas, mas há muito por se fazer. Para se ter uma ideia, levam-se os presos de São Lourenço para Chapecó ou Xanxerê, para cada audiência. E isso dá em torno de 600km, porque os policiais levam o preso para a audiência e depois têm que fazer todo aquele trajeto novamente.

Quero registrar que recebi um convite do presidente do CDL de Xaxim, Fábio Mosquito, para uma mobilização, no próximo sábado, na praça Frei Bruno.

O art. 144 da Constituição diz que segurança pública é dever do estado, mas direito e responsabilidade de todos. E estão procurando fazer com que a população também se mobilize, ajude, participe e reivindique a segurança pública. Então, ocorrerá essa mobilização, no próximo sábado, na praça Frei Bruno, a partir das 9h, encabeçada pelo CDL de Xaxim.

Também quero registrar positivamente que teremos, na próxima sexta-feira, sábado e domingo, o 22º Encontro da Mulher Policial Civil Catarinense. O evento, realizado quase todos os anos, é um momento de confraternização entre as policiais civis do estado de Santa Catarina, sempre com a participação de policiais do Rio Grande do Sul e do Paraná. Além do fato de confraternizarem-se, de trocarem conhecimentos e experiências, acontece sempre um seminário sobre trânsito e várias atividades importantes para o desenvolvimento da policial.

Essa é uma atividade muito complexa em nível de estado, e as policiais precisam constantemente estar em contato com as mais diversas delegacias e regiões. Assim, para as policiais é bom que se conheçam. Saber com quem se está falando, quem é a pessoa do outro lado, é muito importante.

Então, quero registrar esse evento e conchamar todas as policiais do estado de Santa Catarina para que participem do 22º Encontro da Mulher Policial Civil, organizado pelas policiais da regional de Tubarão. Será realizado no Hotel Internacional de Gravatá. É muito importante que todas participem. Isso é bom para a valorização da policial e para o melhor desenvolvimento da sua atividade.

Conversamos com a equipe com a qual trabalhamos naquele período na delegacia geral da Polícia Civil. Houve mais de 6.000 promoções de policiais nos últimos quatro anos. Isso para motivar o policial a prestar um bom trabalho ao cidadão, já que o servidor público, principalmente em duas áreas, Saúde e Educação, é procurado no momento de dificuldade, da doença, de um acidente ou quando foi vítima de algum crime e alguma violência. Por isso a qualidade do atendimento é importante.

Estão de parabéns, porque sei do trabalho que a comissão organizadora das policiais da região de Tubarão vêm fazendo, do seu empenho. E esperamos que todas as policiais do estado de Santa Catarina venham participar desse importante evento de congratulação entre a categoria.

Tivemos, hoje, uma reunião, da qual o deputado Ismael dos Santos também participou, sobre a questão da licitação dos CFCs. Há uma preocupação do estado, do Ministério Público, em regularizar essa atuação, essa atividade. E ouvimos hoje o depoimento da dra. Luciana Pinto Maciel, uma delegada de

polícia, uma das entidades envolvidas na questão da licitação no estado de Santa Catarina. E ela mesma explicou sobre a dificuldade de montar uma licitação num processo tão complexo, quanto esse do credenciamento dos CFCs. O importante é que haja transparência como está havendo, que as dificuldades existentes venham a ser corrigidas, que a população venha a ser bem atendida e que melhoremos o trânsito.

Eu falava poucos dias atrás do caso do Paraná, onde houve uma redução drástica no número de acidentes de trânsito. E precisamos estudar, acompanhar, ver o que se está sendo implementado lá, já que, infelizmente, estamos vendo a juventude sendo dizimada por ações muitas vezes impensadas, pelo excesso de velocidade, uma vez que a maioria dos acidentes ocorrem em razão da imprudência dos motoristas, os causadores dos acidentes. Então, isso é muito importante.

Como disse, pessoas boas estão sendo vítimas do descuido, da imprudência daqueles que, infelizmente, acabam-se voltando para o lado dos crimes, das drogas. E sabemos o que as drogas e a criminalidade têm provocado na vida dessa geração de jovens.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, v.exa. realmente traz um assunto que preocupa os catarinenses. Mas eu quero crer que tudo isso vem ao longo dos tempos sendo minimizado, como bem sabe v.exa., que é experto na área da Polícia, da Segurança, do policiamento, do comportamento dos policiais e do malandro.

Por isso, quero cumprimentá-lo.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado. A sua manifestação é muito importante.

Então, vejo que há uma preocupação do Detran, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, enfim, do governo do estado em regularizar essa situação

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Gostaria somente de complementar a minha informação: nos leilões realizados em Água Doce, o financiamento era direto com os cabanheiros. Realmente o financiamento foi direto sem intermediação para minimizar o preço do produto, e todos em 14 meses. E o da Fazenda Santa Tecla, do Jamil Deud, também serão nessas condições.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero aproveitar para registrar a presença do meu amigo Ivan Roberto Tauffer, um dos diretores da Facisc, no estado de Santa Catarina, que tem realizado um brilhante trabalho representando o estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador

inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, apenas gostaria de fazer uma complementação na sua intervenção há pouco, dizendo que de fato nos preocupou as colocações feitas hoje na reunião que acompanhamos por duas horas, das 10h até as 12h, que contou com a presença de representantes do sindicato do centro de formação de condutores do estado de Santa Catarina, sobretudo com relação à questão do edital.

A própria funcionária, servidora pública, dizia, deputado Nilson Gonçalves, que foi o edital mais esdrúxulo que ela já preparou ao longo de sua caminhada, de sua biografia, enquanto responsável por produção de editais no estado de Santa Catarina.

De fato, foi unânime, tanto por parte do sindicato quanto dos próprios centros de formação de condutores, a opinião de que esse edital não pode continuar da maneira como está colocada a proposta para os centros de formação de condutores. Daí a nossa solidariedade para que esse edital seja, de uma forma ou de outra, retirado por parte do governo do estado.

Preocupou-nos também a lei que está em tramitação nesta Casa, desde 2006, há cinco anos sendo debatida. Precisamos de um ordenamento conforme as diretrizes e os princípios estabelecidos pelo Contran. E o Detran aqui em Santa Catarina tem condições, sim, de fiscalizar, de monitorar os nossos centros de formação de condutores.

O deputado Maurício Eskudlark já deu a sua contribuição, sobretudo nessa polêmica quanto ao número de centros de formação nos diferentes municípios do estado de Santa Catarina.

Esperamos que a nossa reunião hoje pela manhã tenha sido resolutiva e possa dar de fato uma tranquilidade àqueles que estão no mercado abrindo ou mantendo os seus centros de formação.

Sr. presidente, realizamos na última sexta-feira, na cidade de Joinville, uma audiência pública da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas. E quero aqui agradecer o público das diferentes regiões e dos municípios da grande Joinville que esteve presente.

A Câmara de Vereadores estava lotada. Contamos com a presença dos deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos. O deputado Nilson Gonçalves esteve bem representado pela sua chefia de gabinete e sua assessoria. Também contamos com a presença de vários vereadores da cidade e, em especial, houve a participação das comunidades terapêuticas, com dez representações.

Foram muito importantes as proposições. Inclusive, estamos na terceira edição dessa audiência pública no estado de Santa Catarina. A primeira foi realizada em Chapecó, a segunda em Lages, a terceira em Joinville e a próxima será no dia 1º de agosto, na cidade de Blumenau. Mas em Joinville tivemos uma qualificada plateia. Os participantes trouxeram propostas interessantes, como, por exemplo, a questão da participação das estatais no que diz respeito ao tratamento dos dependentes químicos. Houve uma cobrança muito incisiva, muito forte dos participantes com relação à Assembleia Legislativa e ao governo do estado de forma muito específica na questão do fundo, porque se tem falado muito no fundo de prevenção às

drogas no estado de Santa Catarina, mas, infelizmente, ainda não funcionou.

Estamos trabalhando não somente com a perspectiva de 0,2% do Fundo Social, o que dá um recurso talvez de R\$ 1 milhão ao mês para atender às nossas comunidades terapêuticas. Hoje há 100 comunidades terapêuticas em nosso estado que oferecem mais de três mil vagas. Mas surgiu uma proposta, que traremos para o debate nesta Casa e que será fomentada na comissão de Finanças e Tributação, através do deputado Darci de Matos, que é o projeto Revigorar. O projeto está tramitando nesta Casa e trata-se de uma espécie de Refis, que o governador Raimundo Colombo está destinando de forma específica para a Saúde.

Assim, cerca de R\$ 100 milhões poderão de forma específica ser destinados à área da Saúde. Essa é a nossa proposta nesta Casa. E já estamos buscando uma emenda ao projeto, através da comissão de Finanças e Tributação, para que pelo menos 5% desse recurso possam ser destinados às nossas comunidades terapêuticas. Ora, num universo de R\$ 100 milhões, teríamos R\$ 5 milhões destinados para os centros terapêuticos, as comunidades terapêuticas que trabalham na reabilitação de dependentes químicos.

Temos feito um trabalho junto às comunidades terapêuticas, e há uma perspectiva média do custo de um interno naquelas comunidades de R\$ 1 mil *per capita*. Portanto, numa comunidade com cerca de 30 internos, sendo que a média é de 20 a 35, 40 internos, teríamos um custo de R\$ 30 mil/mês.

Entendemos que esse recurso de 5% para as comunidades terapêuticas, R\$ 5 milhões, certamente seria suficiente para dar segurança para as comunidades, principalmente pelas exigências atuais da Anvisa. A

Agência Nacional de Vigilância Sanitária exige das comunidades terapêuticas toda uma equipe técnica. É preciso que haja assistente social, psicólogo e médico. É preciso que exijamos isso das comunidades terapêuticas, mas também que possamos dar a elas as condições para cumprir essas exigências da Anvisa.

Acredito que o Projeto Revigorar, que é uma belíssima idéia do governador Raimundo Colombo para buscar recursos através do Refis para um caixa específico da Saúde e destinar 5% desse caixa para as comunidades terapêuticas, seria uma excelente saída, porque drogas, como sabemos, é uma questão de saúde pública. E se é uma questão de saúde pública, cabe muito bem num projeto como o Revigorar que tramita nesta Casa.

Essa é a nossa proposta e queremos fazer valer essa emenda junto à comissão de Finanças para que venha a este plenário e possa também ser atendida essa reivindicação que temos acompanhado ao longo das audiências públicas.

Gostaria, sr. presidente e srs. deputados, ao concluir a minha intervenção nesta tarde, de registrar a esperança de que amanhã tenhamos boas notícias com relação à greve do Magistério e possamos levá-las aos nossos alunos que estão nas escolas públicas.

Esperamos que prevaleça o bom senso, uma vez que o diálogo foi reiniciado no último domingo entre o governo e o sindicato, na assembleia que teremos nesta Capital, que reunirá representantes das diferentes regiões do estado. Sabemos que o Magistério merece muito mais, não temos dúvida disso. E repito que o professor ganha muito mal. Mas esperamos que os avanços sinalizados pelo governo do estado, sobretudo a perspectiva de um trabalho permanente de uma comissão

sinalizando uma melhoria razoável a partir de 2012, possa de fato trazer os professores para a sala de aula para que os nossos alunos não tenham o ano de 2011 comprometido no seu currículo.

Desejamos, de fato, que o desfecho seja o melhor possível na assembleia de amanhã do sindicato com os representantes do Magistério em todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos. Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do dia da 61ª sessão ordinária: discussão e votação em turno único das Mensagens de Veto n.s: 0123/2011 e 0136/2011; discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0157/2011, 0211/2011, 0144/2011/ 0186/2011, 0195/2011 e 0197/2011; e discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2011, de origem do Judiciário.

Agradecemos os funcionários da TVAL, os operadores de som, a nossa guarda militar, os funcionários da Casa que trabalharam neste plenário e os assessores da Mesa Diretora que nos deram condições de trabalho durante este tempo.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Lamenta a morte de Itamar Franco; alerta para a utilização de sementes exóticas de araucária no planalto serrano.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Comenta o editorial do *Diário Catarinense* intitulado "O desprezo pela saúde".

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Elogia o trabalho desenvolvido pelo deputado Volnei Morastoni à frente da comissão de Saúde.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reforça o pronunciamento do deputado Volnei Morastoni sobre a saúde.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Antônio Aguiar e associa-se às suas iniciativas.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Ressalta as ações do governo do estado e do Parlamento para alocar mais recursos na Saúde.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Lembra o Dia Nacional da Mobilização para Educação na luta pelo piso salarial e plano de carreira; enfatiza a importância da votação do Plano Nacional de Educação.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Anuncia a presença do vereador de Canoinhas. Gil Baiano.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença de quatro vereadores de canoinhas.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pede a colaboração dos deputados para reivindicar a construção de um heliponto no Hospital São José; posiciona-se contra a exigência de caução

nas instituições hospitalares públicas ou privadas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença do vereador Salvador Luiz Gomes, de São Francisco do Sul.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Pede a exoneração do ministro dos Transportes; questiona a relação entre as denúncias e o atraso nas obras federais em SC.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Chama a atenção para os pequenos hospitais do estado; anuncia audiência pública em São Miguel d'Oeste para debater a situação das instituições da região; reporta-se a requerimento de sua autoria referente à conservação de rodovias.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Pede a inclusão no requerimento de trechos da BR-101 e da BR-282 próximos a Lages.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pede à Casan que invista em saneamento básico no planalto norte.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Concorda que os pequenos municípios devem receber investimentos da Casan.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Comenta as denúncias de corrupção no ministério dos

Transportes; condena a Lei n. 12.403; reporta-se à atuação da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Parabênza o deputado Darci de Matos por abordar a Lei n. 12.403.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Alerta que a pior das drogas é o álcool.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Condena a Marcha da Maconha.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Anuncia a presença do deputado por um dia: Elizeu Pereira

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença no plenário de diversas autoridades.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Aborda a desindustrialização do país e de SC.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Anuncia a demissão do ministro Alfredo Nascimento.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Anuncia a presença de alunos da Escola Básica Municipal Machado de Assis, de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença, nesta Casa, do prefeito de Ponte Serrada, Antônio Rossi.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito deputado Altair Guidi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, assomo à tribuna para expressar meus sentimentos pela morte de um grande político brasileiro chamado Itamar Franco, que foi prefeito da sua cidade, foi deputado federal, foi governador do estado, foi senador mais de uma vez e presidente da República. Homem probo e que, talvez, por falta de algumas consultorias, morreu pobre.

Gostaria também de falar sobre as notícias que estão sendo divulgadas sobre o planalto serrano, de um potencial que não se consegue medir.

Durante minha estada na secretaria de Planejamento foi criado o projeto Acorda, São Joaquim, que abrangia sete ou oito municípios. Foi um trabalho feito com fôlego, que deve ser implantado em todas as administrações, quer estaduais ou municipais, e que deve ter continuidade porque não será um aeroporto que resolverá o problema do turismo na região, não será somente o serviço de esgoto, a estrada da neve, a estrada da maçã que resolverão isso, mas uma série de ações que tornarão palpável o potencial turístico que a região de São Joaquim tem.

Gostaria de dizer, sr. presidente e srs. deputados, que a região de São Joaquim carece de fato da aproximação de um grande núcleo urbano. Existe essa dificuldade, temos sentido isso, mas acredito que à medida que for implantado o projeto Acorde, São Joaquim, isso virá com o decorrer dos anos e aí a cidade terá aquilo que precisa para ser um grande centro turístico de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, no mês de dezembro do ano passado, a secretaria de estado do

Planejamento realizou o I Seminário da Biodiversidade Catarinense. Naquela oportunidade, foram apresentados inúmeros projetos que estavam sendo desenvolvidas pelas mais diferentes instituições, inclusive projetos de pesquisa científica.

Um deles me chamou a atenção pela gravidade do problema enfocado: as possibilidades de comprometimento genético da araucária, dada a utilização de sementes inadequadas. Ao leigo pode parecer que no plantio de espécies nativas qualquer espécie de semente pode ser utilizada. Tal não é verdade. Uma árvore, assim como todo e qualquer ser vivo, é dotada de genética específica que pode sofrer mutações se as respectivas origens não advierem de outras da mesma espécie, mas sem qualquer grau de 'parentesco' entre si.

É o que parece estar ocorrendo com a nossa araucária. Confesso que não disponho de maiores informações científicas para garantir, com a necessária segurança, de que tal fenômeno esteja comprometendo os fantásticos pinheirais da serra catarinense. Mas se o estado dispõe de mecanismos institucionais para avaliar a qualidade das sementes que estão sendo utilizadas na agricultura, por que não utilizar tais mecanismos também para fiscalizar a produção de sementes de espécies nativas? Guardadas as devidas proporções, penso que, para as gerações futuras, tão importante quanto à manutenção de espécies sadias voltadas à produção de alimentos é a preservação da qualidade da nossa flora, pois é nela que está assentada a nossa biodiversidade.

Com esse objetivo, submeto à consideração de v.exas. a formulação de uma indicação, a ser apreciada pela Assembleia Legislativa, para posterior encaminhamento ao governo do estado, sugerindo o desenvolvimento do projeto voltado à melhoria da qualidade das sementes utilizadas no plantio da nossa araucária."

É um trabalho árduo. Temos mecanismos da Epagri, da Fatma, mas na hora do trabalho somente o serviço público não tem dado conta de solucionar uma série de problemas que fazem com que o nosso estado fique um pouco aquém daquilo que ele pode desfrutar.

Dessa forma, solicito, e estou encaminhando aos técnicos da Epagri também, a aprovação de indicação solicitando que sejam cuidadas as sementes da vegetação nativa.

Também, quando da minha passagem pela secretaria de Planejamento, desenvolvemos o projeto Acorde - Plantas Nativas. E tenho certeza de que com o trabalho que foi feito nesse sentido, com a participação da Epagri e da Fatma, teremos condições de devolver a nossa vegetação nativa ao litoral catarinense. Inclusive, já tive a oportunidade de fazer algumas sugestões. Existem parques estaduais cheios de vegetações exóticas e a indicação de minha autoria é no sentido de que sejam simplesmente tiradas, liquidadas as sementes exóticas, para que não adentrem, principalmente, aos nossos parques, pois isso tem acontecido.

Sr. presidente, era o que tinha para o momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença, em nosso plenário, do grupo de vereadores mirins da cidade de Indaial, acompanhados pela professora Maria Helena Theiss.

Sintam-se à vontade e bom proveito neste Parlamento.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, queridos visitantes, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, o *Diário Catarinense* de hoje traz um editorial com o título: "O desprezo pela saúde".

Quero dizer que concordo com quase tudo o que está nesse documento, do qual vou ler partes, com algumas exceções que anotei. Mas praticamente aprovo na íntegra o enfoque que o *Diário Catarinense* deu à questão, até porque, ao ler o texto, vamos entender que o problema da saúde não é somente falta de dinheiro, não é somente um problema financeiro.

Falamos todos os dias, desta tribuna, e em todas as nossas reuniões e audiências públicas que a saúde precisa de mais dinheiro, que o financiamento é vital, que a tabela do SUS está defasada há muitos anos, pois da forma como essa tabela está vários procedimentos médicos hospitalares de baixa à média complexidade não remuneram os serviços, as ações de saúde e que por isso a saúde estaria nessa situação difícil.

Na verdade, precisamos de mais dinheiro, sim, mas precisamos da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, que vai trazer mais dinheiro para a saúde e vai também definir um percentual fixo para a União, além daquilo que os municípios e estados já aplicam. Mas não é somente um problema de dinheiro. Além da discussão do modelo assistencial, temos que voltar nossas energias para as questões da base da saúde.

O que é base da saúde? A base da saúde está na promoção, na prevenção, na educação em saúde. Enquanto não investirmos concreta, efetiva e massivamente em ações de educação em saúde, de promoção da saúde e de prevenção na saúde, não surtirão os efeitos necessários. Enquanto a maior parte dos recursos vai e esvai-se apenas para tratamento, que precisa ser eficiente, que precisa ser moderno, que precisa dispor de novos medicamentos e de toda nova tecnologia disponível, enquanto gastarmos somente nessa parte, não vamos ter dinheiro suficiente.

Além do dinheiro, deputado Jailson Lima, para a saúde, que todos concordamos e precisamos, há o ralo onde os recursos se esvaem. E esse ralo está na gestão, está em muitos procedimentos em forma de gestão, em não ter uma fiscalização adequada no âmbito federal, estadual e municipal que possa acompanhar as ações e os serviços de saúde, fazendo com que os reais colocados na Saúde sejam efetivamente gastos com a saúde, senão pode sair algo com essa charge do *Diário Catarinense* de hoje, sob o seguinte título: "O desprezo pela saúde".

Na verdade, é um funil com uma boca larga, grande, e uma saída com uma boca pequena, como todo funil. Significa dizer que entra um monte de recursos em cima e chega lá embaixo para a saúde um volume muito menor do que a porta de entrada. É apenas a boquinha do funil.

Por isso, deputado Mauro de Nadal, é que na sexta-feira estaremos em São Miguel d'Oeste começando outro périplo pelo estado. Além das dezenas de audiências públicas que já realizamos para discutir a situação da saúde no estado, a situação dos hospitais, dos municípios, de todos os setores, estamos iniciando outro périplo comandado por v.exa.,

para verificar em todo o estado de Santa Catarina a situação dos pequenos hospitais.

Estamos agendados para São Miguel d'Oeste, depois para outras regiões, como também para o sul, para Araranguá, onde trataremos de todos os problemas dos pequenos e dos grandes hospitais, da estratégia de saúde às unidades de pronto atendimento, em qualquer área da saúde, além dos programas, das ações, dos serviços, também a questão de uma gestão transparente, eficiente, uma gestão que possa, inclusive, garantir que cada centavo de recursos da saúde seja bem aplicado.

Pretendia ler na íntegra esse artigo que tenho em mãos, mas acabei fazendo considerações a respeito da leitura que mostra que muitas vezes os percentuais da saúde não são cumpridos por vários estados. Inclusive, temos que acompanhar de perto isso em nosso estado.

Defendo também que os 12% que o estado deva aplicar sejam aplicados linearmente durante o ano, mês a mês, porque no primeiro quadrimestre em que levantamos os dados, a aplicação passou um pouco de 9%, mas não chegou a 12%. E deixaríamos ir acumulando até o último trimestre, ou seja, no final do ano, em novembro, em dezembro. Então, para cumprir os 12% é preciso que deságue um monte de recursos a mais que também não resolvem. Precisamos de certa uniformidade, de uma linearidade, que esses recursos sejam distribuídos de forma mais equitativa durante o ano, para que possam ter eficiência. Mas além de não cumprirmos os percentuais, eles são aplicados em setores como, por exemplo, para os inativos. Isso não ocorre mais em nosso estado, onde já estão fora dos 12%, mas em outras unidades da federação são aplicados até em programa habitacional, que é um programa social importante, mas que não pode ser implementado como se fosse ação de saúde.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um apa

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Volnei Morastoni, esse artigo não precisa ser lido por v.exa., pois o seu trabalho, como presidente da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, tem demonstrado a sua preocupação. Ouso dizer que na história desta Casa esse é o período em que a comissão de Saúde mais tem trabalhado com audiências públicas percorrendo o estado de Santa Catarina.

Estou de pleno acordo que a gestão é uma prioridade, tanto no estado quanto no país, que é administrado pelo Partido dos Trabalhadores da nossa presidente Dilma Rousseff. Concordo com v.exa. também na questão da regulamentação da Emenda n. 29, pois estamos vendo que no Congresso Nacional muitos dos companheiros que fizeram discurso para a sua aprovação, neste momento estão recuando.

Então, parabenizo-o pela atuação e pelo diagnóstico que está fazendo em Santa Catarina, muito bem documentado através de relatórios do trabalho que está sendo executado, os quais recebemos na primeira secretaria.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Quero dizer que o trabalho que a comissão de Saúde está realizando é de toda a equipe da comissão e que se soma agora ao

Fórum dos Pequenos Hospitais. E vamos conjugar as informações e todos os nossos dados para podermos proceder aos encaminhamentos importantes. Já tivemos audiências com o governador e com o secretário estadual; já tivemos, por iniciativa do deputado Antônio Aguiar, uma audiência acerca das cirurgias eletivas - e vai haver um mutirão, um programa estadual. Além disso, o governador, pediu a retirada do projeto que trata do Revigorar 3 a fim de consignar um artigo destinado a carrear recursos especialmente para a saúde, pela emergência que a área tem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, comunidade catarinense, vou continuar, no mesmo espírito do deputado Volnei Morastoni, falando sobre a saúde. Temos realmente que dar um passo à frente em relação à saúde.

Os governos estaduais, municipais e o governo federal só arcam com 40% dos gastos da saúde, enquanto os outros 60% são pagos pelo povo brasileiro, pelas entidades que prestam serviços e pelas entidades prestadoras de serviço em todos os estados. Digo a v.exas. que 60% dos gastos da saúde são pagos com recursos que não são do governo. Então, os governos não estão importando-se com a saúde do povo brasileiro e temos que mudar isso.

O deputado Volnei Morastoni citou que não é somente o dinheiro que é importante. Mas o que se faz sem dinheiro? Não se faz nada! Criam-se programas que não são desenvolvidos. Então, temos que ter bons programas, assistência à nossa população, mas com recursos.

Já faz mais de cinco anos que falamos do reajuste da tabela do SUS, que é responsabilidade do governo federal, que não faz o reajuste e assim não permite que os médicos e os hospitais ganhem melhor. Estamos falando na Emenda n. 29 há mais de cinco anos e nada de ela ser aprovada! O que é a Emenda n. 29? Ela representa nada mais nada menos do que a injeção de R\$ 35 bilhões na Saúde.

Em Santa Catarina, através do governador Raimundo Colombo, do vice-governador Eduardo Pinho Moreira e do secretário da Saúde, fomos buscar, sim, algo diferente. Primeiramente, fizemos o diagnóstico do que é preciso para fazer as cirurgias eletivas. Em segundo lugar, buscamos recursos para essas cirurgias. O governador e o vice deram realmente a sua contribuição, mandando, na semana passada, para esta Casa, deputados Darci de Matos e Neodi Saretta, um substitutivo do programa Revigorar. O estado tem a receber R\$ 6 bilhões de credores, e acreditamos que 10% ou 20% desses R\$ 6 bilhões entrem nos cofres públicos, entrem para a Saúde, para que possamos desenvolver o programa de cirurgias eletivas em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Antônio Aguiar, v.exa. tem falado reiteradas vezes dessa tribuna sobre a saúde e as cirurgias eletivas. Quero parabenizá-lo por

isso e dizer da importância, efetivamente, de aumentar os recursos para a Saúde em todos os níveis, municipal, estadual e nacional.

Quando o projeto do Revigorar deu entrada nesta Casa, o deputado Volnei Morastoni levantou - e também levantamos isso na comissão de Finanças - que ele efetivamente seria um recurso a mais, se não fosse computado naquele limite constitucional. A nossa reunião de hoje na comissão Finanças foi nesse sentido que o relator encaminhou, para realmente ser um recurso a mais. Inclusive, eu e o deputado Volnei Morastoni tínhamos uma emenda pronta para apresentar ao projeto Revigorar, prevendo que esse recurso não se somasse aos 12%, ou seja, fosse além dos 12%. Mas com a posição do relator, acredito que não será necessária a emenda.

Em relação à questão federal, também sou favorável. Acho que temos que achar uma fórmula de regulamentar a Emenda n. 29, sim. É claro que também vamos ter que ver a fonte de financiamento, mas é preciso mais recursos para a saúde.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Antônio Aguiar, v.exa. tem sido, como médico, como parlamentar e como cidadão, um defensor intransigente dos pleitos da saúde de Santa Catarina, com conhecimento, respaldo e experiência. E agora v.exa. faz um pronunciamento falando da Emenda n. 29 e da necessidade de os estados e, sobretudo, de a União disporem de mais recursos para a saúde.

Por proposição sua, da comissão de Finanças e de muitos deputados, o governador Raimundo Colombo, com muita sensibilidade, encaminhou para esta Casa um substitutivo do projeto Revigorar. Lembro que na reunião v.exa. fez menção à necessidade de esse recurso poder atender, sobretudo, à saúde, mas, fundamentalmente, às cirurgias eletivas e às milhares de pessoas que ficam nas filas. E, vergonhosamente, muitos morrem nas filas, e não podemos admitir que isso aconteça em Santa Catarina.

Portanto, essa decisão de alocarmos como um recurso adicional, além daquele exigido constitucionalmente para a Saúde, através desse fundo, e que deverá gerar em torno de R\$ 70 a R\$ 100 milhões específicos para a saúde, é uma atitude fundamental do governo, que foi proposta pelo Parlamento catarinense.

Para concluir, deputado Antônio Aguiar, quero dizer que, mais do que isso, também foi contemplada a emenda para parcelar os débitos de água e luz dos hospitais filantrópicos de Santa Catarina.

Então, os parlamentares e o governador Raimundo Colombo estão de parabéns!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Gostaria, para encerrar a minha fala, de alertar o estado de Santa Catarina sobre as especialidades médicas. Quando recorremos aos médicos, somos encaminhados, muitas vezes, para os especialistas, que são formados por um programa chamado Residência Médica. Esse é um tema que vamos desenvolver na Assembleia Legislativa para aumentar o número de especialistas no estado de Santa Catarina.

Temos certeza de que o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, fará com que os programas de Residência Médica hoje existentes aumentem o número de especialistas em sua relação. E quero relatar a quantidade de vagas oferecidas para as Residências Médicas em Florianópolis.

O Hospital Florianópolis, na especialidade de Cirurgia-Geral, oferece duas vagas e na especialidade de Anestesiologia, duas vagas. Ora, se quisermos ter anestesistas, temos que os formar e para isso temos que dar condições aos centros de residência médica de formar realmente médicos competentes nas mais diversas especialidades.

No Hospital Regional Homero de Miranda Gomes, em São José, há uma vaga na especialidade de Ortopedia Pediátrica e também uma vaga na especialidade de Acupuntura. Já no Instituto de Cardiologia, de São José, na especialidade de Cirurgia Cardiovascular há uma vaga. No Hospital Infantil Joana de Gusmão há uma vaga em Medicina Intensiva, outra vaga em Pediatria e outra em Neonatologia, num total de três vagas. No Hospital Teresa Ramos, de Lages, na especialidade de Cirurgia-Geral há duas vagas e em Clínica Médica há quatro vagas. No Hospital Governador Celso Ramos, em Florianópolis, na especialidade de Hematologia há três vagas e na de Hemoterapia há também três vagas. Na especialidade de Ortopedia há vagas em vários outros hospitais.

Aumentar o número de residentes é a nossa meta para aumentar a quantidade de médicos especialistas para que possam atender a um número maior de pessoas. Esse é um programa que vamos ainda esmiuçar e voltaremos a esta tribuna para falar sobre residência médica, que é, sem dúvida nenhuma, uma parte importante da Saúde para que possamos alavancá-la. Sabemos que os médicos residentes são os sustentáculos também da saúde no seu local de trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

A próxima oradora inscrita é a deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os deputados, todos os ouvintes da Rádio AleSC Digital e os telespectadores da TVAL.

Gostaria de dizer que hoje, dia 6 de julho, é uma data muito importante, pois é o dia nacional de mobilização que está lançando a Jornada Nacional de Luta pelo Piso, Carreira e Plano Nacional de Educação em todo o país. Com certeza, é um dia em que o Brasil todo está parado discutindo o piso, a partir da Lei n. 11.738; a carreira dos profissionais da educação básica do Magistério; e também o Plano Nacional de Educação, que deverá ser votado no Congresso Nacional. Esse projeto de lei sofreu o maior número de emendas até o momento: 2.915 emendas e demonstra o grande sentimento da nação no sentido de fazer investimentos nesse setor fundamental.

Quero destacar que, neste dia nacional de luta pelo piso, carreira e Plano Nacional de Educação, a partir da própria Constituição Federal de 1988, que garante 25% dos investimentos em educação; a partir da criação da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação -, e também da lei do piso que veio

complementar a lei de criação do Fundeb, que é a Lei n. 11.424, todo esse aparato jurídico foi construído ao longo de décadas, no sentido de que possamos chegar hoje e ter um piso nacional para os professores.

É muito importante destacar que esse piso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal no mês de abril e nesse julgamento foi referendado não somente o vencimento inicial da carreira, mas também 1/3 da hora/atividade aplicado à jornada dos professores. E também garante o plano de carreira, adequando-se a cada realidade.

Então, é importante fazer esse debate e dizer, neste dia 6 de julho, que estamos numa luta pela aprovação do Plano Nacional da Educação. Temos feito várias conferências e seminários: está em andamento um seminário, nesta semana, na cidade de Lages, na próxima semana haverá em Blumenau e Criciúma, terminando no dia 15 em Florianópolis. E um dos principais pontos do Plano Nacional de Educação é, justamente, a garantia de 10% do PIB - Produto Interno Bruto - em investimentos ao final da década. Portanto, na área da educação.

Queremos dizer, novamente, que a nossa luta, como educadora, como deputada e como membro da categoria do Magistério, é justamente para garantir que esses 10% do PIB sejam aplicados na educação. E também, além dos 10% do PIB, a constituição de um sistema nacional articulado da educação, em que o professor passe a ter uma carreira nacional e não mais municipal ou estadual. E que também possamos ter a revisão dos parâmetros de avaliação da educação básica, hoje muito fundamentada em torno do Ideb, e a implantação do CAQ - Custo Aluno Qualidade.

Dentro de toda essa perspectiva, queremos chegar ao final da década com uma condição de remuneração mais decente, a exemplo da luta dos educadores de Santa Catarina, que hoje realizam mais uma assembleia estadual que deverá deliberar pela continuidade ou suspensão da greve.

Quero dizer que, diante de todo esse processo de construção da educação, protocolamos, no dia de ontem e já foi lido em plenário, o Projeto de Lei n. 0258/2011, que institui a Semana Estadual de Valorização dos Profissionais da Educação. Assim, a partir do ano que vem queremos que os profissionais da educação possam todo o ano, na semana que sucede ao dia 12 maio, em Santa Catarina, fazer o debate com relação à valorização dos profissionais da área. E o próprio projeto de lei prevê, no art. 2º, que nessa semana sindicatos e trabalhadores, associações de pais e mestres, conselhos escolares, entidades empresariais, igrejas, federações e clubes de serviços em conjunto com as escolas possam promover atividades artísticas e culturais e campanhas de divulgação sobre a importância do educador, debates, seminários, audiovisuais, homenagens, sessões solenes, atividades também de capacitação dos profissionais. Ou seja, a greve de 2011 precisa ficar registrada na memória de todos os educadores e, mais ainda, na memória dos catarinenses.

Queremos que, a partir dessa greve, no dia 18 de maio do ano que vem e em todos os anos que virão possamos acompanhar esse debate e fiscalizar os recursos da educação. E que nessa semana do dia 18 de maio possamos fazer o debate e avançar com relação às políticas de valorização dos profissionais da educação.

Da mesma forma, quero dizer que temos recebido todos os dias inúmeras moções de apoio devidamente aprovadas pelas Câmaras Municipais e vou citar as últimas recebidas: Antônio Carlos, Braço do Norte, Corupá, Frei Rogério, Irani, Lindóia, Mondai, Peritiba, São Bento do Sul, Saudades, Sinte estadual e regional de Palmitos e da Federação das Associações de Pesquisa e Extensão Rural com relação à retirada do Fundeb da base de cálculo da recita líquida disponível.

Então, queremos dizer que conquistamos o respeito e o respaldo das entidades, dos vereadores e da sociedade que está-nos apoiando nessa luta para que, de fato, o Fundeb vá para uma conta única e que possamos ter, no próximo ano, mais R\$ 90 milhões investidos na Educação. Então, queremos fazer esse registro e dizer que a nossa luta no Parlamento somente tem sentido se além de fazer as denúncias também construirmos canais de melhoria das condições das pessoas, em especial da categoria do Magistério.

Gostaria de relatar que estamos presidindo também o fórum que discute todo o problema relacionado às rodovias em Santa Catarina. Presidimos esse fórum e lembro-me que quando o instalamos ouvimos alguns comentários nesta Casa de que se criam muitos fóruns e que muitos não dão em nada. Mas quero fazer uma prestação de contas e dizer que o nosso fórum está trabalhando muito. Já fizemos uma audiência em Palmitos para tratar das melhorias num trecho da SC-283; fizemos também uma audiência em Seara, inclusive o deputado Neodi Saretta esteve presente, contamos com a presença maciça de prefeitos da região e também do secretário Valdir Cobalchini, que se comprometeu, naquela ocasião e também na audiência com uma comissão formada por 11 membros da qual faz parte o sindicato do Comércio Varejista de Chapecó, que o trecho da SC-283 que compreende Concórdia a Iporã do Oeste será revitalizado e recuperado, dentro do programa SOS Rodovias que será lançado pelo governo do estado no final de julho.

Também estamos encaminhando a implantação de um novo posto da Polícia Rodoviária Estadual, deputado Maurício Eskudlark e já temos o aval do deputado Valdir Cobalchini, no trecho entre Chapecó e Iporã, para que possamos reduzir a extensão da cobertura de cada unidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigada, deputada Luciane Carminatti.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno CARAMORI) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença do meu amigo, vereador Gil Baiano, de Canoinhas, presidente em exercício da Câmara de Vereadores, que se encontra nesta Casa acompanhado de amigos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de cumprimentar também os quatro

vereadores de Canoinhas aqui presentes: Paulo Glinsk, Célio Galeski, Miguel Gontarek e Gil Baiano.

Sejam bem-vindos e um grande abraço a todos vocês!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Esta Presidência registra a presença dos vereadores citados pelos deputados Maurício Eskudlark e Antônio Aguiar.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos pertencem ao PCdoB, que permuta o seu horário com o PT, com a devida autorização dos líderes. Por sua vez, o PT permuta o seu horário com o PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, atendendo ao apelo dos companheiros iniciaremos o horário destinado aos Partidos Políticos e abordaremos três assuntos neste espaço.

Reporto-me, primeiramente, a um assunto relacionado à cidade de Joinville, para onde estamos solicitando, através de uma indicação endereçada ao governo do estado, providências no sentido de facilitar a construção de um heliponto no Hospital São José. Esse pedido não é somente nosso, na verdade estamos trazendo a esta Casa um pedido daqueles que trabalham nessa área e que passam momentos difíceis quando estão salvando vítimas, os chamados anjos da guarda. É o pessoal do Graer que faz o salvamento em pelo menos 80% dos casos dos acidentes registrados na nossa região, mas na verdade eles não levam os feridos para o hospital e sim para um local onde ficava um supermercado e onde há um pátio vazio.

O deputado Kennedy Nunes e o deputado Darci de Matos sabem bem do que estou falando. O helicóptero desembarca a vítima naquele espaço e uma ambulância tem que pegar o doente e fazer um trajeto enorme: vai pela rua São Paulo, entra na rua Ministro Calógeras, depois na avenida Getúlio Vargas para depois chegar ao Hospital São José. A opção é ir pela contramão, mas é preciso a intermediação de policiais de trânsito para entrar no Hospital São José. A verdade é que essa manobra toda acaba complicando a situação de saúde de quem se acidentou na BR ou no perímetro urbano da cidade.

O Hospital São José, através de seu diretor executivo, diz que há na maquete do Projeto Ulysses Guimarães, que é a reforma do próprio Hospital São José, a previsão para um heliponto, mas são necessários alguns itens para que ele seja instalado, tais como: conclusão das obras do Projeto Ulysses Guimarães e também a conclusão de toda a parte elétrica.

Nesse meio ponto a Polícia Militar, preocupadíssima com esse problema, porque é muito mais próximo a eles por conta do helicóptero, também fez um projeto para a construção de um heliponto no próprio pátio do Hospital São José. E essa construção, hoje, custaria em torno de R\$ 258 mil e a execução seria feita em até 90 dias.

Portanto, seria uma solução rápida e objetiva que traria benefícios rápidos, especialmente àqueles que são resgatados pelo helicóptero da nossa gloriosa Polícia Militar. Esse é um pedido que faço, sr. presidente!

Estou encaminhando, através da Casa, e espero contar com o apoio do deputado

Darci de Matos e do deputado Kennedy Nunes para que estejamos aqui quando essa indicação for lida em plenário. Assim, pedirei à minha assessoria que procure os dois deputados de Joinville para que assinem comigo, porque não tenho intenção de ser o pai da criança, não existe isso. É muito mais importante que tenhamos três assinaturas nessa indicação para reforçar esse pedido e despertar a sensibilidade por parte do governo estadual, no sentido de resolver, de uma vez por todas, esse problema da nossa cidade.

Gostaria de falar, ainda, sobre um projeto de lei a que estou dando entrada nesta Casa, que proíbe a exigência de pagamento de caução de qualquer natureza para a internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada do estado de Santa Catarina.

Tenho, no contexto desse projeto que vai ser analisado pela comissão de Constituição e Justiça, todas as explicações necessárias para o entendimento de que não devemos permitir em Santa Catarina esse tipo de procedimento em hospitais, sejam eles públicos ou particulares. Vejam bem, quando um paciente é internado, num momento de emergência, o hospital coloca um impasse junto à família, que precisa caucionar, precisa emitir um cheque pré-datado e assinar uma promissória para que o paciente possa ser atendido. Isso é ilegal, mas é constante. É uma prática que existe há muito tempo em nosso estado. Em São Paulo também foi necessário fazer um projeto de lei, que já foi aprovado, proibindo a exigência de cheque-caução nos hospitais, seja da rede pública ou privada. Queremos trazer essa prática para Santa Catarina, porque entendemos que é um absurdo algumas famílias, sem condições, quando chegam a um hospital, ter que arranjar dinheiro de alguma forma ou emitir um cheque pré-datado para ver o seu ente querido internado num momento de emergência. Faço questão de frisar, num momento de emergência.

Gostaria de abordar ainda outro item, sr. presidente. A presidente Dilma Rousseff vai sancionar esta semana um projeto de lei de autoria do senador Marcelo Crivella, que proíbe empresas de oferecerem serviços de entrega em curto período de tempo usando motos. É que para cumprir o tempo estipulado, alguns motociclistas acabam acidentando-se. Isso é uma coisa comum, principalmente entre os *motoboys*, aqueles entregadores que usam motocicletas como meio de transporte.

Fui procurado por *motoboys* que estavam muito preocupados com essa restrição na sua profissão, pois acham que isso vai acabar com o seu trabalho de entrega. Na verdade, não é bem assim. Conseguí uma cópia desse projeto que, na verdade, inibe a prática das empresas de premiar quem entrega mais vezes durante o dia ou coisa semelhante. Essa era a intenção, mas não existe proibição da atividade profissional com motocicletas para entrega.

Essa é uma questão que queria deixar registrada, até porque fui procurado por vários profissionais desse segmento, preocupados que estão de ver sua profissão praticamente extinta por conta desse projeto, o que não é verdade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os deputados desta Casa, o presidente desta sessão, deputado Moacir Sopelsa, e todos os que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital.

O *Diário Catarinense* de hoje estampa em manchete o escândalo no ministério dos Transportes e a freada brusca nas obras que estão sendo executadas no país por aquela pasta. Isso nos atinge bastante porque em Santa Catarina há ações importantes sendo desenvolvidas e que precisam ser encaminhadas, como a BR-280, obra de fundamental importância para a região norte e para o escoamento das ações portuárias de São Francisco do Sul, integrada com as cidades de Jaraguá do Sul, Massaranduba e Guarapirima, onde estivemos por ocasião do lançamento do edital de licitação.

Outra obra importantíssima é o término da duplicação da BR-101/sul, além da BR-470, cuja duplicação até Timbó e Indaial é compromisso da presidente da República.

Uma ação que precisa ser empreendida é a entrega da ordem de serviço do trevo de Lontras, cuja obra já foi licitada, fato que já devia ter acontecido no final do ano passado.

Apesar de ser um deputado do Partido dos Trabalhadores também estou descontente com a situação e externando isso no horário do meu partido. Estou descontente com os atrasos, com a burocracia da máquina estatal, com as dificuldades da liberação das licenças ambientais, que atrasam e muito o andamento das obras no Brasil.

Também estou descontente quando verifico que os prazos definidos não são cumpridos justamente no governo do partido a que pertenço e que tem uma aliança nacional com diversos partidos políticos.

Entretanto, tenho que enaltecer a capacidade de gestão da nossa presidente, que assim que veio a público a corrupção instalada no ministério dos Transportes, passou a caneta e afastou os envolvidos. É bom que se saliente que essas denúncias já vêm de muito tempo. Quando escuto o nome do tal Juquinha da Valec, que era o responsável pela área de ferrovias no país, tenho arrepios! É importante lembrar também que todo esse grupo do PR já estava no ministério dos Transportes no governo anterior e continuou na atual administração. Na verdade, esse grupo estava naquele ministério desde a época do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Esse grupo é coordenado pelo antigo líder do PR, Valdemar da Costa Neto, que era deputado federal e renunciou para não ser cassado na legislatura anterior, em função do seu envolvimento no "mensalão".

Então, é com tristeza que, neste momento, estabeleço a crítica, mas é com prazer que cumprimento a presidente Dilma Rousseff pela postura que assumiu no caso dessas denúncias. A presidente passou a foice tardiamente, é verdade, nesse grupo do ministério dos Transportes, porque gente para enrolar neste país já há demais. E caso sejam comprovadas as denúncias de superfaturamento nas obras do ministério dos Transportes - e em Santa Catarina não há nenhuma obra na relação -, esperamos que

daqui para frente haja não apenas correção de rumo, de gestão, mas principalmente melhorias nos prazos de execução das obras, para que ao serem lançadas realmente sejam construídas.

Com certeza, como estampa a matéria do *Diário Catarinense*: "Escândalo no Ministério dos Transportes", a denúncia envolve principalmente o sr. Mauro Barbosa da Silva, que era o chefe de gabinete do ministro Alfredo Nascimento, que permaneceu no cargo.

Acho que o PR deveria ter coragem e mudar tudo. Não me venham com essa de que o chefe de gabinete sabia e o ministro não sabia! Podem enganar qualquer um, mas não vão enganar-me, pelo menos a mim não enganam. Inclusive, vou solicitar à assessoria do meu gabinete que elabore uma moção, que submeterei ao Plenário, solicitando que seja trocado o ministro dos Transportes. Para evitar qualquer dúvida, o PR que indique outro, existem outros nomes que podem assumir o cargo.

Quero dizer que no ministério dos Transportes existe um diretor chamado Hideraldo Caron, que é do Rio Grande do Sul e é do nosso partido, cujo nome não foi citado em momento algum, nem mesmo a sua diretoria está envolvida em qualquer ato desabonador.

Já o tal de Luiz Antônio Pagot, diretor afastado do DNIT, e José Francisco Neves, presidente afastado da Valec, o tal do Juquinha, estavam comprando trilhos por um preço absurdo, deputado Antônio Aguiar. Pelos dados que vi, dever-se-ia enrolar os trilhos no pescoço desses caras e jogá-los em alto mar, para não subirem mais à superfície.

A nação não permite mais esse tipo de coisa e a nossa presidente tomou uma atitude rápida ao demitir a cúpula do ministério dos Transportes. Esses atos de moralização fazem parte da demanda pública para o respeito que a população tem que ter pelos homens públicos. Quem está na vida pública tem missão de vida e tem que respeitar cada voto recebido e cada centavo aplicado neste país, porque para cada desvio de recursos no ministério dos Transportes, é uma morte nas estradas por falta de pavimentação e segurança. Precisamos, nesta Assembleia, elaborar um documento pedindo que essa freada seja desenfreada. Principalmente agora que temos a ministra Ideli Salvatti, não podemos mais ficar perdendo tempo, essas obras urgem, já deveriam ter sido executadas, o povo já tinha que estar usufruindo delas.

Quero deixar claro, sou um deputado do Partido dos Trabalhadores, sou um deputado que sente orgulho da presidente pelo que está fazendo por este país, dando continuidade ao governo do nosso ex-presidente Lula, mas não podemos deixar que esses atos apurados pela revista *Veja* impeçam que essas ações sejam executadas, porque o povo de Santa Catarina, que aqui representamos, tem urgência na sua realização.

E falando na revista *Veja*, quero parabenizá-la pela matéria. Raramente faço isso porque se trata de uma revistazinha reacionária, mas por essa matéria vou parabenizá-la porque li e vi fundamento.

E é exatamente por isso que temos que parabenizar a nossa presidente da República. Já em relação ao PR, que faz parte da nossa base de apoio, que crie vergonha e troque o seu ministro em Brasília.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença neste plenário do vereador Salvador Luiz Gomes, conhecido carinhosamente como Dodó, da cidade de São Francisco do Sul, e também do Jesiel, da Colônia de Pescadores Z2, que vieram visitar esta Casa. Sejam muito bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro, deputada.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

Enquanto o deputado Mauro de Nadal se dirige à tribuna, deputado Jailson Lima, temos que ter cuidado porque a corda estoura sempre do lado mais fraco.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, quero cumprimentá-lo carinhosamente, cumprimentar as sras. deputadas, os srs. deputados e endossar toda a manifestação do nobre colega Jailson Lima, pela firmeza das suas colocações e, acima de tudo, pelo conhecimento de causa. S.Exa. não fez um pronunciamento sem consistência, mas com conhecimento e com sustentação.

Estivemos há alguns dias acompanhando o governador do estado a Brasília, ocasião em que estive na Valec. Fiquei impressionado com a facilidade com que se tratava de milhões! Foi algo que me chamou a atenção: R\$ 4 milhões a R\$ 5 milhões um quilômetro de ferrovia! Isso me causou curiosidade para saber quanto, na verdade, custa um quilômetro de ferrovia. Por que a construção de ferrovias não acontece com a mesma rapidez com que usam o verbo gastar milhões? Enfim, não se passaram nem dez dias e estouraram todas essas suspeitas de desvio de recursos, de superfaturamento, que acabaram despertando não somente a minha curiosidade, que já era grande, mas também a de todo o povo brasileiro.

Requeri, sr. presidente, no dia de hoje, o envio de mensagem ao ministério dos Transportes, a fim de que nos forneça cópia dos contratos para que se possa fazer o acompanhamento da recuperação da BR-282, que liga Irani a São Miguel d'Oeste. Solicitei também cópia do contrato do trecho que faz a ligação do entroncamento da BR-158 até o município de Irani.

Passamos semanalmente por todas essas rodovias no deslocamento para Florianópolis e até mesmo no deslocamento para os municípios da região oeste de Santa Catarina. Pois bem, em todos os trechos temos que parar três ou quatro vezes porque as rodovias estão em recuperação. Que bom! Que bom que aconteça isso rapidamente, só que está causando muita apreensão para a população do extremo oeste - e somos cobrados em todos os lugares por que passamos - o fato de que uma rodovia recuperada hoje, na primeira chuva ocorrem os mesmos problemas nos mesmos lugares. E a recuperação? O recapeamento solta com uma única chuva. A conclusão a que se chega é que

há algo errado, quem sabe até na composição do asfalto.

Por isso, queremos analisar com técnicos da área para saber o que está acontecendo, verificar qual o material previsto no contrato, quais os valores colocados na recuperação, porque o povo que está lá na ponta não entende o que está acontecendo.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Gostaria que v.exa. incluísse no seu requerimento o trecho que vai da BR-101 ao município de Alfredo Wagner e o trecho de Lages à BR-282. Faz três anos que passo por lá e estão sempre em obras esses trechos. Num dia alguém vai lá e faz, dali a três meses alguém desmancha; depois outro vai lá e refaz. É uma barbaridade! Dias atrás terminaram o novo recapeamento, que já está todo trincado. A pintura da sinalização horizontal da pista, feita há dois meses, já sumiu, desapareceu. Não sei que pintura é essa que está sendo usada que desaparece em dois meses.

Estive fazendo uma análise e cheguei à conclusão de que quem provoca inflação neste país são as obras públicas, que quadruplicaram de valor. Percebi isso na ponte da Cabeçuda, em Laguna, que em cinco anos quadruplicou de valor. E até fiz um cálculo: se os que vão construir a ponte lá em Laguna fossem construir aquela da ponte da China, de 42km de extensão e que custou em torno de R\$ 3,5 bilhões, aqui custaria R\$ 22 bilhões. Isso sem levar em conta a dificuldade que é construir em alto mar, sendo que aqui é um pedaço de uma lagoa.

Mas quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que temos que dar um puxãozinho de orelhas no Ministério Público Federal. Onde está o MPF? Onde está a Controladoria-Geral da União? Onde está o Tribunal de Contas da União? Cadê a fiscalização dessas obras que não têm fim?! São obras e mais obras mal feitas!

Quando chega o final do mês não se tem recurso financeiro para custear a folha de pagamento muito menos para custear as despesas de manutenção dessas unidades hospitalares. E o problema poderá ficar ainda maior se esses pequenos hospitais fecharem as portas, porque todos vão acorrer aos hospitais dos grandes centros e se hoje já existe dificuldade de internação por falta de leitos, imaginem como ficará se esses hospitais fecharem suas portas.

Por isso acredito que o trabalho será de muita valia e com essa peregrinação que faremos em todo o estado haveremos de colher boas ideias para solucionar o problema dos hospitais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de parabenizar o deputado Mauro de Nadal pelo tema que abordou e por haver criado o Fórum Parlamentar dos Pequenos Hospitais, porque ajudando as pequenas unidades hospitalares, estaremos desafogando os hospitais dos grandes centros. Então, é necessário investir, sim, nos pequenos hospitais e tenho certeza de que essa

discussão se fará em todo o estado e os pequenos hospitais poderão fazer um trabalho diferenciado, passando, é claro, os tratamentos de alta complexidade para os grandes centros.

Gostaria de falar um pouquinho sobre saneamento básico. Quero falar especificamente do município de Canoinhas, onde não existe nem um metro de esgoto, nada de saneamento básico feito pela Casan. Queremos pedir, portanto, ao presidente da Casan, Dalírio Beber, que nos ajude a fazer com que os recursos que estão chegando do Japão e da França sejam destinados com prioridade não somente para Canoinhas, mas para os municípios do interior. Vemos investimentos em saneamento básico sendo feitos somente nos grandes centros, nas praias, no litoral. O nosso pedido é para que o saneamento chegue ao interior e faça-se realmente a descentralização.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR .DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, v.exa. está sempre defendendo o planalto norte, Canoinhas e a sua região, com razão, porque a ideia do governador de reestruturar, de fortalecer, de capitalizar a Casan é exatamente no sentido de levar recursos para investir em saneamento nas pequenas cidades, porque a maior parte das grandes cidades já saíram da Casan, já municipalizaram a água e o esgoto.

Concordo plenamente com v.exa., pois acho que os recursos desses empréstimos devem ser investidos no saneamento das pequenas cidades do interior de Santa Catarina, pois Canoinhas e os municípios próximos, que são carentes, precisam dessa ação da Casan.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Na verdade, cada um dólar investido em saneamento básico são quatro dólares a menos gastos em saúde. Então, temos que investir, sim, no saneamento básico. Queremos investimentos no interior, em Mafra, Canoinhas, São Bento do Sul e Rio Negrinho. O planalto norte necessita de um aporte financeiro melhor, já que vemos investimentos apenas no litoral. Pedimos, então, encarecidamente, que esses recursos se destinem ao planalto norte, onde necessitamos de investimento em saneamento básico.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Dem.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente. O DEM está numa transição para o novo partido, o PSD.

Sr. presidente, minha saudação a v.exa., aos demais deputados e deputadas, aos telespectadores da TVAL, aos ouvintes da Rádio Alesc Digital, aos senhores e senhoras aqui presentes.

Desejo abordar três assuntos. O primeiro refere-se ao discurso coerente feito pelo deputado Jailson Lima. Não podemos tolerar a corrupção e as notícias veiculadas pela revista *Veja* dão conta de que o ministério dos Transportes foi transformado num antro vergonhoso de corrupção neste país.

Acreditamos na postura da presidente Dilma Rousseff, que tem sido

elegante com Santa Catarina, que recebeu o governador Raimundo Colombo por algumas vezes e que tem tratado com sensibilidade os pleitos deste estado. Confiamos na sua lisura, na sua honestidade e esperamos que seja feita justiça, ou seja, que a presidente faça uma limpa no ministério dos Transportes, que nos últimos anos não teve tempo nem recursos para fazer as obras que Santa Catarina precisa e merece.

Agora descobrimos por que a duplicação da BR-101/sul não sai, arrasta-se por oito anos; por que o edital de licitação e as obras da BR-280 não andam e por que a BR-470, uma obra fundamental para o desenvolvimento do estado, não deslancha. O ministério dos Transportes vergonhosamente estava ocupando o seu tempo e gastando grande parte do seu orçamento na corrupção, conforme foi estampado na última edição da revista *Veja*. Nós, catarinenses e brasileiros, estamos aguardando uma postura decisiva, ágil, rápida no sentido de acabar com a corrupção no ministério dos Transportes.

Quero, sr. presidente, fazer menção também à repercussão da entrada em vigor da Lei n. 12.403, deputado Maurício Eskudlark, que altera artigos do Código Penal e que será um desastre para o Brasil, pois crimes como cárcere privado, receptação de veículos roubados, porte de arma, ataque ao patrimônio público não darão mais prisão, pagar-se-á uma fiança para ficar solto. Então, acabou a prisão preventiva e estaremos, vergonhosamente, soltando milhares e milhares de presos que oferecem risco à sociedade com o único argumento, deputado Kennedy Nunes, de que não existem presídios e penitenciárias suficientes. Quer dizer, em virtude da - e aí faço um *mea culpa* - incompetência do poder público, independentemente de cor partidária, optamos pela alternativa mais fácil, melhor, mais rápida, que é não prender os criminosos do nosso país. Isso é uma vergonha nacional e internacional no meu entendimento!

Deputado Nilson Gonçalves, v.exa., que tem feito um programa voltado a noticiar e denunciar a corrupção e o banditismo, sabe que o que está acontecendo é um absurdo, porque agora ficou mais fácil para os bandidos. Isso é um incentivo para a proliferação do banditismo, da delinquência neste país! Essa mudança no Código Penal é um absurdo!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de parabenizar v.exa. pelo registro e preparei-me, inclusive, para, em Explicação Pessoal, falar sobre esse assunto, porque além da lei citada por v.exa. há também a Lei n. 12.433, do dia 29 de junho, que estabelece benefícios aos presos, aos condenados, ou seja, aqueles que trabalharem, aqueles que estudarem, deputado Nilson Gonçalves, terão remissão da pena.

Agora, com essa até concordo! Se o preso está cumprindo pena e no presídio demonstrar a intenção de melhorar e de recuperar-se, que ele tenha algum benefício. Mas a Lei n. 12.403 é uma vergonha! A Polícia Militar e a Polícia Civil fazem as prisões, levam os marginais para as delegacias, mas eles serão liberados antes que a própria viatura deixe o local.

Sabe o que vai acontecer, deputado? Vai aumentar o descrédito da população com a Justiça. Há tanta corrupção, tanta confusão e a

nossa legislação penal fica cada vez mais benevolente com o marginal, ao passo que o cidadão de bem cada vez mais terá que se manter trancafiado dentro de casa.

Parabéns, deputado Darci de Matos, por abordar esse assunto.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Sr. presidente, desejo também fazer o registro, neste tempo que me resta, da atuação da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas, presidida pelo eminente deputado Ismael dos Santos, que está fazendo um trabalho excepcional em toda Santa Catarina.

Foi realizada, na última sexta-feira, sr. presidente, em Joinville, uma audiência pública que contou com a presença dos deputados Ismael dos Santos, Kennedy Nunes e deste deputado. O deputado Nilson dos Santos não pôde estar presente, mas mandou a sua equipe, a sua assessoria, que participou atentamente.

Na ocasião, debatemos com as comunidades, com as instituições a questão das drogas em Santa Catarina e no Brasil, que, no meu entendimento, deputado Kennedy Nunes, constituiu-se na grande encruzilhada deste século, no grande enigma desta geração. Discutimos, buscamos sugestões, alternativas. Foram feitos muitos pronunciamentos e com absoluta convicção podemos afirmar que o trabalho da Frente Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas vai ser muito importante no sentido de estabelecer ações e diretrizes governamentais para atuar na prevenção e também na recuperação dos dependentes químicos do estado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Darci de Matos, acho que esse é o tema do momento e a principal droga é a bebida alcoólica. Temos que alertar os familiares que 63% dos jovens tomam a sua primeira bebida alcoólica dentro de casa. Então, temos que fazer com que o alcoolismo seja, não erradicado, pois é impossível, mas tratado com bastante seriedade em nosso estado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Não me esqueço de que numa das reuniões dessa frente parlamentar, v.exa. fez uma observação, dizendo que falamos muito das drogas ilícitas e esquecemos das drogas lícitas, como é o caso do álcool e dos fármacos. Portanto, v.exa. tem total razão na sua observação.

Sr. presidente, vou afirmar aquilo que todos sabem: trata-se de uma guerra. Estamos numa guerra contra os traficantes. O tráfico de drogas constitui-se num negócio bilionário no planeta. Somente na fronteira do México com os Estados Unidos, pelas informações e dados que temos, há um movimento de drogas no valor de R\$ 20 bilhões por ano.

Mas vamos vencer essa guerra, deputado Manoel Mota, fazendo uma cruzada, uma conjugação de forças da sociedade civil organizada, das instituições, do Executivo, dos Parlamentos, das pessoas de bem deste país.

Conversamos com o deputado Ismael dos Santos, e vamos apresentar ao governador Raimundo Colombo, deputado Kennedy Nunes, com a sua participação, uma sugestão no

sentido que um pequeno percentual desse valor que vai ser designado para a Saúde, do Revigorar, seja investido na recuperação dos dependentes químicos de Santa Catarina. A abordagem aos dependentes químicos não deve ser no sentido de tratá-los como bandidos, mas como doentes. O SUS precisa estruturar-se; o governo precisa fazer convênio com as clínicas de recuperação para que possamos fazer frente à proliferação do consumo e do tráfico neste estado e neste país.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminentemente deputado Darci de Matos, quero cumprimentar v.exa. e dizer que não dá para aceitar que o Supremo Tribunal de Justiça libere o movimento em favor das drogas! Existe a segurança pública, mas ela não resiste porque as drogas tomaram conta. E agora vamos liberar esse movimento?

Então, é preciso que algumas medidas sejam tomadas nesse sentido. Acho que não podemos aceitar esse tipo de encaminhamento. Hoje o Brasil precisa de uma ação muito forte nas fronteiras. Fala-se muito, mas os governos pouco fazem, porque a droga não é plantada aqui, ela vem para o nosso país.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, concluo fazendo coro ao que foi dito pelo deputado Manoel Mota.

Participamos em Joinville, deputado Kennedy Nunes, no último sábado, da Marcha para Jesus, que tem muitas vertentes neste país: Marcha pela Preservação da Vida, Marcha pelo Meio Ambiente, Marcha pela Cidadania, Marcha pela Democracia, Marcha pela Paz. Mas a Marcha pela Liberação da Maconha, no meu entendimento, constitui-se numa afronta às pessoas de bem e às autoridades deste país.

Muito obrigado, sr. presidente.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero, com muita honra, saudar o sr. Valcir Daros, prefeito de Praia Grande, que veio a trabalho pelo seu município e está prestigiando este Parlamento. Cumprimento ainda o sr. Adelirio Monteiro, presidente da Câmara de Vereadores, que veio pelo mesmo motivo.

Quero cumprimentar também Wagner da Rosa, prefeito de Maracajá, sua equipe de trabalho, o secretário de Turismo e as rainhas da festa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Está feito o seu registro e damos aos prefeitos e às demais autoridades as boas-vindas!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer o registro da presença nesta Casa do jovem Elizeu Pereira,

deputado por um dia da promoção do nosso mandato. Uma vez por mês, escolhe-se um cidadão catarinense para acompanhar os trabalhos da Casa.

Eu tive a honra de levá-lo ao gabinete da Presidência para que pudesse cumprimentar e conhecer o presidente desta Casa.

Este jovem de 22 anos, de Camboriú, trabalha na área de turismo e está conhecendo os bastidores da Casa, como funcionam as comissões. Já esteve no Centro Administrativo, no gabinete do governador e voltou ao plenário para estar presente na sessão.

Seja bem-vindo, deputado Elizeu Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Tive a alegria de receber hoje a sua visita, juntamente com o deputado jovem Elizeu. Quero cumprimentá-lo, deputado Kennedy Nunes, pelo trabalho que faz. É dessa forma que se mostra a função deste Parlamento.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente quero somente registrar a presença do vereador Armando Andreis, o Bica, de São Lourenço do Oeste, assim como da sua assessoria e do seu filho.

Em Abelardo Luz obtivemos, inclusive, sr. presidente, proporcionalmente, a maior votação dentre todos os municípios do estado de Santa Catarina. Então, quero mandar o nosso abraço a todos os amigos, ao vice-prefeito Chico e a todas as lideranças da cidade, registrando e agradecendo a presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna, no dia de hoje, diz respeito a uma matéria que saiu no domingo, no *AN.Economia*, deputado Kennedy Nunes, do colonista Claudio Loetz, que v.exa. conhece muito bem. Essa matéria tem a ver com o assunto que temos alertado em várias oportunidades nesta Casa, ou seja, a desindustrialização no país, tema que me preocupa muito.

(Passa a ler.)

"A indústria de bens de capital, fabricante de máquinas e equipamentos, vive um momento complicado. Apresenta déficit comercial recorde e perde de goleada para os produtos importados tanto da China, quanto dos Estados Unidos e outros países. No cenário atual, o segmento mais afetado é o da indústria têxtil. Em Santa Catarina está bem quem produz equipamentos para construção civil, móveis, indústria naval e indústria petroquímica.

'Decadência da indústria

O governo necessita aumentar os investimentos, e somente com medidas novas será possível reverter o quadro de desindustrialização e de desnacionalização dos negócios no nosso setor. Dados mostram piora a cada dia. Se a exportação de produtos

primários continuar crescendo, assim como a importação de produtos industrializados, o Brasil fatalmente eliminará o seu segmento industrial. Caminharemos em direção aos tempos de colônia. Esse processo de desindustrialização já criou 250 mil empregos fora do Brasil com gente qualificada e salários bons.'

Esse é o comentário de Claudio Loetz.

Mas ele ainda segue:

"'Recorde ruim

Estamos muito preocupados. O déficit comercial do setor de máquinas e equipamentos continua aumentando e bate o recorde. De janeiro a maio, o déficit já chegou a US\$ 7,2 bilhões. Até o mês anterior, era de US\$ 5,5 bilhões. Nem o faturamento maior salva a situação. Só em maio, o faturamento (descontada a inflação) foi de US\$ 6,6 bilhões, o que é 2,6% superior ao registrado no mês anterior.

Exportações

De janeiro a maio, as exportações totalizaram US\$ 4,4 bilhões, contra US\$ 3,3 bilhões obtidos no mesmo período do ano passado. O problema é que as importações subiram muito mais. Passaram de US\$ 8,7 bilhões para US\$ 11,6 bilhões de 2010 para o ano em andamento. Isto significa crescimento de 33%.'

Isso é preocupante, são necessárias políticas públicas urgentes para a indústria catarinense. Já tivemos uma queda no setor moveleiro com as exportações, enfrentamos o setor calçadista, tivemos e estamos vivendo no setor têxtil um dos piores momentos, bem como estamos vivendo o problema da suinocultura, tendo sido, inclusive, realizada uma audiência pública para tratar desse assunto.

Sr. presidente, tudo isso nos remete ao custo Brasil. As dificuldades das nossas empresas também se relacionam com os vários fatores que envolvem o chamado custo Brasil. Por exemplo, a nossa taxa de juros é pornográfica, pois aqui se paga 7% a mais do que em países ricos. Os empresários estão perdendo de 15 a zero ao ano. Precisamos elevar de 18% do PIB para 23% a taxa de investimentos. Na China, a taxa de investimentos é de 40% do PIB e a taxa mundial é de 23,7%, deputado Reno Caramori. Mas não estamos vendo, até o momento, nenhuma ação mais forte, mais concreta, para que a nossa indústria tenha pelo menos um pouco de estabilidade na competição, porque a cada dia estamos retroagindo.

É evidente que com os investimentos na construção civil em função da Copa do Mundo de 2014 há segmentos da economia que estão aquecidos e até gerando emprego com carteira assinada. Mas até quando?! Ou seja, deputado Kennedy Nunes, quando vamos dar sustentabilidade à nossa indústria que é a grande atividade econômica e a que mais propicia, na cadeia produtiva, a geração de emprego e de renda?

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. tem razão em falar sobre isso, porque temos um carga tributária exagerada. Trabalhamos até poucos dias apenas para pagar o governo. A partir de agora, até o final do ano, é que trabalharemos para nós mesmos.

Mas gostaria de informar a v.exa., até porque foi assunto hoje nesta Casa, sobre a saída do ministro Alfredo Nascimento do ministério dos Transportes. É o segundo ministro que cai, em sete meses de governo, e isso é preocupante.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Srs. deputados, dando continuidade ao que estávamos falando sobre a economia, pensamos que o Congresso Nacional e, principalmente, o Executivo federal devem empreender ações no sentido de recuperar, de forma urgente, o setor industrial.

Para concluir, fazendo referência ao que o deputado Kennedy Nunes acabou de informar sobre a demissão do ministro Alfredo Nascimento, penso que é uma atitude inteligente o seu afastamento, porque somente assim poderá ser feita uma investigação com relação ao que vem sendo denunciado nos últimos dias. É bom para o governo e é bom para o país que quando há suspeitas de irregularidades os envolvidos sejam afastados, principalmente o chefe maior da pasta, que é o ministro Alfredo Nascimento. Entendo que isso vai dar mais condições de investigação e, ao mesmo tempo, de elucidação dos fatos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero, com muita alegria, registrar a presença dessas maravilhosas crianças da Escola Básica Municipal Machado de Assis, de Blumenau, que estão acompanhados da orientadora educacional Denise Prado e das professoras Fernanda Tomio e Silvana Gonçalves.

Desejo que todos sejam muito bem-vindos a esta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Consulta os srs. líderes se podemos deliberar o Projeto de Lei n. 0244/2011.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0244/2011, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei n. 15.432, de 2010, que aprova a revisão do Plano Plurianual para o ano de 2011 e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0017/2011, 0082/2011, 0135/2011, 0136/2011, 0143/2011, 0242/2011, 0243/2011, 0263/2011, 0266/2011 e 0268/2011, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0168/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0183/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação afinal do Projeto de Lei n. 0203/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A votação das mensagens fica transferida para a pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0157/2011, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Maravilha (instalação da Casa Familiar Rural).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0211/2011, de origem governamental, que altera o art. 2º da Lei n. 15.042 de 2009, que autoriza a doação de imóvel no município de Itapiranga (Centro de Referência de Assistência Social).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0144/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sombrio.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0186/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, que declara de utilidade pública a Associação Vida Ativa São José, de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0195/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, que declara de utilidade pública a Associação de Basquete de Itajaí, com sede no município de Itajaí.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0197/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários e Voluntários do Hospital Santa Inês - AFUHOHSI, de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2011, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa índice de revisão salarial aos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal por processo eletrônico.

Quem votar "sim" aprova a matéria e quem votar "não" rejeita-a.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER		DEPUTADO JORGE TEIXEIRA		Está encerrada a votação.
DEPUTADO ALTAIR GUIDI		DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim	Colho o resultado.
DEPUTADA ANA PAULA LIMA		DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim	Votaram 21 srs. deputados.
DEPUTADA ANGELA ALBINO		DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim	Temos 21 votos "sim".
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim	DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI		Está aprovada a matéria em primeiro
DEPUTADO CARLOS CHIODINI		DEPUTADO MANOEL MOTA	sim	turno.
DEPUTADO CIRO ROZA		DEPUTADO MARCOS VIEIRA		
DEPUTADO DADO CHEREM		DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim	Consulto os srs. líderes para saber
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim	DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	se podemos encerrar a presente sessão para
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT		DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	votarmos as matérias em segundo turno em
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim	DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		sessão extraordinária.
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI		DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	(Os líderes aquiescem.)
DEPUTADO EDISON ANDRINO		DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim	Encerramos a presente sessão,
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim	DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		convocando outra, extraordinária, para as
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim	DEPUTADO RENO CARAMORI	sim	16h11, para votarmos as matérias em sede de
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim	DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	segundo turno.
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS		DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim	DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim	Está encerrada a sessão.
DEPUTADO JEAN KUHLMANN		DEPUTADO VALMIR COMIN		
DEPUTADO JOARES PONTICELLI		DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim	

ATA DA 017ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h11, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Darcy de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO GILMAR KNAESEL (pela ordem) - Reporta-se à manifestação do presidente da Fesporte, que comemora 18 anos de existência.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Elogia o trabalho da Fesporte.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Ressalta a importância do esporte para a juventude.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Anuncia a intenção de criar a frente parlamentar do esporte.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Homenageia o presidente da Fesporte.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Parabeniza o presidente da Fesporte.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Elogia o trabalho de Adair Pecos Borsatti.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à crise na Fundação Municipal de Cultura, de Blumenau.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discorre sobre o lançamento do Sustentar 2011.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Elogia a atuação do deputado Dirceu Dresch na área do meio ambiente.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Elogia a Lei n. 12.433 e manifesta-se contrário à Lei n. 11.403.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Condena a Lei n. 11.403; tece comentários sobre a demissão do ministro dos Transportes; apóia a continuidade da greve dos professores.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (aparte) - Enfatiza os aspectos negativos da Lei n. 11.403.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0018/2011, de procedência do Tribunal de Justiça, que fixa índice de revisão salarial aos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal por processo eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADO ALTAIR GUIDI

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados, com o voto favorável do deputado Antônio Aguiar. Temos 22 votos "sim".

A matéria está aprovada em segundo

turno. Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0244/2011, 0157/2011, 0211/2011, 0144/2011, 0186/2011, 0195/2011 e 0197/2011.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0390/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0391/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunicamos que serão deferidos de plano os Requerimentos n.s: 0875/2011, de autoria do deputado Manoel Mota; 0876/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos;

0877/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0878/2011, de autoria do deputado Edison Andrino; 0879/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0880/2011, 0881/2011, 0882/2011, 0883/2011, 0884/2011, 0885/2011 e 0886/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Não há mais matéria na pauta na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

De acordo com entendimento da Mesa Diretora e atendendo ao que foi acertado com as lideranças, vamos fazer a leitura de um requerimento que tem o seguinte teor:

(Passa a ler.)

“Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho requerer até 10 (dez) minutos ao final da Ordem do Dia para conceder a palavra ao sr. Adalir Pecos Borsatti - Presidente da Fundação Catarinense de Esporte - para fazer um pronunciamento em comemoração aos 18 anos da referida Fundação.[...]"[sic]

A autoria do requerimento é do deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, solicito que seja dada continuidade à sessão, em função da não presença ainda do presidente da Fesporte. Ele me ligou dizendo que está a caminho, mas que não pode estar aqui neste exato momento. Em minutos ele estará presente e peço que v.exa. dê sequência à sessão e, em seguida, possa dar essa oportunidade ao presidente da Fesporte de usar da palavra. Hoje a Fesporte comemora 18 anos de existência e peço que ele possa fazer aqui o seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Há também sobre a mesa um requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita a cessão da palavra, antes do início do horário de Explicação Pessoal, ao prefeito do município de Maracajá, sr. Wagner da Rosa, que quer fazer o convite para a 22ª Festa do Colono e 2ª MaracajáFest, que ocorrerão entre os dias 28 e 31 de julho do corrente mês.

Como há o número de assinaturas necessárias no requerimento, cedemos, então, o horário do deputado Manoel Mota em Explicação Pessoal para que o prefeito Wagner da Rosa se manifeste. E assim que o sr. Adalir Pecos Borsatti chegar ao plenário será concedido também um espaço para a sua manifestação.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

A Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a deputado Gilmar Knaesel.

A SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, gostaria de agradecer a compreensão de todos os líderes, dos srs. deputados e das sras. deputadas por permitirem que fosse aberto esse espaço para a manifestação do presidente da Fesporte, já que a fundação comemora 18 anos de existência no dia de hoje.

Aqui estávamos eu, o deputado Manoel Mota e o deputado Reno Caramori, em 1993, quando votamos a lei que criou a Fesporte. Portanto, fico feliz de ter tido essa oportunidade.

Nos últimos oito anos, como secretário de estado, estive mais próximo da Fesporte e pude ver de perto o trabalho realizado pelos servidores da fundação. Apesar do número reduzido de servidores que prestam serviço à Fundação Catarinense de Esporte, eles são incansáveis e dedicam-se diariamente, inclusive nos finais de semana, aos eventos esportivos do nosso estado, coordenando, acompanhando e fiscalizando. São mais de 400 eventos esportivos em Santa Catarina em que a Fesporte tem uma participação direta ou indireta.

Mas quero cumprimentar o sr. Adalir Pecos Borsatti também como atleta, como dirigente esportivo e como um grande conhecedor do esporte. Sendo pela segunda vez presidente da Fesporte e coordenando os trabalhos com toda a sua equipe, diretores e gerentes, tenho certeza de que o esporte de Santa Catarina está em boas mãos.

Parabéns à Fesporte!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero apenas registrar esse momento tão importante que o deputado Gilmar Knaesel propôs para essa homenagem ao Pecos, como é conhecido carinhosamente.

Conheço o trabalho da Fesporte e quero registrar a importância dessa fundação para o nosso desporto. Vejam quantas oportunidades foram criadas para os jovens atletas. E uso como exemplo o nosso grande líder e grande orgulho, Guga Kuerten.

Parabéns, Pecos, pelo seu trabalho na Fesporte!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentar o presidente da Fesporte, sr. Adalir Pecos Borsatti, pelo trabalho relevante que presta. Esporte, hoje, é vida. Há poucos minutos falávamos sobre os problemas que as drogas causam e o esporte é uma das soluções para esse problema. Assim, temos que dar mais apoio e levar a juventude para o esporte, pois ele é vida e tira a juventude das drogas. Quantos profissionais já se formaram e hoje estão representando o Brasil.

Então, quero cumprimentá-lo pelo relevante trabalho prestado na Fesporte. Parabéns a v.sa. e a toda a sua equipe! Continue com esse belo trabalho, que este Parlamento vai dar-lhe todo o respaldo!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria também de cumprimentar Adalir Pecos Borsatti, nosso querido concordiense, ex-atleta, dar-lhe uma informação e ao mesmo tempo pedir o apoio dos srs. deputados.

Concluímos ontem uma conversa com os nossos companheiros e com o pessoal do gabinete, estamos elaborando um documento e vamos coletar as assinaturas para criar a frente parlamentar do esporte.

Então, gostaríamos de convidar os srs. deputados que desejarem a subscrever essa solicitação. Estamos com o requerimento pronto, passaremos aos deputados e vamos, se aprovada for a criação dessa frente, fazer um trabalho conjunto em prol do esporte catarinense.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Tive orgulho de representar esta Casa na abertura dos Parajasc, em São Miguel d'Oeste. Assim, gostaria de parabenizar o presidente da Fesporte, Adalir Pecos Borsatti, meu amigo, de quem tenho lembranças da época do Comercial, quando foi presidente, representando o futebol de salão em nível estadual.

Em nome do Magrão, do Johni e de todos aqueles amigos, manifestamos o nosso reconhecimento ao seu trabalho e ao seu exemplo de vida para Santa Catarina.

Parabéns, Pecos!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Quero, sr. presidente, nesta oportunidade, cumprimentar a Fesporte, em nome do seu presidente, Adalir Pecos Borsatti, e de toda a diretoria pelo trabalho que faz e pela importância que tem. Parabéns pelo trabalho, pelo planejamento estratégico, que está muito bem elaborado.

Em setembro vamos encontrar-nos no sul do estado em vários eventos, pois a Fesporte tem uma capilaridade muito grande e sua estratégia é muito válida, porque leva o esporte a todos os cantos de Santa Catarina e incentiva a nossa juventude a exercitar-se. Isso é muito importante, não apenas o esporte de competição, mas também propicia a integração, a autoestima da juventude.

Sendo assim, a nossa palavra de estímulo, de motivação e de cumprimentos a toda a Fesporte pelo grande trabalho que desenvolve e pelo planejamento de 2011.

Todos estão de parabéns, inclusive o governador Raimundo Colombo, que teve a sabedoria de escolhê-lo para dirigir a Fesporte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito aos srs. deputados que conduzam o presidente da Fesporte até a porta do plenário, a quem agradecemos a brilhante explanação.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Gostaria de parabenizá-lo o Pecos, a quem conheço de longa data, sei do seu trabalho e da sua capacidade. Por isso meus parabéns pelo trabalho. Sempre torci a seu favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Agradecendo a presença do

presidente da Fesporte, esta Presidência suspende a sessão por mais três minutos, para um momento especial de fotografias e cumprimentos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Daremos seguimento ao horário de Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, falando de um assunto tão importante quanto a comemoração da Fesporte, também quero agradecer a presença e parabenizar o seu presidente, sr. Adalir Pecos Borsatti, que foi atleta e trouxe muita alegria para a nossa gente. Tenho certeza de que a Fesporte está em boas mãos.

Neste ano, os Jogos Abertos de Santa Catarina, deputado Dirceu Dresch, serão na cidade de Caçador. Estive lá na semana passada e as pessoas estão esperando esse acontecimento com muita ansiedade e alegria.

Estamos falando de uma fundação que nos causa muita alegria, mas não posso deixar de falar também de uma crise que está acontecendo na Fundação Cultural de Blumenau, o meu município, que dá mostras todos os dias de queda vertiginosa, num prenúncio de uma total extinção, infelizmente.

Blumenau sempre foi uma cidade muito ligada à cultura, notadamente àquela com características germânicas e a Fundação Cultural era forte com todos os artistas, mas o Conselho Municipal de Cultura, sr. presidente, que é composto por 17 membros, já não conta mais com cinco deles, que pediram afastamento definitivo do órgão com a alegação de falta de gestão e vontade política da atual diretora. Uma das conselheiras relatou, inclusive, que foi processada por desacato - olha, que absurdo, nos dias de hoje, ser processada por desacato - por discordar da gestão da Fundação Cultural, numa demonstração clara de autoritarismo. Aquela fundação que era para acolher todas as pessoas, infelizmente está sendo gerida com muito autoritarismo.

Os artistas se queixam da Fundação Cultural de Blumenau e do Conselho Municipal de Cultura, alegando total abandono de iniciativas na área, atualmente relegada ao esquecimento. Como exemplo, citamos a extinção das oficinas culturais e da escolinha de arte. Eu, inclusive, fui sua aluna e já estou com 47 anos, posso dizer que era um orgulho para a cidade de Blumenau a Escolinha Municipal de Artes que, infelizmente, foi extinta; também o fechamento do Museu Fritz Müller, que era um atrativo para a cidade, sem falar da inoperância da Editora Cultura em Movimento, mantida pela fundação.

Enquanto isso, o prefeito, que, aliás, é historiador, mantém-se num silêncio típico de quem não se importa e não se responsabiliza por nada! Não bastasse o desmonte das políticas sociais, agora vitimiza a cultura de uma cidade historicamente conhecida por suas riquezas nessa área e, acima de tudo, por suas tradições.

Por outro lado, o Ministério Público confirmou, na semana passada, que vai instaurar um inquérito civil público para investigar possíveis irregularidades envolvendo

funcionários do extinto Casarão das Oficinas. A polêmica envolve o gerente de Ação Cultural, que era responsável pelas atividades do Casarão das Oficinas, contratado para um cargo comissionado. O Casarão encerrou as atividades e em agosto de 2011, o antigo gerente do espaço, Evandro Stein, criou a Casa das Oficinas. Ele era gerente do Casarão de Blumenau e agora criou um espaço particular, uma empresa privada que oferece cursos de arte da qual é diretor executivo. O ex-funcionário da prefeitura de Blumenau, que cuidava do Casarão das Oficinas, criou um espaço para ele, uma empresa privada. A alegação que consta na representação do Ministério Público é que Evandro Stein pode ter-se aproveitado do cargo e da brecha deixada pelo Casarão das Oficinas para se favorecer.

E não bastassem todas essas situações, srs. parlamentares, que inundam de vergonha e desalentam a cultura de Blumenau, tenho recebido constantemente reclamações de vários artistas - o que não é segredo para ninguém, pois esse assunto já foi manchete de jornal, de TV e de rádios locais - que passam em frente ao prédio da Fundação Cultural de Blumenau, que funciona na antiga prefeitura, restaurada depois de um incêndio pelo então prefeito Décio Lima, com a ajuda do governo do estado, dizendo que hoje se encontra em total abandono. Era um marco histórico da cidade, mas hoje está em total abandono, está um horror de se ver, uma tristeza, o prédio pede socorro.

Sr. presidente e srs. deputados, era de se esperar que o Executivo municipal, no mínimo, se pronunciasse a respeito da situação cultural de Blumenau e o porquê da ausência de uma política pública séria para a área. Enquanto a presidente da Fundação Cultural se mantém no cargo mesmo depois de sucessivas denúncias, o prefeito permanece numa situação cômoda amparada pelo silêncio e pela inércia, pois não se pronunciou até agora. O povo está reclamando e o Poder Executivo de Blumenau não se pronuncia.

Na verdade, a incompetência impera na administração pública de Blumenau, isso venho falando em todos os momentos, seja na Saúde, na Segurança Pública, na Educação e agora na Cultura. Sem falar das casas que foram construídas em Blumenau pelo governo federal, através do Minha Casa, Minha Vida. Em contrapartida, a prefeitura municipal de Blumenau não construiu nenhuma!

Em 2009 aprovamos projeto de lei cedendo um terreno do estado para a construção de casas no bairro Salto Norte, em Blumenau, mas até o momento nenhuma casa foi construída. Até este momento! Não é necessário? É claro que é. Há muitas pessoas ainda sem abrigo? É claro que há! Há gente que precisa de casa? Sim! Há pessoas morando em área de risco? Sim! E há um terreno doado pelo governo do estado ao município de Blumenau há dois anos para construir casas, mas até o momento não há nenhum projeto? É a mais pura verdade!

Esse terreno ao qual me refiro, com cerca de 20.000m², destinado à construção de moradias para os desabrigados da tragédia de 2008, como diz a Lei n. 15.049, de 30 de novembro de 2009, em 30 de novembro de 2011 completará dois anos e até o presente momento a prefeitura de Blumenau não tomou posse e muito menos apresentou projeto para a construção das casas. É um absurdo, srs. deputados!

Por isso, digo que quando a presidente Dilma Rousseff foi a Blumenau

inaugurar as casas, a cidade estava coalhada de *outdoors* dizendo que era obra da prefeitura. Uma enganação para o povo! Aqueles projetos eram do governo federal!

Agora, não há projeto para que a prefeitura possa construir as casas no terreno doado pelo governador do estado e até o momento não há nenhuma casa. As famílias estão há quase três anos desesperadas em busca de um teto, mas a prefeitura de Blumenau, mais uma vez, ignora por completo a angústia daquelas pessoas, sendo que há algumas ainda morando em área de risco, em abrigos.

Na área cultural, a presidente da Fundação Cultural de Blumenau tem que explicar aos artistas da nossa comunidade o porquê dessa situação tão triste, tão angustiante e, principalmente, por que pelo menos cinco membros do Conselho Municipal de Cultura de Blumenau já saíram por desacordo com aquela instituição.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

(Pausa)

O Sr. deputado Reno Caramori cedeu seu tempo ao deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Neodi Saretta, concedemos a palavra ao sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados e sras. deputadas, vou abordar um assunto que esta Casa já discutiu e já conhece, ou seja, o projeto Sustentar. Tenho acompanhado todas as edições do referido projeto, que tinha na presidência o agora deputado federal Pedro Uczai. Assim, em 2011 resolvi propor a realização do Sustentar 2011.

Gostaria, sr. presidente, de exibir algumas fotos do lançamento do Sustentar 2011, na última segunda-feira, no município de Chapecó.

(Passa a ler.)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Alesc - realiza desde 2008 o Sustentar - Fórum de Energias Renováveis e Consumo Responsável -, com a finalidade de debater essa temática com estudantes, pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa, empresas públicas e privadas e o Parlamento catarinense. O Sustentar é coordenado pela comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia e durante esses anos se consolidou no maior evento do sul do Brasil nessa temática.

As três edições anteriores do Sustentar (2008, 2009 e 2010) ocorreram nas cidades de Florianópolis e Chapecó, com mais de 2,5 mil pessoas inscritas. O público teve oportunidade de conhecer experiências brasileiras e de vários países, especialmente do Brasil, da Alemanha e de Portugal. Além de conferências, mesas redondas, painéis e exposição de tecnologias, o Sustentar também proporcionou visitas técnicas a diversas experiências em energias renováveis e de consumo responsável nos três estados do sul do país, onde os participantes interagiram e aprofundaram conhecimento."

Em novembro de 2010, participamos do Sustentar na cidade de Moura, em Portugal,

onde pudemos conhecer as experiências daquela cidade, que hoje tem uma das maiores experiências do mundo em termos de produção de energia solar.

(Continua lendo.)

“Como resultado das três edições anteriores do Sustentar, foi criada a Fundação Científica e tecnológica em Energias Renováveis - FCTER -, agregando universidades, centros de pesquisa, instituições públicas e privadas. A FCTER é composta por mais de 30 instituições de ensino e pesquisa (Universidade Federal da Fronteira Sul, UnoChapecó, Udesc, Unoesc, Ifet e outras), Embrapa e empresas privadas que atuam ou têm interesse de atuar no campo das energias renováveis.

Em 2011 a Assembleia Legislativa de Santa Catarina estará promovendo o IV Sustentar, realizado entre os dias 29 e 31 de agosto na cidade de Chapecó, cuja estratégia é a consolidação da FCTER como uma instituição referência em energias renováveis, com capacidade de induzir o desenvolvimento regional, realizar pesquisas científicas, atrair investimentos, contribuir para a formação de profissionais e discutir com o Poder Legislativo ações para que o tema energias renováveis seja tratado como política pública.

No Sustentar 2011 estaremos aprofundando também os padrões de consumo da sociedade contemporânea e os reflexos para o meio ambiente. Pretendemos também apresentar experiências de iniciativas sustentáveis do uso eficiente dos recursos naturais e abordagens relacionadas à economia verde, materiais eficientes, construções inteligentes e agricultura de baixo carbono. Finalmente, o Sustentar 2011 pretende refletir sobre o tema das mudanças climáticas e suas interfaces com o futuro do planeta.”

Quero apresentar algumas fotos, deputado José Milton Scheffer, v.exa. que é presidente da comissão de Economia, Ciência e Tecnologia.

(Procede-se à apresentação de fotos.)

Essa é uma fotografia do nosso evento de segunda-feira, em Chapecó, que contou com a presença marcante de instituições públicas, de universidades, de prefeituras, enfim, um conjunto de entidades que estará participando desse evento. Contamos também com a presença do deputado federal Pedro Uczai, idealizador desse grande debate, desse grande evento que a Assembleia Legislativa irá realizar este ano mais uma vez.

Também quero aproveitar para agradecer a esta Casa, ao presidente Gelson Merisio, pelo grande apoio que está dando para a realização desse evento. Não fosse esse apoio, esse suporte, e toda a equipe de colaboradores não conseguiríamos realizar o Sustentar 2011 nos dias 29, 30 e 31 de agosto, em Chapecó.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Quero cumprimentá-lo, meu companheiro e nobre deputado Dirceu Dresch, pelo sucesso que foi o lançamento do Sustentar 2011, pela programação que está sendo elaborada.

Quero cumprimentar também toda a equipe da comissão de Economia, Minas e Energia, que tem-se esforçado para fazer esse evento ser um sucesso, como o foi nos anos anteriores. É importante falar de energia

renovável, de consumo consciente, justamente numa época de grandes mudanças climáticas e de tantas agressões ao meio ambiente.

A Assembleia Legislativa, sem dúvida nenhuma, através do Sustentar 2011, dá um grande exemplo para a sociedade catarinense e cria um espaço para o debate, para a troca de ideias, para a troca de experiências voltada para a sustentabilidade da sociedade.

Quero cumprimentá-lo, pois somos parceiros nessa caminhada. Desejo-lhe muito sucesso na coordenação desse evento, que tem o apoio da comissão de Economia, de todos os demais deputados e, principalmente, do presidente, deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer, foi uma pena que v.exa. não tenha conseguido estar presente, uma vez que não houve possibilidade de adequar a sua agenda. De qualquer forma, com certeza vamos fazer grandes eventos e estamos estudando para relançar um lançamento nesta Casa, no próximo período.

Quero terminar a minha fala, sr. presidente, dizendo da alegria e do empenho da coordenação de Chapecó, que conta com a participação do Sebrae e do nosso amigo Floriano, coordenador da Fundação Científica e Tecnológica de Energias Renováveis. Este ano vai haver uma inovação, porque vamos introduzir no debate a questão do consumo responsável, vamos ter a exposição de experiências de energias renováveis no Brasil e em outros países.

Estive em Brasília, na semana passada, convidando o ministro de Tecnologia, o ministro de Minas e Energia, Aloizio Mercadante, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, enfim, muitas autoridades estarão presentes no Sustentar 2011.

Antes de encerrar, convido todos para participar do Sustentar 2011, em Chapecó. Desde ontem estão abertas as inscrições, que não têm custo algum e podem participar, além de pessoas físicas, também organizações, entidades, universidades, sejam públicas, privadas ou comunitárias e escolas técnicas.

Queremos fazer um debate bem criativo e participativo, já que vamos ter grandes debatedores, os melhores em nível internacional, desse tema e também vamos conhecer experiências concretas de energias renováveis e consumo sustentável.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

Enquanto o deputado Maurício Eskudlark se dirige à tribuna, comunicamos que o ministro dos Transportes, senador Alfredo Nascimento, decidiu deixar o governo. Há pouco encaminhou à presidente Dilma Rousseff o seu pedido de demissão em caráter irrevogável.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, primeiramente gostaria de fazer mais um registro, pois tive o orgulho de representar a nossa Assembleia Legislativa na abertura dos Parajasc, em São Miguel d'Oeste, evento esportivo que demonstra a superação de pessoas muito especiais.

Conheço e acompanho a carreira de Pecos há muitos anos, porque também fui atleta e dirigente esportivo e por isso conheço a sua trajetória. Então, não apenas a Fesporte

está de parabéns, mas também o Pecos, que é um ícone esportivo de Santa Catarina.

Hoje, sr. presidente, anotei, para comentar, dois aspectos relativos à Lei n. 11.403, de 4 de maio de 2011, que entrou em vigor há poucos dias. Trata-se da lei que fixa os critérios para a prisão e para a liberdade provisória, tendo flexibilizado, e muito, a questão da prisão preventiva. O magistrado, antes de decretar a prisão preventiva, deverá adotar outros tipos de ação em vez de manter o elemento encarcerado. Além disso, a Lei n. 11.403 também aumentou o tempo de pena para que o delegado possa arbitrar a fiança, ou seja, em crimes com pena de até quatro anos.

Entendemos, sr. presidente, que é uma lei que vai contra a sociedade justamente no momento em que é preciso mais rigor e firmeza com os infratores.

Nessa semana tivemos, na Grande Florianópolis, um latrocínio, a vítima foi um morador de Palhoça, que trabalhava em São José, conhecido como Sérgio do cachorro quente. Todos podem ter certeza de que os autores daquele crime violento começaram praticando pequenos delitos e como não foram reprimidos, não tiveram a sua liberdade cerceada, acabaram tirando a vida de um pai de família, que chegava depois da meia-noite do seu trabalho, junto com a esposa, tendo o crime ocorrido, inclusive, na presença dos filhos.

Então, srs. deputados, entendemos que a Lei n. 11.403 está na contramão da história, daquilo que a sociedade espera, que é um maior rigor do estado.

Por outro lado, no dia 29 de junho entrou em vigor uma lei que fala da redução da pena para aqueles apenados que estudem e/ou trabalhem. Essa norma legal, ao contrário da anterior, vem ao encontro do que a sociedade quer. Por quê? Porque estabelece a remissão da pena para aqueles apenados que estudem ou trabalhem. A sociedade clama para que os condenados não fiquem na ociosidade nos presídios, que lhes seja oferecida a oportunidade de trabalho e de estudo. E a penitenciária industrial de Joinville é um exemplo, mas é preciso que se desloque para esses estabelecimentos, deputado Sargento Amauri Soares, os presos que queiram trabalhar, caso contrário poderão utilizar essa regalia para render um agente e forçar uma fuga.

Então, a Lei n. 12.433, autoriza a remissão pelo estudo em todos os regimes de cumprimento da pena, inclusive para quem está em liberdade condicional. Já a remissão pelo trabalho continua valendo somente para os apenados que estiverem cumprindo a pena no regime fechados ou no regime semiaberto.

A contagem do tempo para remissão da pena por trabalho é de um dia para três dias trabalhados. A contagem do tempo para remissão da pena por estudo será de um dia a cada 12 horas de frequência escolar. Os estudos poderão ser no ensino fundamental, no médio profissionalizante, superior ou qualificação profissional. Essas 12 horas de estudo deverão ser divididas em, no mínimo, três dias. As atividades de estudo poderão ser presenciais ou a distância, devendo ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

E mais, sr. presidente e srs. deputados, o apenado poderá acumular a remissão por estudo e por trabalho desde que as horas sejam compatibilizadas. O preso que receber “n” oportunidades de se qualificar, de reduzir

a sua pena, ainda receberá uma remuneração, tanto pela remissão por estudo como por trabalho.

Por outro lado, o preso impossibilitado por acidente de prosseguir nos estudos ou no trabalho continuará a beneficiar-se da remissão. Aquele que concluir o ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena será beneficiado com o acréscimo de mais um terço do tempo a remir em função das horas de estudo. Ora, se ele já estiver remindo seis meses, ainda vai remir, pela formação, mais um terço, ou seja, mais dois meses, passando para oito meses de remissão.

Outra novidade é que o cometimento de falta grave não implicará mais na perda de todos os dias remidos. Consoante a redação dada pelo art. 127, perderá até um terço do tempo remido, começando a contagem a partir da data da infração disciplinar.

Então, os condenados que estão nos presídios e que querem buscar recuperação, o estado oferece essas condições, donde se conclui que não se recupera aquele que tem a índole voltada realmente para o crime.

A verdade, deputado Sargento Amauri Soares, é que a nossa experiência de mais de 30 anos na Segurança Pública mostra que, infelizmente, há pouca recuperação dentro dos estabelecimentos penais e quando ocorre é, principalmente, em função da religião, da fé em Deus. A presença de religiosos, pastores e ministros nas penitenciárias, presídios e unidades prisionais é que tem levado alguns presos a repensar a vida e desejar o convívio social saudável.

Comparamos, então, sr. presidente a Lei n. 11.403, que, parece-me, penaliza a sociedade, e a Lei n. 12.433, que traz benefícios para todos e que serve, inclusive, para que ninguém reclame que o estado não oferece oportunidade aos presos de se recuperar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Com a palavra o último orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

Enquanto o deputado se dirige à tribuna, comunicamos a última notícia do dia: às 17h acabou a assembleia dos professores e a decisão foi pela manutenção da greve, que já dura 50 dias.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, colegas deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero, inicialmente, falar a respeito do pronunciamento do deputado Maurício Eskudlark, dizendo que estou plenamente de acordo com a redução da pena para o preso que trabalha e estuda. Acho que é correto. Trata-se de uma política que visa à inserção social.

No entanto, acho grave - e acompanho plenamente a posição do deputado Maurício Eskudlark e, creio, também da totalidade dos parlamentares, da imprensa e da maioria da população - a legislação, a norma que entrou em vigor ontem, em que o caboclo que comete um crime não vai preso se a pena prevista for de até quatro anos. O delegado, evidentemente, vai ser instado a possibilitar o

pagamento da fiança, e o sujeito vai embora imediatamente, ou o juiz já declara que ele não pode ser preso porque a pena prevista para o crime que ele cometeu é inferior a quatro anos.

Isso significa dizer que se alguém for ao agora ao estacionamento e furtar o carro de qualquer uma das pessoas que aqui está e for preso em flagrante, no máximo vai ficar algumas horas na delegacia.

Se já existe uma folga, um desleixo, se já existe a sensação nas comunidades pobres, principalmente nos bairros populares, de que se pode traficar droga, furtar e até roubar que não acontece nada, agora então a porta foi escancarada, agora virou uma porta daquelas duplas que abre para os dois lados.

Quem criou, defendeu, assinou e colocou a digital nesse projeto e quem o defende, com certeza, se conhece alguma coisa de segurança pública, trabalha em laboratório, sala fechada, lugares que geralmente são muito seguros.

Dizem que vai haver pena alternativa! Então o estado tem como transacionar através de uma pena alternativa?! Ora, um estado que não está conseguindo construir uma cerca, um muro, um alambrado para que os presos parem de fugir, como os 78 presos que fugiram de uma vez só, agora vai conseguir acompanhar o sujeito em liberdade para ver se está cumprindo a sua pena alternativa, ajudando a comunidade?! Ele vai ter é tempo livre para continuar furtando, traficando, ameaçando e coagindo as pessoas de bem da sociedade, principalmente nos bairros populares, onde cada vez existe menos segurança pública.

Essa é a triste realidade. Objetivamente, concretamente, é isso que está acontecendo. A sociedade ficou mais desprotegida, insegura, e os marginais, provavelmente, estão fazendo festa, ou fazendo mais festa, porque podem cometer mais crimes que continuarão em liberdade.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Sem querer interromper a linha de pensamento de v.exa., quero acrescentar que esse marginal que for preso furtando, se o policial o deixar no camburão e demorar um pouco ajudando a vítima ou buscando a testemunha, ainda vai querer processá-lo por abuso de autoridade, por haver demorado a levá-lo para a delegacia. Já na delegacia, a autoridade policial, se não arbitrar logo a fiança ou demorar, vai ser também processada.

Então, é com essa inversão de valores que vivemos, na qual os policiais se sentem coagidos pela ação dos marginais e pela falta de proteção da lei. Como muito bem foi colocado por v.exa., essa lei foi feita por alguém que sai com segurança num carro fechado, que não conhece o que está acontecendo com o trabalhador, com o cidadão no dia a dia.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark, e incorporo o seu pronunciamento ao meu discurso.

Lamentavelmente, de fato isso está acontecendo. O ladrão é capaz ainda de processar o policial porque perdeu tempo de trabalho, porque perdeu duas, quatro horas de serviço. Poderia, de repente, estar furtando

outro carro, enquanto ficou sentado no banco da delegacia com o delegado burocraticamente impedindo-o de estar logo em liberdade para poder voltar ao seu exercício profissional. Perdão à sociedade pela ironia, mas isso parece mesmo brincadeira.

Não falemos apenas dos bandidos miúdos, mas também dos ladrões graúdos, do pedido de demissão do ministro dos Transportes que, por sua vez, já tinha visto demitido o seu próprio primeiro escalão, por um assunto do qual se fala muito em todos os corredores: as famosas comissões sobre as obras públicas ou sobre os serviços em geral, o dinheiro extra, o superfaturamento das obras e dos serviços para que alguma autoridade, em algum escalão, receba uma comissão; o caixinha de campanha, o caixa dois de certos partidos ou o roubo particular de uns e outros detentores de cargos públicos.

Estava demorando a cair o ministro dos Transportes. Mas agora começamos a entender por que a BR-101 sul não sai, por que o contorno da Grande Florianópolis não sai, por que pontes feitas há menos de dois anos estejam caindo. Começamos a entender por que aqueles que deveriam ser os primeiros a exigir que as empreiteiras cumpram os contratos dentro do prazo e façam o serviço com a qualidade necessária, estejam comprometidos, estejam com o rabo preso, para usar o termo popular.

É lamentável, mas é bom que, enfim, esse assunto tenha vindo a público para que essa questão seja discutida. E nós ficávamos nas audiências públicas tentando entender por que as obras não andavam! Por que eram mal feitas! Agora sabemos que os detentores de cargos públicos estão comprometidos com as empreiteiras.

E novamente não citamos partido, nem governo, porque escutamos por aí que é uma prática mais ou menos generalizada, infelizmente. Há muito gambã no milharal. O gambã estraga o milharal quando está na hora de formar a espiga de milho.

Felizmente, boa parcela do ministério dos Transportes caiu. Creio que a própria presidente Dilma Rousseff deveria assumir o ministério para tomar conta, para parar com essa vergonha.

A greve do Magistério continua, conforme decisão anunciada pelo presidente há pouco. Quero registrar o meu apoio incondicional aos professores e às professoras que tomaram essa decisão em assembleia.

Para não dizer que não falei de flores, chegou hoje o PLC relativo à Saúde, que é resultado da negociação entre o Sindsaúde, os servidores da Saúde e o governo do estado. Trata-se de uma notícia boa no meio de tantas ruins.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 30 anos do SBT.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2011, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

HOMENAGEM AO SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO - SBT SC -

PELA PASSAGEM DOS SEUS 30 ANOS

SOLICITAÇÃO DEPUTADO CARLOS CHIODINI

SUMÁRIO

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Discorre sobre a trajetória do SBT e do SCC.

EDUARDO SILVA - Em nome de Silvio Santos agradece a homenagem dos catarinenses.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Lembra o início do SBT em Lages.

ROBERTO ROGÉRIO DO AMARAL - Agradece a iniciativa do deputado Carlos Chiodini e rememora o início da TV Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Chiodini) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhor deputado Jailson Lima, primeiro-secretário da Assembleia Legislativa; (Palmas)

Senhor deputado Antônio Aguiar, terceiro-secretário da Assembleia Legislativa; (Palmas)

Senhor conselheiro Luiz Roberto Herbst, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; (Palmas)

Senhor Eduardo Silva, gerente nacional das redes afiliadas do SBT; (Palmas)

Senhor Roberto Rogério do Amaral, diretor-presidente do grupo SCC, acompanhado da senhora Ilse Machado do Amaral, diretora-executiva; (Palmas)

Senhor Carlos Joffre do Amaral Neto, vice-presidente do SCC; (Palmas)

Senhor Pedro Paiter, presidente da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão; (Palmas)

Senhor Waltoir Menegotto, secretário-geral da OAB/SC, neste ato representado a OAB/SC; (Palmas)

Senhor Elizeu Mattos, deputado estadual, representando os parlamentares desta Casa; (Palmas)

Registro a presença da deputada Dirce Heiderscheidt, do deputado estadual Neodi Saretta e do deputado Mauro de Nadal.

Exmas. autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem ao Sistema Brasileiro de Televisão - SBT -, pela passagem dos seus 30 anos.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência quer ainda registrar a presença das seguintes autoridades:

Ilustríssimo senhor Roger Bittencourt, neste ato representando a Associação Catarinense de Imprensa;

Excelentíssimo senhor conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Wilson Wan-Dall;

Ilustríssimo senhor Altamir José Paz, presidente da SCGás;

Ilustríssimo senhor Alaor Francisco Tissot, presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - Facisc;

Ilustríssimo senhor Roberto Vieira, neste ato representando o presidente da Associação dos Diários do Interior do Estado de Santa Catarina, Amer Felix Ribeiro;

Ilustríssima senhora Maria Elza Nunes, neste ato representando a Associação Catarinense de Engenharia;

Excelentíssimo senhor Armindo César Tassi, vice-prefeito de Massaranduba;

Excelentíssimo senhor Osmari Fritz, vice-presidente, neste ato representando a Presidência da Câmara Municipal de Joinville;

Excelentíssimo senhor Lírio Volpi, neste ato representando a Câmara de Vereadores de São Bento do Sul;

Excelentíssimo senhor Pedrinho Osmar Spezia, vereador do Município de Massaranduba;

Excelentíssimo senhor André Clementino da Silva, vereador do município de Biguaçu;

Excelentíssimo senhor Jeferson Garcia, vereador do município de Itapoá;

Excelentíssimo senhor João Jesus Moreira, vereador do município de Balneário Barra do Sul;

Excelentíssimo senhor Cristiano Bertelli, vereador do município de Araquari;

Excelentíssimo senhor Marcos da Maia Vicente, vereador do município de Araquari;

Excelentíssimo senhor Milton Barcelos Júnior, secretário municipal da Juventude de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Fábio Baldussi, secretário municipal de Massaranduba;

Ilustríssimo senhor jornalista Luiz Carlos Prates;

Ilustríssimo senhor Fernando Braga, neste ato representando o deputado federal Edinho Bez;

Ilustríssima senhora jornalista Linete Martins, neste ato representando a deputada Ana Paula Lima;

Ilustríssimo senhor Ilson Chaves da Silva, neste ato representando o presidente da SCPar, senhor Ênio Branco;

Excelentíssima senhora deputada Luciane Carminatti;

Ilustríssimo senhor Doreni Caramori Júnior, presidente da Associação Empresarial de Florianópolis;

Ilustríssimo senhor Hélio Bairo, presidente do Sinduscon.

A seguir, teremos a apresentação de um vídeo com mensagem do SBT nacional parabenizando o SBT de Santa Catarina e depois assistiremos a um vídeo institucional sobre a história dos 30 anos do SBT em Santa Catarina.

(Procede-se à apresentação dos vídeos.)

(Palmas)

Gostaria de registrar a presença do sr. Paulo César da Costa, secretário de estado de Assuntos Estratégicos.

Neste momento, passo a condução dos trabalhos para o deputado Jailson Lima, para que possa fazer uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente e srs. deputados.

(Passa a ler.)

"É com grata satisfação, sr. presidente, srs. deputados e todos os presentes, que estamos aqui prestando a nossa homenagem aos 30 anos do SBT, Sistema Brasileiro de Televisão, em conjunto com os 30 anos do SCC - Sistema Catarinense de Comunicação.

Como diz a promoção de aniversário do grupo: 'Não importa a idade, se tem oito ou 80 anos, o SBT provavelmente fez parte da sua vida em algum momento'.

Essa é a mais pura verdade. Quem de nós não conhece Silvio Santos? Com a proposta de uma programação popular de qualidade, nasceram no SBT, ao longo da sua história, sucessos absolutos que marcaram várias gerações, com programas comandados por Silvio Santos, Flávio Cavalcanti, Lolita Rodrigues, Airton Rodrigues, Jota Silvestre, Raul Gil, Hebe Camargo, Gugu Liberato e tantos outros.

O SBT faz parte da nossa história e engrandece, sem dúvida alguma, a história da televisão brasileira. Por aqui a nossa TV Lages, emissora do Sistema Catarinense de Comunicações, foi a primeira afiliada do canal de Silvio Santos.

O SBT de Santa Catarina, fundado com o nome de TV Lages, comemora também, em dose dupla, neste dia 10 de junho de 2011, os 30 anos do SBT. Com isso, os catarinenses há três décadas têm acesso à programação de qualidade dessa emissora de Silvio Santos.

Essa história, como vocês viram no vídeo, que eu fiz questão de conhecer, começa assim:

Com a concessão para a exploração de um canal de televisão na serra catarinense, foi fundada a Televisão Lages Ltda., com o nome fantasia de TV Planalto. Iniciava aí a trajetória de sucesso de um canal de televisão puramente catarinense, isso é importante frisar, com empreendedores daqui, e da principal empresa do Sistema Catarinense de Comunicação (SCC), fundado pelo sr. Carlos Joffre do Amaral e sucedido pelo sr. Roberto Rogério do Amaral.

No início de 1981, a TV Planalto passou a retransmitir a programação da TVS (TV Studios Silvio Santos). A TV Planalto continua a parceria com Silvio Santos e torna-se a primeira afiliada do que é hoje uma das três principais redes de televisão do Brasil. Em 1983, a TV Planalto incorporou à sua área de cobertura, que era somente o planalto serrano, a região oeste de Santa Catarina. Formou-se uma parceria com a TV Cultura de Chapecó e, posteriormente, com a TV O Estado, de Florianópolis, passando a cobrir área significativa do território catarinense. Mais adiante, com o fim dessas parcerias, a TV Planalto passou a cobrir 72% do estado.

Em 1987 estava formado o SCC - Sistema Catarinense de Comunicação. Em 1996, com investimentos de aproximadamente US\$ 2,5 milhões, foi implantada pelo grupo a rede com 1.300km de extensão, 24 estações, 30 repetidoras de UHF e 78 retransmissoras de VHF. Ocorreu então a melhoria do sinal nos municípios catarinenses.

No ano de 2000, num breve afastamento do SBT, o SCC tomou a opção estratégica de trocar de programação e ocupar a sua infraestrutura com novo sinal e expandir sua rede pelo sul do país. Nascia em SC a Rede TV Sul! Retransmitindo a programação nacional da Rede TV. Mas, como diz o ditado, 'o bom filho à casa torna' e entre o final de 2007 e o início de 2008 acontece uma nova mudança nas redes de televisão em Santa Catarina. Assim, no dia 29 de novembro de 2007 um novo acordo entre a geradora nacional do SBT e o SCC (TV Lages) fez com que o grupo se afiliasse novamente para retransmitir no estado a programação do SBT, voltando a exibir o sinal do canal de Silvio Santos no dia 1º de fevereiro de 2008. Atualmente, o SBT Santa Catarina (Rede SCC) conta com sedes em Florianópolis, Lages, Joinville, Blumenau, Criciúma, Chapecó e Joaçaba.

Hoje, o SCC, aos 30 anos, pensa no futuro. A emissora já estuda a implantação das transmissões digitais e deve passar a transmitir para TVs digitais assim que aumentar a demanda da tecnologia.

Senhores e senhores, nasci em 1982, fui criado vendo o SBT. Ele também faz parte da minha vida, da minha trajetória. Espero que esta singela homenagem seja recebida com carinho pelos diretores e funcionários das duas empresas, SBT e SCC. Pois posso garantir que o desejo do povo catarinense está expresso nesta noite, neste ato da Assembleia Legislativa que, através dos 40 deputados, deseja muitas felicidades e muitos anos de vida para o SBT e para Rede SCC.

Desejamos a todos sucesso e felicidade!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar e cumprimentar o deputado Carlos Chiodini, que com toda sua jovialidade representa tão bem o povo catarinense neste Parlamento.

Em nome dos deputados presentes, convido o deputado Elizeu Mattos para fazer uso da palavra, neste momento.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero cumprimentar as seguintes autoridades:

Senhor deputado Carlos Chiodini, autor do requerimento;

Senhor deputado Jailson Lima, primeiro-secretário da Assembleia Legislativa;

Senhor deputado Antônio Aguiar, terceiro-secretário da Mesa;

Senhor conselheiro Luiz Roberto Herbst, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Senhor Eduardo Silva, gerente nacional da rede dos afiliados;

Meu amigo Roberto Rogério do Amaral, presidente do SCC;

Senhor Carlos Joffre do Amaral Neto, vice-presidente do SCC;

Excelentíssima senhora Ilse Machado do Amaral, diretora-executiva;

Excelentíssimo senhor Pedro Paiter, presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão;

Senhor Waltoir Menegotto, secretário-geral da OAB, neste ato representando a OAB/SC;

Excelentíssimo senhor Paulo César da Costa, que aqui representa o governador Raimundo Colombo;

Quero saudar também a imprensa, na pessoa da diretora-presidente do *Correio Lageano*, Izabel Baggio; o deputado Mauro de Nadal, a deputada Dirce Heidersheidt, a deputada Luciane Carminatti e os demais deputados que se encontram nesta sessão especial de hoje.

Estou descobrindo uma coisa: estou ficando velho. Eu, que nasci no interior de Anita Garibaldi, depois fui para Lages, lembro-me da TV Planalto, parece que foi ontem. Acho até que a primeira vez que chegou em Lages o sinal do SBT foi através da TV Planalto.

Era uma torcida danada termos uma televisão do interior. Desculpe-me o pessoal da capital, mas era o máximo termos uma emissora de televisão do interior. Na verdade, tínhamos uma televisão que era da capital e outra de Blumenau, mas não tínhamos uma TV do interior.

Quando nasceu a TV Planalto e retransmitiu o sinal do SBT, lembro-me do programa Fogo de Chão, que é uma roda de chimarrão, e do saudoso Tavinho. Fazíamos uma torcida grande pela nossa TV, para que ela desse certo. E a TV Planalto não é mais a TV somente da serra catarinense, é a TV do estado de Santa Catarina, que é o nosso SCC.

Quando criança, caminhava todos os dias quatro quilômetros para ir à escola. Nasci no interior, e naquela época não havia luz, o rádio era a pilha. Eram quatro quilômetros para ir para a escola e quatro quilômetros para voltar. Íamos pelos gramados, na época de gelo, de conga, e cuidávamos para não cair, porque a conga era lisa. Mas quem nos acordava era a Rádio Clube.

Há um ditado na nossa região que diz que a Rádio Clube pega até em ferro elétrico. A pessoa começava a passar a roupa, a Rádio Clube já ligava.

Então, é com alegria que fazemos essa homenagem aos 30 anos do SBT e aos 30 anos da TV Planalto, a nossa TV Planalto, do Grupo SCC. Eu, como deputado da serra catarinense, orgulho-me, deputado Jailson Lima, da existência daquela TV do interior, a TV Planalto, que hoje é o SBT de Santa Catarina, uma grande retransmissora em nível nacional.

Quando estamos para ir à Festa do Pinhão, em Lages, visitamos o *Correio Lageano*, ligamos a televisão e ficamos pautando-nos como é que está o trânsito, como é que está a festa, qual é a hora que devemos ir para essa festa. Pautamo-nos, por incrível que pareça, pela transmissão ao vivo do SBT da Festa do Pinhão.

É uma TV do interior, que nasceu em Lages, não se esqueceu do interior, retransmite a maior festa da nossa região ao vivo para o estado de Santa Catarina e transmite a Sapecada da Canção Nativa.

Parabéns ao Grupo SCC, parabéns ao SBT, parabéns ao Roberto Amaral!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Chiodini) - Convido o mestre de cerimônias, Washington Luis Mignoni, para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Washington Luis Mignoni) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta uma homenagem ao Sistema Brasileiro de Televisão pelo transcurso dos seus 30 anos, por sua participação no cotidiano da comunidade, levando informação e entretenimento, com o compromisso de integrar todas as regiões de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Carlos Chiodini para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao Sistema Brasileiro de Televisão, SBT, neste ato representado pelo sr. Eduardo Silva, gerente nacional de redes afiliadas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, o Poder Legislativo presta uma homenagem ao Sistema Brasileiro de Televisão de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Carlos Chiodini para fazer a entrega da homenagem ao sr. Roberto Rogério do Amaral, diretor-presidente do Grupo SCC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Ilse Machado do Amaral, diretora-executiva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Carlos Chiodini e convido a sra. deputada Luciane Carminatti para fazer a entrega da homenagem ao sr. Carlos Joffre do Amaral Netto, vice-presidente do Grupo SCC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço à sra. deputada Luciane Carminatti e convido a sra. deputada Dirce Heiderscheidt para fazer a entrega da homenagem ao sr. Rui de Oliveira, diretor-técnico.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço à sra. deputada Dirce Heiderscheidt e convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao sr. Adilson Pereira Oliveira, diretor de Operações Comerciais.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Antônio Aguiar e convido o sr. deputado Elizeu Mattos para

fazer a entrega da homenagem ao sr. Nereu Sebastião do Amarante, diretor-jurídico.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Elizeu Mattos e convido o sr. deputado Neodi Saretta para fazer a entrega da homenagem ao sr. Osni Proença Pereira Júnior, diretor-administrativo-financeiro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Neodi Saretta e convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer a homenagem ao sr. Carlos Tadeu Nascimento de Jesus, operador de controle mestre.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Jailson Lima e convido o sr. deputado Mauro de Nadal para fazer a entrega da homenagem ao sr. José de Souza Machado, técnico em manutenção de TV.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir o coral brindará a todos com a música *Vida de Viajante*.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Chiodini) - Neste momento, fará uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Eduardo Silva, representando o SBT nacional.

O SR. EDUARDO SILVA - Boa-noite, senhoras e senhores presentes, prezados deputados, srs. membros da mesa, sr. Roberto Amaral e sr. deputado Carlos Chiodini, a quem agradeço pela homenagem.

(Passa a ler.)

"Este é um momento especial e é com muita satisfação que venho agradecer por essa homenagem feita por v.exa. Primeiramente, quero destacar a importância desta homenagem à nossa afiliada do SBT de Santa Catarina.

São três décadas, 30 anos de trabalho em busca da melhor informação, dos melhores conteúdos para este estado. Escrevemos uma história de sucesso, compatível com o crescimento de Santa Catarina e pretendemos continuar.

Aproveito também para agradecer a toda a equipe da nossa emissora catarinense, que tornou essa homenagem possível. Com um trabalho em conjunto sempre conseguiremos qualidade e admiração.

Quero, mais uma vez, agradecer pela homenagem e oportunidade de estar aqui. Gostaria de dizer que se v.exas. promovem esse tipo de homenagem é porque estamos realizando um bom trabalho e assim pretendemos continuar.

Novamente o meu muito obrigado! Contem sempre conosco e que outras décadas de sucesso venham por aí!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Chiodini) - Convido para fazer uso da palavra, em nome do SBT Santa Catarina, SCC, o sr. Rogério Roberto do Amaral, diretor-presidente do Grupo SCC.

O SR. ROGÉRIO ROBERTO DO AMARAL - Quero agradecer e saudar os membros da mesa e todos que estão conosco na noite de hoje. Saúdo também Isabel Baggio e em seu nome toda a imprensa de Lages.

Cumprimento ainda o nosso decano Roberto Costa e em seu nome o mercado publicitário de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, falar do SBT, este jovem de 30 anos de idade, é falar na nossa TV, que iniciou as suas transmissões em um dia frio, mas ensolarado, do mês de julho.

Tivemos um início muito difícil no começo dos anos 80. Primeiramente, como uma emissora independente, chegamos a fundar a Ubeit - União Brasileira das Emissoras Independentes de Televisão. O que nos unia era o Programa Silvio Santos, que recebíamos a cada sexta-feira pelo ônibus da Reunidas. Eram 17 ou 18 fitas de U-MATIC de meia hora, que faziam a alegria da população do interior catarinense. O domingo era, como ainda é, a cara do nosso líder maior, Silvio Santos. Não existia ainda a programação nacional por satélite, como existe hoje, e os custos 'via Embratel' eram impraticáveis e impagáveis para uma emissora como a nossa.

Além do Programa Silvio Santos, ainda comprávamos filmes e desenhos da TV Studios, uma dubladora e distribuidora que pertencia ao Grupo Silvio Santos. Naquela época, vinha de São Paulo com uma mala cheia de 'trailers de filmes' José Eduardo Marcondes, então diretor do Grupo Silvio Santos. Escolhíamos os filmes, que chegavam a custar US\$ 600, com direito a duas exibições ou mesmo três. Os telespectadores não tinham ideia de como era caro para um empresário de Lages pagar aquela conta. Os desenhos animados passávamos várias vezes. Descobrimos que as crianças não se importavam de ver dez vezes o mesmo desenho, a mesma fita. Graças a Deus que era assim!

Chegamos a produzir sete ou oito horas diárias de produção local ao vivo. Criamos o Circo do Brick Breck, Clube do Brick Show, Tarde Feminina, Esporte na TV, enfim, vários programas absolutamente ao vivo. Não podíamos gravar nem fazer tomadas externas, por economia de cabeça de vídeo e da parte mecânica dos aparelhos de *videoteipe* da época, os famosos e caros U-MATIC.

Mas vamos à história do SBT. Afinal de contas, é o grande homenageado desta noite.

Foi em uma reunião em São Paulo há exatamente 30 anos que, com a liderança da TV-S, fundamos o SBT - Sistema Brasileiro de Televisão. Que alívio! Enfim tínhamos uma rede. Fomos a primeira emissora do Brasil a se afiliar. Isso por conta de que eu estava lá e o meu sócio na época, Saul Brandalise Júnior, estava junto. Decidimos e na hora nos integramos à rede que nascia. As outras emissoras - TV Alterosa de Minas Gerais (Camilinho); TV Iguaçú do Paraná, do Paulo Pimentel; TV Pampa de Porto Alegre, do amigo Gadré; Antônio João, da TV Campo Grande; o pessoal de Pernambuco, de Recife - voltaram para dar a resposta depois. Nós demos a resposta na hora. Estamos juntos. Então, por isso, somos a primeira emissora afiliada do SBT.

Foi bem assim: fizemos a reunião em São Paulo, no prédio da Record, que pertencia a Paulo Machado de Carvalho e a Silvio Santos, lá, ao lado do aeroporto de Congonhas, e depois fomos para uma pizzaria, bem do jeito dos paulistas, para confraternizar.

Por 18 anos estivemos com o SBT, por um breve espaço de tempo integramos outra rede nacional e agora, de volta à nossa casa, estamos felizes na TV mais feliz do Brasil.

Eduardo Silva é o diretor da nossa rede nacional. Ele trabalhava com o Zé Eduardo. Era ele que fazia os preços dos filmes e dizia que fiscalizava para não passarmos mais reprises que tínhamos comprado.

Então, Eduardo Silva, muito obrigado por ter vindo trazer o abraço e receber a homenagem desta Assembleia Legislativa. Leve à nossa diretora, Daniela Beirut, ao José Maciel, ao Roberto Franco, ao Guilherme Stolar e ao nosso líder maior, Silvio Santos, o agradecimento dos catarinenses e, em especial, do SBT Santa Catarina, sua afiliada que cobre todos os recantos do estado com mais de 100 retransmissoras. Muito obrigado!

Todos os homenageados têm mais de 30 anos dedicados à nossa emissora de televisão. Essa longevidade, na mesma empresa, é uma marca registrada do SCC."

Está aqui, inclusive, o Maneca, Manoel Corrêa. Faz 61 anos que o Maneca trabalha conosco, na mesma empresa, fazendo o mesmo programa. Os nossos aplausos ao Maneca!

(Palmas)

Mas a Assembleia está homenageando, hoje, esse pessoal que começou conosco a televisão.

(Continua lendo.)

"O seu Zé, como é conhecido, o sr. José Machado, tem um pouquinho mais de 70 anos de vida e quase 50 dedicados ao nosso grupo. O seu Zé cuida das nossas retransmissoras e repetidoras por toda Santa Catarina. Desde Jacinto Machado a São Francisco do Sul, desde Florianópolis, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Curitiba, Joaçaba, Chapecó, até São Miguel d'Oeste.

A homenagem dos catarinenses, através desta Casa do Povo, por iniciativa do deputado Carlos Chiodini, também é sua. Em nome do seu Zé, muito obrigado!

Homenagear o engenheiro Rui de Oliveira, filho do seu Adolfo, como meu pai Joffre, também rádio técnico, é, acima de tudo, homenagear um profissional dedicado, uma das melhores cabeças da radiodifusão brasileira. Testemunhei o engenheiro Rui, com orgulho, nosso diretor-técnico por quase 30 anos, dar aulas de transmissor para fabricantes do Brasil e do mundo. Quando chegou a Lages, recém-formado, solteiro, magrinho, foi uma inestimável ajuda para a construção do SCC de hoje. Agora vovô, já tem seu filho Rui Júnior como colega de trabalho. Então, a ele também essa homenagem.

Falar do homenageado Nereu Sebastião Amarante é muito fácil, porque a sua história de vida confunde-se com a do nosso grupo. Este companheiro tem mais de 30 anos diuturnamente dedicados ao nosso SBT e ao SCC. Desde a constituição da empresa até os assuntos jurídicos e administrativos mais recentes lá esteve e está o meu amigo de sempre, o dr. Nereu.

Outro homenageado é o Adilson Pereira Oliveira. Foi diretor administrativo, comercial, de produção, enfim, o Adilson foi de tudo um pouco, sempre do jeito alegre e prestativo, um grande colaborador.

O homenageado Osni Proença Júnior tem também mais de 30 anos dedicados ao SBT. Hoje diretor, iniciou sua carreira como entregador de jornal do grupo, aos 14 anos de idade. Jovem estudioso, foi chefe de processamento de dados, o antigo CPD, economista, contador, administrador de empresa e agora, terminando o curso de Direito, é um colaborador dedicado, sem dúvida, deputado Carlos Chiodini, e merecedor dessa honraria.

Desde o início da ainda TV Planalto, o Carlinhos, Carlos Tadeu Nascimento de Jesus, já estava lá, pilotando o controle mestre da nossa TV. E também com essa carinha de guri, por mais de 30 anos ininterruptos de trabalho diuturno cuida de exibir os comerciais, os programas, a programação da rede, enfim, o Carlinhos é o maestro dessa grande orquestra que leva a programação consagrada do SBT a todos os lares catarinenses.

Por fim, mais um dos membros da minha família recebendo esta honraria.

O vice-presidente do SBT Santa Catarina, Carlos Joffre do Amaral Neto, meu querido filho. Falar deste outro Carlinhos, o meu Carlinhos, é fácil, pela admiração e pelo trabalho que todos da empresa lhe dedicam. O mercado publicitário já o reconheceu, foi presidente-executivo da ADVB-SC e agora é o presidente do seu conselho superior. É vice-presidente da Acaert. Bem relacionado e competente, Carlos Amaral, além de herdeiro, executivo brilhante, é um cidadão exemplar para a família e seu estado, e é um filho muito amado. Ao lado de seu irmão, que também está aqui conosco, o engenheiro Roberto Dimas, conduz o SBT Santa Catarina, melhor do que eu faria e fiz.

Homenagear a nossa matriarca, dona Ilse, é fechar com chave de ouro essa lista. Dona Ilse, companheira do meu pai, que não teve a oportunidade de ver a TV no ar, visto que faleceu há 35 anos, está sempre conosco, fisicamente ou em pensamento, cuidando do

nosso sinal em Balneário Camboriú, onde vive dando seus palpites, seus puxões de orelha, comentando que esta ou aquela programação é boa ou mais ou menos. Sempre nos ajudando.

Quero aproveitar este momento, já quase finalizando, para lembrar aqui a minha imã, a Glorinha, falecida prematuramente, mas não sem antes ajudar de uma forma contundente e competente a área comercial do SBT.

Rosane, você sabe o que a Glória representou na história do SBT!

O meu tio Hilton por vários anos, ao lado do meu pai, ajudou o embasamento do SCC, Sistema Catarinense de Comunicação. A sua filha Sandra e o neto Rodrigo continuam ajudando-nos.

Obrigado aos srs. deputados por esta homenagem. Em nome de todos, dos familiares, dos amigos, dos agraciados e do SBT, colaboradores, aos organizadores deste evento, muito obrigado! Àqueles que vieram de outras cidades, podem ter certeza que valeu a pena. Vocês assistiram a um gesto dos mais nobres, dos mais respeitados, que é a gratidão.

Santa Catarina, através da sua Assembleia Legislativa, deputado Elizeu Mattos, agradece pelo trabalho desses que fazem a história do SBT nesses 30 anos. A TV mais feliz do Brasil está ainda mais feliz no dia de hoje."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Chiodini) - Esta Presidência registra a presença do deputado Gilmar Knaesel, que também acompanha a sessão especial em homenagem aos 30 anos do SBT.

Gostaria de agradecer a parceria em todos os momentos na elaboração desta sessão especial, no fornecimento de dados e também trazendo pessoas que participaram e que fizeram desta sessão uma homenagem justa, sincera e honesta, compartilhada pela Assembleia Legislativa e por toda Santa Catarina, pela história de trabalho do SBT e, localmente, do SSC.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no hall deste Poder.

Ouviremos agora a interpretação do Hino de Santa Catarina, pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Sérgio Augusto Machado - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1792ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-adjunto, Dr. Sérgio Augusto Machado, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1792ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, parecer aprovado por unanimidade ao Ofício nº 023040632140-002-001 de 03/06/2011, Ação: Execução de Sentença - Exequente: Otávia Naspolini Bustamante - Executado: Estado de Santa Catarina, Interessado: Karina Maliska - Juíza Substituta "Pagamento Administrativo", a relatora também deu conhecimento a Consulta - 27/06/2011, Ofício nº PGE-IG-30/2011 de 22/06/2011, Interessada: Isabel Parente Mendes Gomes - Procuradora do Estado de Santa Catarina "Ação de Indenização de Direitos Trabalhistas c/c Indenização por Danos Moraes (PRIMER - Produção e Locação Ltda.) - Elisangela Tatiana Kinoshita Martini". 2) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, pareceres aprovados por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 0228/2011 - 15/06/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Pregão 012/2011 - contratação de empresa especializada em serviços de operacionalização e transmissão de sinal via satélite (Up Link Completo)" e a Comunicação Interna nº 022/2011 de 28/06/2011, Interessado: Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral da ALESC "Análise adiantamento 13º salário da funcionária Vera Lúcia Cardoso Damasco". 3) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, pareceres aprovados por unanimidade aos processos: Processo nº 0974/11, de Gabriel Barbato; Processo nº 0973/11,

de Luiz Henrique Bonatelli de Melo; Consulta encaminhada pelo Chefe de Gabinete da Presidência - 15/06/11 - NPG 110607 de 07/06/2011 - Sistema de Ensino Barddal, Interessado: Antonio Carlos de Oliveira - Gestor do Núcleo Pós-Graduação e Extensão "Auxílio Educação para os Funcionários Comissionados", e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0960/11, de Laura Celeste Jaeger Gubert. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo onze (11) de julho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala da Sessão, em 06 de Julho e 2011.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia cinco de julho do ano de dois mil e onze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Silvio Dreveck, Jorge Teixeira e Manoel Mota. O Senhor Presidente leu os Ofícios nºs 079/11, comunicando a ausência do Deputado Altair Guidi por encontrar-se em reunião, no seu gabinete, com Lideranças Regionais. E o de nº 255/2011, comunicando a ausência da Deputada Ângela Albino na reunião por motivo de doença. Em seguida, colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0144.5/2011; 0157.0/2011; 0186.4/2011; 0195.5/2011; 0197.7/2011; 0242.6/2011 - todos com parecer pela Aprovação, aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0017.6/2011; 0082.4/2011; 0135.0/2011; 0136.1/2011; 0143.0/2011; 0242.2/20011; 0243.3/2011; 0263.7/2011;

0266.0/2011; 0268.1/2011; 0274.0/2011; 0282.0/2011; 0297.6/2011; 0305.0/2011; 0308.3/2011; 0322.1/2011; 0327.6/2011; 0494.9/2010 - todos com pareceres pela Aprovação, aprovados por unanimidade, e o Ofício nº 0317.4/2011 - teve parecer pelo Diligenciamento, que foi aprovado por unanimidade. A Deputada Angela Albino, através de requerimento, solicitou uma audiência pública com o objetivo de discutir a alienação de participação na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan. O Presidente colocou que já tinha sido aprovado o mesmo requerimento na Comissão de Constituição e Justiça e que as duas Comissões, de Trabalho e de Justiça, farão uma audiência conjunta pra tratar do assunto. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria digitei a presente ata que - após ser lida e aprovada por todos os membros - será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Elizeu Mattos
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE CAFÉ TORRADO E MOÍDO, CATEGORIA GOURMET.

DATA: 25/07/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 25 de julho de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, 6º andar do Edifício João Cascaes localizado na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 12 de julho de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2306/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 021/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE MOBILIÁRIOS (ARMÁRIOS) DESTINADOS AOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS E SETOR ODONTOLÓGICO DA COORDENADORIA DE SAÚDE E DA ALESC, INCLUINDO A INSTALAÇÃO.

LOTE ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: ANCS ARTEDANIO

Valor total último lance: R\$ 18.700,00

Florianópolis, 11 de julho de 2011

BERNADETE ALBANI LEIRIA
PREGOEIRA

*** X X X ***

DESPACHO

Referência: Pregão Presencial RP nº 012/2011, realizado no dia 26/05/2011.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OPERACIONALIZAÇÃO E TRANSMISSÃO PERMANENTE, 24 HORAS, DE SINAL DIGITAL DE VIDEO E ÁUDIO ASSOCIADO COM O FORNECIMENTO DO SEGMENTO ESPACIAL VIA SATÉLITE PARA TVAL (UP LINK COMPLETO), CAPAZ DE ATENDER TECNICAMENTE TODOS OS MUNICIPIOS DE SANTA CATARINA ONDE HOUVER OPERADORA DE TV A CABO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.**

Assunto: Recurso Administrativo.

Recorrente: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL

Recorrido: Atos da Pregoeira e Equipe de Apoio

Contrarrrazões: INTERTRADE BRASIL, TELECOMUNICAÇÕES, MULTIMÍDIA E REPRESENTAÇÕES LTDA

DESPACHO

Em face o Parecer da Doutra Procuradoria Jurídica que se louvou:

1. Na inexistência de mais de um interessado no certame, particularidade que não permitiu se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa a atender o interesse público, portanto, impedindo a competitividade e a ampliação da disputa por um preço mais justo entre as interessadas;
2. No parecer da Diretoria Financeira da Alesc quando alega não existir necessidade de separar o valor da mão de obra no caso dos serviços elecandos no pregão 012/2011;
3. No parecer da Diretoria de Comunicação Social dando conta de que as notas fiscais objeto do futuro contrato devem ser preenchidas da mesma forma como estão sendo preenchidas no contrato que mantemos atualmente com a Embratel, portanto, sem a separação da mão de obra;
4. E, por último, ter ficado configurado o excesso de rigorismo na análise e interpretação do item editalício que trata especificamente do assunto, até por que a observação quanto à mão de obra nos editais tem sido uma praxe e deve ser considerada somente nos caso em que couber:

DECIDO:

Não acolher as razões apresentada pela Pregoeira designada pela Portaria n.º 2082/2011, ainda que compreensível e louvável a sua preocupação no sentido de fazer cumprir fielmente das regras que compõe o edital, conhecer o Recurso interposto pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A e **DAR-LHE PROVIMENTO.**

Retorne os autos a Pregoeira para prosseguimento do certame com vistas a permitir que o resultado se dê pelo preço mais justo e vantajoso para a ALESC.

Publique-se e cumpra-se.

Em 06 de julho de 2011

DEPUTADO GELSON MERÍSIO
PRESIDENTE
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 121/2011

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 007/2011 oriunda do Pregão Presencial CL nº 015/2011.

OBJETO: Aquisição de 90 (noventa) bombas de drenagem para aparelhos de ar condicionado tipo Split.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (16 de junho de 2011).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93 da Lei n.º10.520 de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão CL nº 015/2011.

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	Preço	Total
1	90	Un	Aquisição de 90 (noventa) sistemas de drenagem, destinados à instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split: Especificação: 1. Sistema de Drenagem 90 (noventa) sistemas de drenagem composto por válvula (bomba de drenagem) e acabamentos; Aplicações: Mini Split Tipo de capacitador: 3 níveis Funcional: 9 mm Parada: 6 mm Alarme: 20 mm Caudal Max: 6 m Aspiração: 2,5 m³/h Tensão: 230 v/50Hz Potência: 12 w	Elgin	R\$ 239,00	R\$ 21.510,00
Total					R\$ 21.510,00	
Desconto					R\$ 10,00	
TOTAL					R\$ 21.500,00	

1ª REGISTRADA: Elizabeth Ribeiro Inácio da Silva-Me
Endereço: Rua Senador Gallotti, nº 557, Bairro Joáia, Tijucas/SC
CEP 88200-000
Fone/fax (48) 3263-2716
E-mail agro.joaia@globo.com
CNPJ/MF n.º 04.083.872/0001-11
2ª REGISTRADA: Setta Sul Ltda
Florianópolis, 08 de julho de 2011
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 122/2011

REFERENTE: 02º Termo Aditivo de 09/06/2011, referente ao Contrato CL nº 027/2010-00, celebrado em 05/05/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Proactiva Meio Ambiente Brasil Ltda.

OBJETO: O presente Termo Aditivo, com base na reivindicação da Contratada, tem por finalidade reajustar o contrato original em 10,59% (dez vírgula cinquenta e nove por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de maio/2010 a abril/2011, com eficácia a partir da competência maio/2011, inclusive, passando o valor mensal de R\$ 1.004,13 (hum mil quatro reais e treze centavos) para R\$ 1.110,52 (hum mil cento e dez reais e cinquenta e dois centavos).

VALOR GLOBAL: 13.326,24 (treze mil trezentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 01/05/2011 a 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, § 4º, da Lei nº 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 11 de julho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
José Luiz Piccoli - Procurador

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 179

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal", por ser contrário ao interesse público.

O parecer da Secretaria de Estado da Fazenda o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 06 de julho de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 12/07/11

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA CONSULTORIA JURÍDICA

PARECER COJUR nº 189/2011 Florianópolis, 28 de junho de 2011.
Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil - DIAL
Ref.: Ofício n. 369/SCC-DIAL-GEMAT

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 163/2011. Alterações na Lei n. 13.334/2005, que trata do FUNDOSOCIAL. Adequação frente as modificações introduzidas pela Lei Complementar n. 534/2011 no estrutura administrativa estadual.

1. A Secretaria de Estado da Casa Civil encaminha para análise, o Autógrafo do Projeto de Lei n. 163/2011, o qual altera os arts. 3º, 4º, 5º e 12º, da Lei n. 13.334/2005, que disciplina o FUNDOSOCIAL.
2. Essa proposta modifica a composição do Conselho Deliberativo do FUNDOSOCIAL, bem como promove alterações na Lei n. 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, visando adequá-la à Lei Complementar n. 534/2011, que tratou da reforma administrativa.
3. Tais modificações decorrem da extinção da Secretaria Executiva de Gestão dos Fundos Estaduais, e com isso, objetivam transferir, na forma da nova redação dada aos arts. 49-A, inciso II, e 58, inciso X, da Lei Complementar n. 381/2007, pela Lei Complementar n. 534/2011, atribuições a Diretoria de Gestão dos Fundos Estaduais, da Secretaria de Estado da Fazenda.
4. O projeto não acarreta aumento de despesa, de forma que desnecessária a ouvida de outros órgãos na forma do Decreto Estadual n. 1.612/2004, ou mesmo cogitar-se de violação à Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n.101/2000.
5. Analisando-se a minuta apresentada, sob o aspecto formal, observa-se que a mesma está em consonância com o que preceitua a Lei Complementar Federal n. 95/1998 e a Lei Complementar Estadual n. 208/2001.
6. Assim sendo, a proposta não apresenta contrariedade ao interesse público.
7. No entanto, tendo em vista que esta Pasta encaminhou, por meio da Exposição de Motivos n. 139/2011, de 08/06/2011, novo projeto de lei alterando esses mesmos dispositivos, mas transferindo a gestão do FUNDOSOCIAL à Secretaria de Estado da Casa Civil - o que implica modificação substancial na redação da minuta -, sugere-se o veto integral do Projeto de Lei n. 163/2011.

JOSÉ GASPAS RUBICK JR.
OAB/SC 18.161

De acordo.
Submeta-se ao Exmo. Secretário de Estado da Fazenda.
Em 28/06/2011.

JULIO CESAR MARCELLINO
CONSULTOR JURÍDICO
SECRETARIA ESTADO DA FAZENDA

De acordo.
À Secretaria de Estado da Casa Civil para demais providências.
Em 28/06/2011.

UBIRATAN SIMOES REZENDE
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 163/2011

Altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º O Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, contará com um Conselho Deliberativo, cujas decisões serão tomadas por maioria simples e será composto:

I - pelo Secretário Executivo de Supervisão de Recursos Desvinculados, sendo este o Presidente do referido Conselho;

II - pelo Secretário de Estado da Fazenda;

III - pelo Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV - pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável; e

V - pelo Secretário de Estado da Administração.

Parágrafo único. Os titulares referidos nos incisos II a V poderão ser representados por servidores previamente designados.

Art. 4º Compete ao Conselho Deliberativo aprovar os programas, ações e projetos a serem financiados pelo FUNDOSOCIAL.

Parágrafo único. Nas situações de emergência ou estado de calamidade pública fica dispensada a apresentação de projetos para o emprego de recursos do FUNDOSOCIAL nos municípios atingidos, observados os procedimentos exigidos pela Secretaria de Estado da Defesa Civil.

Art. 5º Após a aprovação dos programas, ações e projetos pelo Conselho Deliberativo do FUNDOSOCIAL compete à Secretaria de Estado da Fazenda, por intermédio da Diretoria de Gestão dos Fundos Estaduais, realizar os trabalhos administrativos pertinentes à execução orçamentária e financeira do Fundo, para a efetivação dos repasses, incluindo o acompanhamento e a fiscalização da execução dos projetos.

Art. 12. A participação e colaboração em programas ou ações de desenvolvimento, inclusão ou promoção social deverão ser manifestadas, expressamente, em documento firmado pela pessoa física ou pelos representantes legais da empresa interessada, dirigido à Secretaria de Estado da Fazenda, do qual conste:

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de junho de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Jailson Lima - 1º Secretário

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 345/11

AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL DE INGLESES ASPI - FLORIANÓPOLIS

RELATÓRIO DESCRITIVO DAS ATIVIDADES
REALIZADAS EM 2009/2010

Florianópolis, 16 de junho de 2011

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Ação Social Paroquial de Ingleses - ASPI, de Florianópolis, referente ao exercício de 2009 e 2010.

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 352/11

AÇÃO SOCIAL LEÃO DEHON

OFÍCIO Nº 009/2011/ASPSJB Botuverá/SC, 04 de julho de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON LUIZ MERISIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho à elevada presença de V. EX.ª, em nome da **Ação Social Paroquial São José de Botuverá**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.539.034/0001-84, encaminhar em epígrafe os documentos requeridos pelo Art. 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, relativos ao exercício de 2010, para fins de manutenção do título de utilidade pública estadual, reconhecida pela Lei nº 14.023, de 11/06/2007.

Na certeza do efetivo cumprimento da norma legal, fico no aguardo de vossa manifestação.

Respeitosamente,

VALÉRIO ELLER
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 353/11

CIRCOLO DEI BERGAMASCHI

OFÍCIO Nº 009/2011/CDBDB Botuverá/SC, 04 de julho de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON LUIZ MERISIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho à elevada presença de V. EX.ª, em nome da **CIRCOLO DEI BERGAMASCHI DI BOTUVERÁ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.894.835/000-44, encaminhar em epígrafe os documentos requeridos pelo Art. 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, relativos ao exercício de 2010, para fins de manutenção do título de utilidade pública estadual, reconhecida pela Lei nº 14.491, de 01 de agosto de 2008..

Na certeza do efetivo cumprimento da norma legal, fico no aguardo de vossa manifestação.

Respeitosamente,

MOACIR MERIZIO
Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 354/11

Grupo de Terceira e Melhor Idade do Mariscal Bombinhas-SC

Sr.Diretor

Pelo presente, encaminhamos V. Senhoria o relatório das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Terceira e Melhor Idade do Mariscal, no período de julho de 2010 até junho de 2011.

Sem mais para o momento, reiteramos a V. Senhoria nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Valentina Fracaro-Presidente

Bombinhas, 27 de Junho de 2011.

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 355/11

ASSOCIAÇÃO ORQUIDÓFILA DE CHAPECÓ

OFÍCIO Nº 021/2011 Chapecó, SC, 01 de Julho de 2011

Ilustríssimo Senhor

Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente:

A Associação Orquidófila de Chapecó - ASSOC, encaminha à Vossa Senhoria, conforme solicitado quando da publicação da Lei nº 15.276 de 18 de Agosto de 2010, que declara nossa Associação de Utilidade Pública Estadual, os seguintes documentos:

1. Relatório anual das atividades de 2010
2. Atestado de funcionamento atualizado
3. Certidão atualizada do registro em Cartório
4. Balancete Contábil

Atenciosamente

Gelson Antonio Franceschi

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 356/11

OFÍCIO Nº 017/2011/AICJSB Botuverá/SC, 04 de julho de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON LUIZ MERISIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho à elevada presença de V. EX.ª, em nome da **Associação Italiana Coral São José de Botuverá**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.700.383/0001-24, encaminhar em epígrafe os documentos requeridos pelo Art. 3º, da Lei nº 15.125, de janeiro de 2010, relativos ao exercício de 2010, para fins de manutenção do título de utilidade pública estadual, reconhecida pela Lei nº 13.067, de 08/07/2004.

Na Certeza do efeito cumprimento da norma legal, fico no aguardo de vossa manifestação.

Respeitosamente,

MOACIR MERIZIO
Presidente em Exercício

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 357/11**AMAR - Associação de Moradores do Loteamento Araucária**

São José, 30 de junho de 2011.

Ofício.

Encaminhamento

Para a Assembleia Legislativa do estado de SC.

A AMAR - Associação de Moradores do Loteamento Araucária, inscrita no CNPJ sob nº 05.756.505/0001-02, sendo declarada de Utilidade Pública em 08 de Setembro de 2009, na Lei Nº 14.848 com sede na Rua Afrísio de Senna Vaz s/nº.

Bairro - Serraria

Loteamento - Araucária.

CEP - 88.115-550.

Município - São José SC

Encaminho à Assembleia Legislativa os documentos solicitados desta entidade para o controle e identificação do reconhecimento de Utilidade Pública.

Documentos: 01 - Relatório anual do ano de 2010.

02 - Atestado de funcionamento atualizado.

03 - Certidão desta Entidade atualizada.

04 - Balancete contábil do ano de 2010.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente

Amar - Associação de Moradores do Loteamento Araucária

Vanderlei Godinho

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 358/11**Centro Assistencial Espírito Santo
Tijucas - SC**

Ofício Nº 031/11

Tijucas SC, 28 de Junho de 2011.

Ilmo. Sr.

Jailson Lima

Deputado Estadual

1º Secretário

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Senhoria, a documentação para a renovação do título de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresenta para o momento, despeço-me com votos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente:

Valério Tomazi

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 359/11**Hospital e Maternidade Dom Joaquim**

Ofício Nº 007/2011/AHMDJ Brusque/SC, 04 de julho de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON LUIZ MERÍSIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho à elevada presença de V.Ex.ª, em nome da **Associação Hospital e Maternidade Dom Joaquim**, registrada no CNPJ sob o nº 82.991.860/0001-07, encaminhar em epígrafe os documentos requeridos pelo Art. 3º, da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, relativos ao exercício de 2010, para fins de manutenção do título de utilidade pública estadual, reconhecida pela Lei nº 9.708, de 30/09/1994.

Na certeza do efetivo cumprimento da norma legal, fico no aguardo de vossa manifestação.

Respeitosamente,

ADÃO CARLOS MACHADO MARCELINO

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 360/11**LIGA ESPORTIVA CANOINENSE**

Ofício Nº 001/2011 Canoinhas/SC, 27 de Junho de 2011.

Exmo. Sr.

Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106

88020-900 - Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Atendendo às exigências previstas na Lei Estadual 15.125/2010, para manter o reconhecimento de utilidade pública, da **LIGA ESPORTIVA CANOINENSE, CNPJ Nº 82.773.797/0001-24**, sita na Rua Felipe Schmidt s/nº caixa postal nº 457.

Pede Deferimento

Juventino Santos Sobrinho

Cpf 019 425 149-72

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 361/11**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**

Ofício Circular nº 014/2011.

Exmo. Sr.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Prezado Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste enviar a documentação da manutenção da Prestação de Contas de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, referente solicitação do Ofício Circular nº 010/2011, segue em anexo documentação conforme as partes interessadas.

- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado, nos termos inciso III do art. 2º dest.
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas
- Balancete Contábil.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos em inteira disposição.

Cordialmente,

RONALDO JOSÉ MORES

Presidente da APAE

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 362/11**ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA**

Ofício 20/2011

Ibirama(SC), 24 de junho de 2011.

Ao

Exmo. Sr.

Deputado JAILSON LIMA DA SILVA

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de SC

Palácio Barriga Verde

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 - centro

88.020-900 FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Deputado,

WALDEMIRO SCURSEL, representante legal da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama, portador do CF nº 419.350.129-91, vem enviar a documentação necessária para a manutenção do Título de **Utilidade Pública Estadual**.

Outrossim, solicitamos a retificação na Certidão de Utilidade Pública de nossa Entidade junta a **ALESC**, onde ainda consta "**SOCIEDADE**", mas passamos a **Associação** em 30/10/2003, conforme mencionado na cópia do ofício 04/2011, onde pedimos a alteração junto a Coordenadoria de Documentação, conforme consta em anexo.

Respeitosamente

WALDEMIRO SCURSEL

Presidente - Conselho Administrativo

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 363/11**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**

Ofício nº 60/11 Grão-pará, 30 de junho de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Presidente da Assembleia

Utilizamos-nos do presente, para encaminhar ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, os seguintes documentos necessários para manutenção da Utilidade Pública Estadual.

- Relatório Anual de Atividades;
- Declaração de que a instituição permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da Declaração de Utilidade Pública;

- Cópia autenticada do Estatuto da Instituição;
- Balancete Contábil.

Atenciosamente,

Maria Costa de Faveri
Atual Presidente da APAE de Grão-Pará

Lido no Expediente
Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 364/11
Associação RENAL VIDA

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Renal Vida, de Blumenau, referente ao exercício de 2010.

Lido no Expediente
Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 365/11
INSTITUIÇÃO BETHESDA

ANCIANATO BETHESDA
HOSPITAL BETHESDA
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BETHESDA
INSTITUTO DIACONAL BETHESDA
DANÇA SÊNIOR

Pirabeiraba em 30 de Junho de 2011.

Assembleia Legislativa
Estado de Santa Catarina
Coordenadoria de Expediente
Ass: Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual da INSTITUIÇÃO BETHESDA

Através desta, viemos solicitar o que dispõe a Lei Nº 15.125 de 19 de Janeiro de 2010 no Art. 3º, do qual trata o Reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

A INSTITUIÇÃO BETHESDA é reconhecida como de Utilidade Pública Federal e Utilidade Pública Municipal conforme documentos em anexo. Seguem os documentos em anexo:

- Relatório Anual de Atividades e Balancete Contábil 2010
- Atestado de Funcionamento
- Estatuto

Transmitindo a nossa alta consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Décio Krelling
Presidente
INSTITUIÇÃO BETHESDA
Regina Krause
Diretora
Ancianato Bethesda

Lido no Expediente
Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 366/11
BLUSOL
CRÉDITO SIMPLES

Blumenau, 30 de junho de 2011.

À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
Exmo. Sr. Gelson Merísio - Presidente ALESC
Florianópolis - SC

Solicitamos por meio desta, certificado atestando que a empresa **INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE (ICC BLUSOL)**, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 02.145.793/0001-62, situada à rua Paulo Zimmermann, 55 - centro - CEP 89010-170, Blumenau - SC, é de Utilidade Pública Estadual declarada.

Para isto estamos encaminhando o relatório anual de atividades do exercício anterior; atestado de funcionamento atualizado, e certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

INST.COM. DE CRÉDITO BLUMENAU - SOLIDARIEDADE - ICC BLUSOL
Lido no Expediente
Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 367/11
ASSOCIAÇÃO RURAL DE LAGES

Lages(SC), 30 de junho de 2011.

Ilmo. Sr.
Dep. Gelson Merísio
M.D. Presidente da Assembleia Legislativa
Florianópolis SC
Senhor Presidente,

Estamos em anexo, documentos referente a prestação de contas - Utilidade Pública Estadual - para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos.

Atenciosamente,
MÁRCIO CÍCERO NEVES PAMPLONA
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 368/11
HOSPITAL REGIONAL ALTO VALE

Exmo. Senhor:
DEPUTADO GELSON MERÍSIO
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Ref. Solicitação de Renovação Utilidade Pública Estadual

Fundação de Saúde do Alto Vale do Itajaí, entidade sediada a rua Tuiuti, 218, em Rio do Sul/SC, CEP 89160-000, inscrita no CNPJ nº 73.433.427/0001-57, vem, através de seu Presidente, para fins de **renovação título de Utilidade Pública**, conforme cumprimento do disposto no art. 1º da Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010, **Requerer renovação** conforme documentação em anexo:

- Ata da eleição de posse da diretoria em exercício, registrada em cartório;
- Estatuto Social autenticado;
- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- Balancete Contábil.

Pede Deferimento

Rio do Sul, 29 de Junho de 2011.

Vilson Schulle
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 369/11
ASSOCIAÇÃO DE MÃES "LUZ DO PLANALTO"
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2010

O objetivo dos cursos é capacitar as mães para que possam transformar os conhecimentos adquiridos em atividades lucrativas, contribuindo assim com a renda familiar. Acontecem também debates, onde há troca de experiência de forma criativa entre as participantes. As palestras auxiliam na solução de eventuais dificuldades pessoais ou familiares, além de enfatizar a importância da doação de tempo, e promovendo o desenvolvimento intelectual, cultural e social.

A seguir, as atividades realizadas a cada mês do ano de 2010:

* Janeiro/2010: Férias

* Fevereiro/2010:

Palestra: "Tudo começa no Agora" Boas Vindas.

Curso: Manicure e Pedicure - Ministrado por Fernanda Rosa Ferreira - Participação ativa de 8 mães.

* Março 2010:

Palestra: "Prática: Palavras de Afirmação Positiva". "Homenagem à Mulher"

Curso: Bolachas integral 12 participantes

* Abril/2010:

Palestra: "palavras para aumentar a autoconfiança" "Dinâmica: Relato de Experiências"

Curso: Artesanatos de páscoa - Participação ativa de 15 mães.

* Maio de 2010

Palestra: "Recebemos a Sabedoria Divina em Todas as Idades"

"Homenagem: Dia das Mães".

Curso: Petckolagem em panos de prato e outros- Participação ativa de 13 mães.

* Junho/2010:

Palestra: "Como direcionar a mente para o lado positivo e ser feliz"

Cursos: Vasos de Caixa de Leite, e tapetes com retalhos- Participação ativa de 25 mães.

* Julho/2010:

Palestra: "Palavras para manter pensamentos corretos"

Curso: Bolacha artesanal e petckolageml em panos de copa e em sacolas- Participação ativa de 12 mães.

* Agosto/2010:

Palestras: "Agradecimento a sua existência".

"Homenagem aos Pais - Como Surgiu o Dia dos Pais".

Curso: Artesanatos com Retalhos - Participação ativa de 12 mães.

* Setembro/2010:

Palestra: "Elogie seus familiares".

Curso: Corte E costura Participação ativa de 13 mães.

* Outubro/2010:

Palestra: "Desperte o Talento das Crianças".

Curso: Corte e costura e manicure e pedicure- Participação ativa de 18 mães.

* Novembro/2010:

Palestra: "Os cinco desejos do ser humano" ser amado, ser elogiado ser reconhecido, ser útil e ser livre.

Cursos:- Bolachas de natal e decoração das mesmas- Participação ativa de 22 mães artesanatos diversos - Participação ativa de 23 mães.

* Dezembro/2010:

Palestra: "Amar e libertar".

Curso: Artesanatos Natalinos- Participação ativa de 23 mães.

Mensagem de Natal e encerramento das atividades

Maria Lucia Strack

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 370/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA

Ofício nº 0582011

Videira, 30 de Junho de 2011.

Ao Exmo. Sr.

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, seguem em anexo o relatório anual, referente ao ano de 2010, bem como toda a documentação necessária para a manutenção da Declaração de Utilidade Pública, seguindo as orientações da Lei Estadual 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Esperando estar de acordo com o exigido, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos votos de estima.

Atenciosamente,

Maria Fátima Nardi Becker

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 371/11

Fundação Carlos Joffre

Ofício nº 0085/2011

Lages, 27 de Junho de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com nossos cumprimentos, encaminhamos para apreciação o Relatório Anual de Atividades da Fundação Carlos Joffre do Amaral - ano de 2010, para fins de concessão e manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual.

Em anexo, os seguintes documentos:

- Relatório Anual das Atividades da Fundação;
- Declaração de Funcionamento;
- Certificado do Conselho Municipal de assistência Social - CMAS;
- Ata da Eleição da Posse da Atual Diretoria;
- Balanço Contábil Exercício 2010.

Na oportunidade reiteramos protestos de elevada consideração e parabenizamos pelos relevantes trabalhos realizados nessa Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Agostinho Abati

Presidente da Fundação Carlos Joffre do Amaral

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 372/11

ASSOCIAÇÃO RONDON BRASIL

Ofício nº 359/2011.

Florianópolis, 28 de Junho de 2011.

Exmo. Senhor Deputado

Dr. Gelson Merísio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Cumprimentando-o cordialmente, e de acordo com a determinação normativa advinda da Lei nº 14182 de 2007, que dispõe sobre reconhecimento de Utilidade Pública Estadual, encaminhamos a V.Excia. os documentos:

1. Balanço Patrimonial em 31.12.2010;

2. Demonstração do Resultado do Exercício em 31.12.2010;

3. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29.04.2011 com o Relatório das Atividades no ano de 2010.

4. Fotocópia da Ata que elegeu a atual Diretoria.

Sendo o que se nos oferece para o momento, subscrevemo-nos, Atenciosamente,

Adm. Roberto Mário Schramm

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 373/11

FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA OTÍLIA

OFÍCIO Nº 030/2011

Orleans/SC, 30 de Junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor:

Cumprimentado-o cordialmente, vimos através deste enviar documentação da Fundação Hospital Santa Otília conforme preconiza o artigo 3º da Lei 15.125 de 19 de Janeiro de 2010 sobre a Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que se apresentava para o momento, nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Respeitosamente,

Rosineide Ghisoni

Administração

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 374/11

Sociedade de Integração Educacional e Social de Sombrio- SIESS

OF. Nº 28/2011

Sombrio(SC), 10 de junho de 2011.

Exmo Sr.

GELSON MERISIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Do Estado De SANTA CATARINA

Florianópolis - SC

Ilustríssimo Senhor,

Sociedade de Integração Educacional e Social de Sombrio - SIESS, CNPJ nº 83.246.975/0001-21, associação fundada em 25 de fevereiro de 1976, com sede à Rua Santo Antônio, nº 105, Centro, nesta cidade e comarca de Sombrio - SC, vem por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a manutenção do título de Utilidade Pública Estadual.

Por se tratar de entidade filantrópica, sem fins lucrativos, dedicada ao atendimento de crianças carentes de zero à cinco anos, para o que apresenta a documentação anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento e contando com a atenção costumeira de vossa excelência, desde já agradecemos.

Gonçalvina Ramos Dos Santos

Presidente da SIESS

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 375/11

APAE - MARACAJÁ - SC

Ofício Nº 021/2011

Maracajá, 30 de junho de 2011

A Sua Excelência o Senhor

GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

FLORIANÓPOLIS - SC

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos encaminhar relação de documentos para manutenção do status de Utilidade Pública Estadual desta associação atendendo a Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010.

Sendo isto o que tínhamos para o momento.

Respeitosamente,

DILNEI DE PELEGRINI

Presidente APAE Maracajá

Lido no Expediente

Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 376/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO MARTINHO

Ofício Nº 016/2011

São Martinho/SC, 30 de junho de 2011.

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERISIO

Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Prezado Senhor

Cumprimentando-o mui cordialmente, vimos através do presente, encaminhar a vossa senhoria a documentação necessária

para a manutenção da declaração de Utilidade Pública Estadual à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Martinho. Sendo o que tínhamos para o momento, cordiais saudações. Atenciosamente

Isolde Schotten Efftig
Presidente da APAE

Lido no Expediente
Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 377/11

IGNIS PLANEJAMENTO E IN-FORMAÇÃO AMBIENTAL

Ofício IGNIS Nº 07/2011 Itajaí, 5 de julho de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merísio

MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Palácio Barriga Verde - Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310

Cep: 88.020-900 - Florianópolis - Santa Catarina

Prezado(a) Senhor(a),

Ao cumprimentá-lo (a), a *IGNIS Planejamento E In-Formação Ambiental*, associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, sediada em Itajaí (SC), vem por meio deste, encaminhar à Assembleia Legislativa, os documentos exigidos para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto na Lei Estadual nº 15.125 de 19 Janeiro de 2010, que dispõe sobre reconhecimento e manutenção do título de utilidade pública estadual conforme consta na Lei estadual nº 14.859 de 18 de setembro de 2009.

Desta forma, de acordo com as exigências previstas no Art. 3º da Lei nº 15.125/2010 encaminhamos para vossa apreciação as documentações comprobatórias de atividades da IGNIS, abaixo listadas:

- Lei Estadual nº 14.859 de 18 de setembro de 2009;
- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- Balancete contábil

Aproveitamos ainda para encaminhar cópia da Ata de Assembleia Geral Ordinária nº 25 de 24 de janeiro de 2011 que promoveu alteração de endereço da sede da entidade bem como a recondução dos cargos do Conselho Diretor e Fiscal por mais um mandato.

Colocamos-nos à disposição para qualquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Daniela S.Occhialini
Coordenadora Geral

IGNIS Planejamento e In-Formação Ambiental

Lido no Expediente
Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 378/11

Ofício nº 035/2011.
Xanxerê, 04 de julho de 2011.

À Sua Excelência

Gelson Merísio

DD. Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Conforme Lei N. 15.125 de 19 de janeiro de 2010, encaminhamos anexo, os seguintes documentos:

- Relatório anual de atividades do exercício anterior;
- Atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei 15.125/19/2010;
- Certidão atualizada do registro da entidade (Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Xanxerê) no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- Balancete Contábil desta entidade.

Sendo o que se apresenta, renovamos expressões de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Maria Covatti

Presidente da Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Xanxerê

Lido no Expediente
Sessão de 06/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 379/11

Ofício 39/2011
Balneário Piçarras, 29 de junho de 2011.

Ao

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
88020-900 - Florianópolis/SC

Prezado Senhor,

Conforme comunicado do Sr. Governador do Estado de Santa Catarina, anexamos a presente a seguinte documentação solicitada para a renovação da Utilidade Pública Estadual da Associação Caminhar Juntos de Piçarras, lei nº 15.210 DO 18.865 de 11.06.2010 - PL/0096-3/2010:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Desde já agradecemos e aguardamos a publicação.

Atenciosamente,

Gerda Dolores Nied

Presidente

Irene Álvares

Tesoureira

Lido no Expediente

Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 380/11

APAE PASSO DE TORRES - SC

Centro de Atendimento Especializado Diego Dipe Anga

Ofício - 059/2011 Passo de Torres, 27 de junho de 2011.

Ilmo. Sr. Deputado Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa

Florianópolis - SC

Ilmo. Sr. Deputado Gelson Merísio

Prezado Senhor,

Vimos cordialmente por meio deste encaminhar a Vossa Senhoria a Prestação de Contas, conforme Lei nº 15.125, de 19/01/2010, anexo segue:

Ofício para Protocolo;

Relatório anual das atividades do exercício de 2010;

Atestado de funcionamento atualizado;

Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de

Pessoas Jurídicas;

Balanco Patrimonial;

Demonstração do Resultado do Exercício

Sem mais para o momento, certos de vossa compreensão e colaboração reiteramos votos de mais alta estima, consideração e apreço

Atenciosamente.

Nilson Rodrigues da Silva

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 381/11

FAUESC - FEDERAÇÃO DE AUTOMOBILISMO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis(SC) 27 de Junho de 2011.

Ilmo. Sr.

Diretor Consultoria Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis(SC)

Prezado Senhor:

Atendendo o disposto do Art. 3º da Lei Estadual nº 14.182/2007, a **FAUESC** - Federação de Automobilismo do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 79.887.543/0001-22, vem encaminhar os documentos abaixo relacionados, conforme exigências da lei, para Concessão/Renovação da Declaração de Utilidade Pública.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Almir Petris

Presidente em Exercício da Fauesc.

Anexos:

- Declaração de cumprimento de exigências;

- Edital de Convocação;

- Parecer do Conselho Fiscal;

- Balanco Patrimonial;

- Demonstração do Resultado do Exercício em 31/12/2010;

- Balancete;

- Relatório de Atividades/2010;

- Certidão Atualizada (17/06/2011) registro Entidade-Cartório Pessoas Jurídicas;

- Certificado Registro de Entidade Desportiva - Conselho Estadual de Esporte;

- Alvará de Funcionamento - CBA - Confederação Brasileira de Autoimobilismo
Lido no Expediente
Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 382/11

SOCIEDADE DESPORTIVA VASTO VERDE

Blumenau, 29 de Junho de 2011.
Excelentíssimo Senhor:
Deputado Gelson Merísio
Presidente Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa do Estado de SC.

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando para ser apresentado ao departamento competente ao Presidente da comissão de trabalho, Administração e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa, os documentos abaixo relacionado, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 14.182 de 01 de novembro de 2007, com os seguintes documentos:

I - Relatório anual de Atividades;

II - Declaração de que permanecem os requisitos exigidos para a concessão da declaração de Utilidade Pública;

III - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - Balancete Contábil.

Cabe esclarecer, que a entidade foi declarada de Utilidade Pública Estadual através da Lei nº 3.164 em 25 de janeiro de 1963

Desde já, expressamos votos de elevada estima e agradecimento.

Atenciosamente,

Vilson Júlio Rosa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 383/11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO E COMARCA DE MARAVILHA
SERVIÇOS REGISTRAIS
DIVANÊS BRUSCATO
CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada que revendo o acervo de Registro de Pessoas Jurídicas existente em cartório e arquivo, a cargo de seu Titular Divanês Bruscatto, deles, verifiquei constar sob o registro número 01058 do livro A-1, folha 148V em 18 de julho de 2005 O (a) Estatuto do(a) ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRACEMINHA, SC.

Maravilha, 28 de junho de 2011

Atenciosamente,

DIVANÊS BRUSCATO
Oficial

Lido no Expediente
Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO 384/11

ASSOCIAÇÃO ECOS DE ESPERANÇA
Relatório de Atividades 2010

Encaminhamos a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Ecos da Esperança, de Joinville, referente ao ao exercício de 2010.

Lido no Expediente
Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 385/11

ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE PIRATUBA E IPIRA - SC
Ofício nº 002/201 Piratuba, 19 de Maio de 2011.

Exmo. Senhor Deputado
Gelson Merísio

MD Deputado Estadual Presidente da Assembleia Legislativa
Florianópolis - SC

Excelentíssimo Senhor,

Encaminho, em anexo, a documentação referente a Declaração de Utilidade Pública a nível estadual de nossa associação de bombeiros comunitários haja visto que esta vem auxiliando as ações comunitárias em conjunto com o Corpo de Bombeiros Militar com sede nesta cidade.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos protestos de considerações e apreço ao tempo em que nos colocamos inteiramente a disposição.

Atenciosamente,

Jucimar Antonio de Moura
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 386/11

ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL EXÉRCITO DE SALVAÇÃO
CENTRO INTEGRADO JOÃO DE PAULA

Joinville, 04 de julho de 2011.

Ao
Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa de SC
Deputado Jailson Lima

Alteração de Denominação Social

Prezado senhor,

Em resposta ao ofício GPS/DL/0742/2011, estamos encaminhando os documentos de alteração da denominação social de "Lar de Meninos João de Paula", para "Centro Integrado João de Paula":

- ATA com alteração do nome fantasia;
- ATA com alteração do Estatuto Social;
- ATA da Assembleia Geral Ordinária;
- Certidão de Utilidade Pública Municipal;
- CNPJ atualizado.

Atenciosamente,

Otoniel F. Dias

Diretor Executivo

Lido no Expediente

Sessão de 07/07/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2375, de 12 de julho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ELIZEU JOÃO JOHNER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-14, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2376, de 12 de julho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1389	Maria Celeste Ferreira Monteiro	07	27/06/11	1048/2011
0438	Salvio Zulmar de Souza	30	05/07/11	1052/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2377, de 12 de julho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2137	Emilce Dias Rocha Maria	90	28/06/11	1049/2011
0620	Sérgio Rogério Furtado Arruda	15	29/06/11	1051/2011
1460	Ivelise Sell	30	01/07/11	1050/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2378, de 12 de julho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ROSEMÉRI BRUNS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2379, de 12 de julho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDER LIMA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2380, de 12 de julho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR.	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Ivan Althoff de Medeiros	1848	3%	33%	01/07/11	1036/2011
Isabella Brand Flores	Araujo 1847	3%	33%	01/07/11	1037/2011
Guido Wiggers Junior	1851	3%	33%	02/07/11	1035/2011
Gabriel Barbato	1203	3%	36%	27/06/11	0974/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2381, de 12 de julho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR na Escola do Legislativo **REJANE TERESA MARCUS BODNAR**, servidora da Prefeitura Municipal de Florianópolis, colocada à disposição na Assembleia Legislativa, sob a égide do 4º Aditivo ao Termo de Convênio nº 001/2006-5.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2382, de 12 de julho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0973/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER ao servidor **LUIZ HENRIQUE BONATELLI DE MELO**, matrícula nº 2188, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 11 de junho de 2006 e 25 de junho de 2011.
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 279/11**

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José - Asaprev.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José - Asaprev, com sede no município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões
Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 12/07/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social e Idosos de São José, com sede no município de São José.

Trata-se de entidade civil sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, que tem por objetivo, dentre outros, zelar pelos direitos de seus associados e dos aposentados, pensionistas e idosos em geral, bem como promover e apoiar estudos que visem o aperfeiçoamento da legislação previdenciária, de sua administração e do exercício desses direitos.

Neste contexto, para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 027/11**

Revoga o inciso XIX do art. 56 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Art. 1º Fica revogado o inciso XIX do art. 56 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 12/07/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei complementar que visa revogar o inciso XIX do art. 56 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, que tem o seguinte texto:

Art. 56. [...]

XIX - dar anuência ao parcelamento do solo urbano;

A ocupação irregular do solo e a comercialização de lotes não aprovados dentro das regulamentações técnicas e legais, é sem dúvida fator agravante de incidentes, catástrofes e favelização das cidades. Todavia, não se pode negar que a burocracia contribui de forma exponencial para a ocorrência desses problemas.

A pretensão estatal de fazer iniciativas de legalização do parcelamento do solo urbano necessitam de anuência da Secretaria de Estado do Planejamento, tem mais função burocrática do que de contribuição efetiva na melhoria da qualidade de vida dos catarinenses.

É notório que os municípios têm maior conhecimento da realidade local, tanto do ponto de vista social quanto topográfico e legal.

A revogação dessa obrigação burocrática evitará que a "dificuldade de adequação" seja fomentadora dos loteamentos irregulares.

Ante ao acima exposto, espera este Parlamentar contar com a compreensão e o apoio dos demais colegas que integram este Poder, para sua tramitação e final aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 028/11

Revoga o inciso XIX do artigo 56 da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Art. 1º. Fica revogado o inciso XIX do artigo 56 da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 12/07/11

JUSTIFICATIVA

Com o advento da lei federal nº 10.257/01, oficialmente denominada Estatuto da Cidade, a disciplina do parcelamento do solo passa a compor o rol de instrumentos que devem ser utilizados para atender aos seus fins. Assim, sendo instrumento útil à execução de política urbana, nenhum parcelamento do solo deverá ser realizado de forma a contrariar as diretrizes insertas nos termos do art. 2º, também da aludida lei federal.

Coube aos Municípios, observadas as diretrizes gerais a serem fixadas no art. 2º do Estatuto da Cidade, a tarefa de realizar a política de desenvolvimento urbano, promovendo o seu adequado ordenamento territorial mediante o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, conforme art. 30, inciso VIII, e art. 182 e segs. da CRFB/88.

Causa-me estranheza, por sua vez, o estabelecido no inciso XIX do artigo 56 da Lei Complementar 381, de 2007, eis que desnecessária a realização do procedimento pela Secretaria de Estado de Planejamento.

Na prática, o que vem ocorrendo, é o atraso constante dos pedidos de parcelamento do solo, por conta da burocracia estabelecida.

Assim sendo, proponho o presente projeto de lei, visando dar maior agilidade aos pedidos administrativos de parcelamento do solo, atendendo solicitação de diversos interessados atualmente prejudicados pela morosidade dos procedimentos, tais como loteadores, cartórios, municípios e outros interessados e por entender também pela desnecessidade de tramitação dos pedidos pela Secretaria acima citada.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 144/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sombrio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Sombrio, com sede no Município de Sombrio.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 157/2011

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Maravilha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Maravilha, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito do imóvel com área de 25.507,00 m² (vinte e cinco mil, quinhentos e sete metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 9.406 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha e cadastrado sob o nº 3728 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo viabilizar a instalação da Casa Familiar Rural por parte do Município de Maravilha.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à cessionária, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 168/2011

Institui o Dia Estadual do Portador da Síndrome de Down.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Portador da Síndrome de Down, a ser comemorado no dia 21 de março.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0183/11

No art. 1º do Projeto de Lei nº 0183/2011, onde se lê "A ementa e o art. 1º da Lei nº 2.062, de ...", leia-se A Lei nº 2.062, de ...", acrescentando-se ao mesmo a seguinte redação:

"Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que determina o art. 3º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 183/2011

Altera dispositivos da Lei nº 2.062, de 1959.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 2.062, de 20 de agosto de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e Imperial Hospital de Caridade, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.”

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 186/2011

Declara de utilidade pública a Associação Vida Ativa São José, de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Vida Ativa São José, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 195/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Basquete de Itajaí, com sede no Município de Itajaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Basquete de Itajaí, com sede no Município de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 197/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários e Voluntários do Hospital Santa Inês - AFUVOHSI, de Balneário Camboriú.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Funcionários e Voluntários do Hospital Santa Inês - AFUVOHSI, com sede no Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 203/2011

Altera a Lei nº 11.881, de 2001, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Balneário Barra do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.881, de 06 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Balneário Barra do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Serviços Sociais Voluntários de Balneário Barra do Sul, com sede no Município de Balneário Barra do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 211/2011

Altera o art. 2º da Lei nº 15.042, de 2009, que autoriza a doação de imóvel no Município de Itapiranga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 15.042, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade possibilitar a implantação do Centro de Referência de Assistência Social por parte do Município de Itapiranga.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 244/2011

Altera dispositivo da Lei nº 15.432, de 2010, que aprova a revisão do Plano Plurianual para o ano de 2011 e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011, constante do Anexo Único da Lei nº 15.432, de 28 de dezembro de 2010, conforme o disposto no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

ANEXO ÚNICO

PLANO PLURIANUAL 2008/2011
PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

PROGRAMA SUBAÇÃO	UNIDADE	FÍSICO	FF	VALOR EM R\$ 1,00
0910 GESTÃO ADMINISTRATIVA - MINISTÉRIO PÚBLICO				
006593 - Ampliação de espaço físico das Promotorias de Justiça de Lages - FERMP	obra	1	OF	700.000
006614 - Modernização e desenvolvimento institucional - FERMP	% de aprovação	100	OGE OF	455.531 21.402.285
010946 - Aquisição de imóvel para instalação da sede administrativa das Promotorias de Justiça de Lages - FERMP	imóvel	1	OF	2.000.000

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 018/2011

Fixa índice de revisão salarial aos servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O piso de vencimento estabelecido no art. 18, *caput*, da Lei Complementar nº 90, de 01 de julho de 1993, correspondente ao Nível I, Referência A, da tabela de índices de vencimentos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, fica fixado em R\$ 1.104,06 (hum mil cento e quatro reais e seis centavos).

Art. 2º Os Advogados da Justiça Militar e do Juizado da Infância e Juventude serão remunerados exclusivamente por meio de subsídio, observadas as disposições dos arts. 37, X, XI e § 11; 39, § 4º; 134, § 1º e 135, todos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, convalidada a disciplina instituída pela Lei nº 13.770, de 30 de maio de 2006.

§ 1º O subsídio referido no *caput* deste artigo é fixado em R\$ 17.825,34 (dezesete mil oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e quatro centavos), a partir de 1º de maio de 2011.

§ 2º O valor do subsídio fixado no parágrafo anterior somente poderá ser alterado por lei específica, observada a iniciativa privativa.

§ 3º Aos atuais ocupantes dos cargos de Advogados da Justiça Militar e do Juizado da Infância e Juventude será deferida Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável, no valor correspondente à diferença entre o subsídio definido no § 1º deste artigo e a remuneração percebida no mês de abril do ano de 2011.

§ 4º O somatório do subsídio fixado no § 1º deste artigo e da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável concedida no parágrafo anterior, não poderá exceder o limite estabelecido no inciso XI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

§ 5º A vantagem estabelecida no § 3º deste artigo será absorvida na proporção das revisões gerais posteriores, efetuadas na forma prescrita no § 2º deste artigo.

Art. 3º Ficam revogados os arts. 1º e 2º da Lei Complementar nº 236, de 12 de dezembro de 2002.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de maio de 2011.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 7 de julho de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO Nº 013/11****EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

REQUERIMENTO RQS/0896.5/2011

O Deputado que este subscreve, nos termos do Art. 40. **REQUER** a Constituição de Fórum Parlamentar do Esporte em nosso Estado.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, em Santa Catarina, algumas ações são desenvolvidas com o objetivo de melhorar o esporte no Estado que refletem, diretamente, na retirada de jovens das ruas e do envolvimento com drogas;

Esportes conhecidos, como o futebol, facilitam a divulgação e a caracterização de sua função na sociedade;

Já outros esportes, pouco divulgados no Estado, fazem com que se dificulte a participação da comunidade e, com isso, não se possibilita a ampliação de categorias de base que venham a garantir um futuro promissor.

Dessa forma, a instalação do Fórum Parlamentar do Esporte, visa fazer ações de acompanhamento e propostas para melhoria do esporte em Santa Catarina, objetivando o fortalecimento do esporte como instrumento de inclusão social.

Sala das Sessões em 6 de julho de 2011

Deputado Neodi Saretta

Deputado Maurício Eskudlark

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Luciane Carminatti

Deputada Ana Paula Lima

Deputada Angela Albino

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Mauro de Nadal

APROVADO EM SESSÃO DE 12/07/11

*** X X X ***

REQUERIMENTO Nº 014/11**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, **REQUER** a Constituição de Fórum Parlamentar para estudo e acompanhamento dos assuntos relacionados ao Trânsito.

REQUERIMENTO RQS/0900.6/2011

JUSTIFICATIVA

O trânsito brasileiro é regulamentado pela Lei de nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB e pelas Resoluções complementares. Além do CTB e das Resoluções, os Estados complementam a legislação por meio de Portarias e Decretos. Os órgãos de trânsito municipais também têm autonomia para normatizar detalhes do trânsito, que não são os mesmos em todas as cidades, exigindo atenção por parte dos condutores.

O Código define atribuições das diversas autoridades e órgãos ligados ao trânsito, fornece diretrizes para a Engenharia de Tráfego e estabelece normas de conduta, infrações e penalidades para diversos usuários.

Precisamos rediscutir as questões dos Radares, da Velocidade, das Multas, da Sinalização, dos Acidentes, da Formação de Condutores, do Licenciamento de Veículos, do Transporte Coletivo, da Mobilidade Urbana entre outras questões.

São muitos os problemas e preocupações na conjuntura atual.

Por isso, é necessário aprofundar e ampliarmos o debate, sensibilizando e aproximando a sociedade das discussões sobre os problemas no trânsito, visando melhorias na gestão e na infraestrutura, além de buscar uma mudança no comportamento das autoridades e dos usuários nas rodovias e vias urbanas, visando uma maior humanização, harmonia e paz no trânsito.

Sala das Sessões,

Deputado Maurício Eskudlark

Os Parlamentares que farão parte deste Fórum são:

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Silvio Dreveck

Deputada Angela Albino

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Neodi Saretta

Deputado Darci de Matos

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Moacir Sopelsa

Deputado Reno Caramori

APROVADO EM SESSÃO DE 12/07/11

*** X X X ***